

DO LIXO À CIDADANIA

Guia para a Formação de Cooperativas
de Catadores de Materiais Recicláveis



JULIO RUFFIN PINHEL (Org.)

Augusto Jackie do Nascimento Lopes Vieira | Beatriz Castro Maroni | Fernando Pessoa de Albuquerque

Gina Rizpah Besen | Lisa Yázigi de Barros Santos | Luciana Lopes | Marcela Bacchin Cardo

Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)



DO LIXO À CIDADANIA

Guia para a Formação de Cooperativas
de Catadores de Materiais Recicláveis

JULIO RUFFIN PINHEL (Org.)

Augusto Jackie do Nascimento Lopes Vieira | Beatriz Castro Maroni | Fernando Pessoa de Albuquerque
Gina Rizpah Besen | Lisa Yázigi de Barros Santos | Luciana Lopes | Marcela Bacchin Cardo
Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)

HQs de
LUCIANO IRRTHUM



clique no sumário para
acessar a página desejada

Sumário

Prefácios	4
Apresentação	12
O catador de materiais recicláveis	16
Quem é, como surgiu, como vive	17
Unindo forças, dividindo dificuldades	20
O catador na cadeia produtiva da reciclagem	23
Conquistando respeito, espaços e organização	25
O perfil atual do catador	28
Por que os municípios devem valorizar o catador?	30
Do trabalho informal à organização	36
Como mobilizar os catadores?	37
A constituição e a mobilização da cooperativa	42
Procedimentos para legalização	44
Planejamento e construção participativa	48
Oficina de Futuro	49
Divisão das áreas e dos grupos na cooperativa	55
A cooperativa como um corpo vivo	57
O perfil e o papel dos facilitadores	58
As capacitações	62
Administração	65
Produção e Infraestrutura	72
Educação Ambiental	80
Elaboração de Projetos e Captação de Recursos	87
Qualidade de Vida	93
Educação para emancipação social	110
Construção de uma identidade	114
De catador para catador	116

Autogestão e democracia.....	120
Mística de mobilização social.....	122
Considerações finais.....	124
Cursos de formação.....	128
Importância: todos juntos	129
Curso de Formação Pessoal e Profissional.....	131
Curso de Formação de Equipe.....	143
Preparando para a autonomia	166
Autonomia e autogestão.....	167
Quando é hora de os facilitadores irem embora	171
Os principais desafios	174
A relação das prefeituras com as cooperativas.....	180
Marcos legais	182
Estratégias e instrumentos na relação com as cooperativas.....	184
Pagamento por serviços ambientais urbanos	187
Avaliação: indicadores de sustentabilidade	190
O que são os indicadores de sustentabilidade.....	192
Como foram elaborados e validados	193
Premissas e definição de sustentabilidade	194
O que os indicadores de sustentabilidade medem	195
Como calcular	198
Exemplos de boas práticas	202
CRIS	204
AVEMARE	214
Para saber mais	229
Bibliografia	236

Prefácios

A escrita de um guia direcionado para a organização e o desenvolvimento de cooperativas de catadores sempre foi um sonho da equipe de profissionais do IPESA. Relatar experiências de sucesso na formação desses grupos nos dá a certeza de que é necessário multiplicar os bons resultados conquistados por esses trabalhadores.

Assim, o projeto de escrita da metodologia desenvolvida pelo IPESA pressupõe a distribuição gratuita deste guia a todos os municípios do Brasil, com o intuito de disseminar o conhecimento prático e teórico adquirido ao longo dos últimos oito anos de trabalho e parceria com cooperativas, prefeituras e empresas que acreditam que é possível realizar uma boa gestão dos resíduos sólidos municipais, assegurando a inclusão e o protagonismo dos catadores.

Ao longo da nossa trajetória, tivemos a sorte e a alegria de encontrar pessoas que confiaram no nosso trabalho e que, apesar de momentos de dificuldades, aceitaram o desafio de buscar ações inovadoras. Diante disso, foi muito importante para o IPESA aprender e compartilhar conhecimentos com a Cooperativa de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis da Vila Esperança (AVEMARE), a Cooperativa de Recicladores de Itapecerica da Serra (CRIS), a Cooperativa de Trabalhadores dos Profissionais de Reciclagem de Lixo do Município de Barueri e Região (COOPERYARA), a Cooperativa de Reciclagem da Cidade de Alumínio (COOPERAL), a Cooperativa de Recicladores por Ibiúna e o Ambiente (CREIA) e os nossos parceiros Natura, AMBEV, Fundação Alphaville, Instituto Tamboré e Giral Viveiro de Projetos e as prefeituras municipais de Santana de Parnaíba, Itapecerica da Serra, Barueri, Alumínio e Ibiúna.

Em especial, gostaríamos de agradecer ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e a Gina Rispah Besen pela colaboração nesta publicação, a Luciana Lopes

pela coordenação do Programa Resíduos Sólidos do IPESA e a sua equipe de profissionais, que trabalham com paixão e acreditam que sempre é possível motivar pessoas a transformar suas vidas para melhor.

PAOLA RODRIGUES SAMORA

DIRETORA-PRESIDENTE – INSTITUTO DE PROJETOS E PESQUISAS SOCIOAMBIENTAIS (IPESA)



No ano de 1998 uma reportagem de TV de grande audiência tornou público um problema invisível para a sociedade até então. A matéria abordava o caso de crianças que foram intoxicadas e hospitalizadas após comerem carne de um lixão de Pernambuco. Suspeitava-se que as crianças haviam comido carne humana de restos de lixo hospitalar depositados no lixão.

A notícia comoveu o país e deu visibilidade a um povo que estava esquecido, mas que já lutava por melhores condições de trabalho e vida. Iniciativas como o mapeamento de lixões, o programa Bolsa Escola e a campanha “Criança no lixo, nunca mais” foram desenvolvidas, dando início ao debate público sobre a inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis.

Muito foi feito na área de assistência social, e anos depois as verbas públicas começaram a ser investidas no fortalecimento da categoria. Programas federais buscaram, por meio de concurso, desenvolver novo design para as carroças de catadores, enquanto bolsas de estudos e pesquisas foram abertas para promover tecnologia e capacitação de catadores. O tema era novo e fez o meio acadêmico se aventurar com sucesso em alguns casos e fracassar em outros, como o caso de algumas pesquisas do CNPq que forneciam para os catadores equipamentos sem que houvesse um galpão adequado para abrigá-los, ou mesmo equipamentos de beneficiamento de plástico que careciam de outros para funcionar, tornando inoperante a máquina adquirida com recursos públicos.

Muito foi feito e investido também em programas de capacitação e educação dos catadores de materiais recicláveis. As iniciativas exitosas são evidentes, pois permanecem ou deixaram marcas profundas na organização da categoria. Outras, porém, não tiveram essa sorte e não acumularam conhecimento. Por essa razão, a atuação da academia e de ONGs foi vista com cautela, e

até mesmo desconfiança, pelo coletivo de catadores. Alguns reclamam não ter adquirido autonomia com as capacitações e consideram que o apoio da entidade aos trabalhadores servia apenas para retroalimentá-las financeiramente.

Com o avanço da luta e da organização dos catadores, vieram novas políticas públicas e demandas de capacitação em virtude da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. É preciso acelerar o ritmo de organização das cooperativas e associações e dar respostas inteligentes às demandas burocráticas e implicações políticas e sociais resultantes da nova legislação, assim como seu impacto sobre o poder público.

Estamos aqui diante de uma publicação que pretende, finalmente, compilar experiências e opiniões sobre a formação de organizações de catadores e registrar conhecimento sobre o assunto. A publicação é pioneira ao reunir diversas vozes sobre o tema, assumindo o risco de haver algumas nem sempre tão afinadas, mas que pretendem, em conjunto, estimular o debate sobre o desafio de fortalecer essa categoria que criou pernas e vem marcando a história do mundo do trabalho e as políticas ambientais no Brasil. O tema é novo no mundo e o Brasil, com poucas exceções, é pioneiro.

É preciso olhar o passado e avaliar os avanços na organização de catadores e seu impacto sobre a economia e o desenvolvimento social do país. Um olhar que deve ser realizado em diálogo constante com os catadores, pois o processo formativo deve ser dinâmico, permanente e constantemente avaliado. Por essa razão este guia não é uma obra definitiva, mas o início de um diálogo e do registro sobre esse importante trabalho educativo de grande impacto para o mundo produtivo e para o meio ambiente.

DAVI AMORIM

SETOR DE COMUNICAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR)



A Natura acredita que a geração de impactos positivos passa por um gerenciamento efetivo dos resíduos sólidos a partir de um esforço coletivo, que envolva corporações, poder público, associações de catadores, sociedade civil e demais elos da cadeia de produção e consumo. É nessa perspectiva que a empresa desenvolve seu programa de gestão dos resíduos sólidos, que contempla parceiros, terceiros e consumidores. O objetivo é atender à Política Nacional de Resíduos Sólidos e ir além, transformando a gestão de resíduos em alavanca para a geração de valor a todos os públicos de relacionamento.

Nesse sentido, a Natura teve a oportunidade de participar de todo o processo de planejamento, construção e implantação do Programa de Coleta Seletiva do município de Itapeverica da Serra/SP, que foi um grande desafio e um aprendizado inestimável para todos nós.

Para que este processo tivesse o encaminhamento desejado era fundamental que buscássemos um parceiro experiente, que pudesse apoiar tanto a cooperativa de catadores de materiais recicláveis do município, em seu caminho para o fortalecimento e a autonomia na condução do Programa, quanto a própria Prefeitura, no desenho e implementação inicial do projeto.

Nesse caminho, em uma visita à AVE MARE – Cooperativa de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis da Vila Esperança, no município de Santana de Parnaíba/SP, conhecemos alguns dos integrantes do IPESA, que lá haviam contribuído com esse trabalho. Imediatamente nos identificamos com a proposta e a forma de trabalho dessa organização, que, mais do que “ditar rumos”, sempre buscou o caminho da construção conjunta e do fortalecimento de todos os parceiros, particularmente dos cooperados, por entendê-los os principais protagonistas deste trabalho.

O grande desafio desta publicação é justamente dar luz a toda riqueza e complexidade de um processo de formação e capacitação

de uma cooperativa de catadores, que envolve a relação entre diferentes parceiros em seu processo de construção de conhecimento e amadurecimento no tema.

Temos certeza de que este trabalho pode cumprir um importante papel inspirador e provocador de novas experiências e construções, tão urgentes em nossa realidade brasileira.

ISABEL MORSOLETTO FERREIRA

COORDENADORA DE PROJETOS | COMUNIDADES DE ENTORNO | DIRETORIA DE SUSTENTABILIDADE DA NATURA



A AMBEV nasceu há pouco mais de doze anos tendo como um de seus principais compromissos com a sociedade reduzir constantemente seu impacto no meio ambiente. Todas as nossas unidades seguem um reconhecido sistema de gestão ambiental que nos permite melhorar continuamente os índices de ecoeficiência fabril, como o consumo de água, a emissão de CO₂ e o reaproveitamento de subprodutos. O resultado desse empenho dentro de casa tem nos trazido grande satisfação. Hoje, por exemplo, nossas fábricas reaproveitam 99% de todo subproduto que normalmente iria para o lixo: o bagaço do malte é destinado à alimentação de gado, o fermento é usado na composição de aromatizantes, assim como a levedura, entre outros.

No entanto, também acreditamos que é nosso papel desenvolver projetos e parcerias para que, de forma mais ampla, possamos ajudar a construir um mundo melhor, como todos desejamos. E foi em linha com esse sonho que nós consolidamos o programa AMBEV RECICLA. Afinal, a preocupação com o descarte correto de resíduos não pode se restringir a cuidar da questão apenas internamente, mas também pós-consumo, como a própria Política Nacional de Resíduos Sólidos determina. No cerne do AMBEV RECICLA está o trabalho em rede, em parceria. Temos ao nosso lado cooperativas de catadores, organizações não governamentais, instituições de ensino, órgãos governamentais, outras empresas – algumas delas reunidas no CEMPRE – e, sem dúvida, o Instituto de Projetos e Pesquisas Socioambientais (IPESA). Um time empenhado em encontrar saídas para a problemática do descarte de resíduos no Brasil. Soluções que, para nós, necessariamente passam por valorizar, capacitar e reconhecer os agentes ambientais, que se dedicam diariamente nas cooperativas a separar os materiais recicláveis. Por isso, a relevância desta publicação.

Estamos confiantes de que este Guia vai auxiliar sobremaneira a transferência de conhecimento e de técnicas de gestão para que as prefeituras de todo o país fomentem o surgimento e a profissionalização das cooperativas de catadores. Estão reunidas aqui experiências bem-sucedidas, opiniões e ideias acerca do tema. Um trabalho ímpar e de vital importância para quem, como nós na AMBEV, crê que a troca de melhores práticas entre os diversos atores da sociedade, assim como a capacitação dos catadores, é o caminho para fazer da reciclagem do Brasil um exemplo mundial.

RICARDO ROLIM

DIRETOR DE ASSUNTOS SOCIOAMBIENTAIS E COMUNICAÇÃO DA AMBEV



Apresentação

O Instituto de Projetos e Pesquisas Socioambientais – IPESA – apresenta a sistematização do seu método de formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis a partir dos bons resultados alcançados em sete anos de vivências e experiências de trabalho para o fortalecimento desses grupos no Brasil.

Ao compartilhar este método, esperamos dividir o conhecimento construído e contribuir com o trabalho de todas as pessoas que de alguma forma estão envolvidas com a gestão e formação de cooperativas de catadores: gestores municipais, organizações da sociedade civil, associações, incubadoras, universidades, pesquisadores, empreendedores sociais, empresários e demais entidades apoiadoras, além, é claro, das próprias organizações de catadores.

O trabalho do IPESA inicia-se com a identificação das necessidades e demandas do grupo, o que é feito com o envolvimento de todos os cooperados, visando à construção das metas a serem atingidas. A metodologia participativa, que se expressa no “fazer com” e na divisão da cooperativa em grupos de trabalho, promove a construção de um conhecimento coletivo que fortalece a autonomia e o empoderamento dos catadores, além de propiciar a tomada de consciência de suas responsabilidades. Além disso, ao oferecer oportunidades de participação e crescimento de todos os cooperados nas áreas de seu maior interesse, nossa metodologia permite que o grupo assuma com mais firmeza sua participação no trabalho coletivo.

A utilização e o ensino de técnicas de gestão numa sequência lógica de ações, diferente do que em geral ocorre em cursos de formação, prioriza uma aprendizagem voltada para a concretização das metas da cooperativa. Essas ações também contam com dinâmicas e práticas nas quais os cooperados são os protagonistas, respeitando suas particularidades e o seu tempo, duas questões fundamentais.

Conhecer o grupo a ser capacitado e considerar suas especificidades e seu momento de evolução são pressupostos fundamentais para o processo de formação e a efetividade de seus resultados. Afinal, cada cooperativa é única e se encontra num momento específico de desenvolvimento.

Todo o trabalho de formação é permeado ainda pela proposta de pensar nos grupos de catadores de forma integral, com um olhar também para as pessoas. São trabalhados os sofrimentos, os desejos e as relações de grupo, indo além de questões como quantidade de material triado, porcentagem de rejeito ou renda gerada.

A intervenção do IPESA deve ser encarada como uma ferramenta de percepção e integração do grupo, buscando-se mudar a visão assistencialista que muitos têm desse tipo de proposta para que possam se tornar independentes. É importante que o catador entenda seu papel ativo como sensibilizador da população, o que contribui para elevar a sua autoestima, passando a se ver na condição de “quem tem a ensinar”, e não apenas de “quem tem a aprender”.

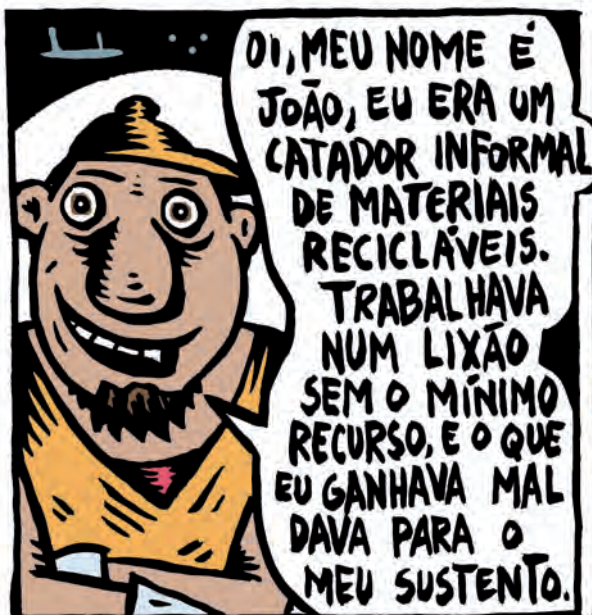
Acreditando no método de capacitação aqui apresentado, buscamos, neste livro, entender o que dá certo e o que não dá, analisar os resultados significativos, os grandes desafios e, acima de tudo, colaborar para o desenvolvimento das cooperativas. Esperamos, com esta publicação, estimular municípios a desenvolver sistemas de coleta seletiva com inclusão e contratação de organizações de catadores e contribuir para a profissionalização desses agentes, como instrumento de apoio ao desenvolvimento de uma política de sucesso na gestão de resíduos sólidos.

Este livro apresenta, também, a formação política das cooperativas realizada pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), conteúdo que se encontra no capítulo “Educação para emancipação social”, escrito por representantes

do MNCR. Esse capítulo é de grande importância para a publicação, pois o IPESA não desenvolve a formação política dos catadores, acreditando que isso seja papel do movimento nacional.

Poucos são os instrumentos, ferramentas ou outros tipos de referências para se entender e comparar a situação das cooperativas de catadores no país. Encerramos, portanto, esta apresentação ressaltando o trabalho da especialista em resíduos sólidos Dra. Gina Rizpah Besen, que em suas teses de mestrado e doutorado criou e aprimorou indicadores e índices de sustentabilidade. Esses indicadores são expostos por ela no capítulo “Avaliação: indicadores de sustentabilidade”. O IPESA assumiu, junto à dra. Rizpah, o desafio de aplicá-los com o objetivo de criar parâmetros para a reflexão, visando à melhoria contínua das cooperativas.

EQUIPE DO IPESA



O catador de materiais recicláveis

JULIO RUFFIN PINHEL

Quem é, como surgiu, como vive

Dos respeitados garrafeiros de antigamente a pessoas em situação de exploração, o catador no Brasil tem tido pouco respaldo do governo e das empresas. As cooperativas são uma saída.

A presença de pessoas que vivem do comércio de materiais re-fugados data do início do processo de industrialização. No começo do século xx, com o incremento da indústria gráfica, o papel já era reciclado. Desta época também há registros de compradores de sucata no bairro do Brás, em São Paulo, principalmente garrafas e materiais ferrosos. O “garrafeiro”, figura respeitada nos bairros e vilas das cidades, foi desaparecendo ao longo do tempo e dando lugar ao catador, que, por sua vez, recolhe os resíduos recicláveis de diferentes locais, sem ter que pagar ou trocar algo por isso.

No decorrer do século xx houve uma mudança no perfil desse trabalhador, acarretada pelo crescimento das cidades e pelo modelo consumista que passou a imperar na sociedade. A urbanização intensa e o estilo de vida adotado alteraram significativamente a quantidade de resíduos gerados, enquanto houve um aumento do nível de desemprego em razão das exigências para acesso ao mercado de trabalho, que restringiram as possibilidades de sobrevivência para importantes contingentes sociais. Nas

últimas décadas, o Brasil mudou seu tipo de lixo em quantidade e qualidade, em volume e em composição, estando muito diferente daquele que se produzia há quarenta anos.

Além do papel e da sucata, um outro tipo de material começou a tomar conta do mercado nas últimas décadas: o produto descartável (embalagens), que têm vida curta no ciclo de consumo capitalista. Muitas embalagens não alcançam mais de sessenta dias entre a saída da indústria e a chegada ao lixo. Só no Brasil se movimentam mais de 7 milhões de toneladas de embalagens por ano.

Nesse novo contexto, houve um significativo aumento da ação dos catadores nas ruas. Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB, 2008), existem aproximadamente 70,5 mil catadores informais atuando em ruas e lixões, e 30.390 organizados em cooperativas ou associações. As entidades do setor acreditam, porém, que esses números não condizem com a realidade, pois a PNSB se baseia nas informações geradas pelas prefeituras municipais, que, na grande maioria dos casos, não têm um cadastro dos catadores da cidade.

Segundo o perfil traçado por Roberto Lajolo, os catadores compõem um importante grupo que contribui para a gestão dos resíduos sólidos nas cidades. Ao longo do dia, coletam, separam e vendem o que as casas, comércios e indústrias descartam. Muitas vezes trabalham em péssimas condições, de forma solitária e isolada, e não conseguem bons preços para seus resíduos.

Constituem uma massa de desempregados que, por sua idade, condição social ou baixa escolaridade, não encontram mais lugar no mercado de trabalho formal. Existem, ainda, aqueles que, a despeito de serem um pouco mais escolarizados, também não conseguem uma posição profissional num mundo marcado pelo compasso tecnológico e digital. Por fim, há um grupo de homens e mulheres com histórias de vida muitas vezes assinaladas

Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, existem aproximadamente 70,5 mil catadores informais, atuando em ruas e lixões, e 30.390 organizados em cooperativas ou associações. As entidades do setor acreditam, porém, que esses números sejam maiores.

pela violência, pelo sofrimento e pelo preconceito. De modo geral, são explorados pelos comerciantes intermediários (conhecidos como “sucateiros”) e donos de lixões, para quem entregam seus materiais a preços muito inferiores aos praticados no mercado.

O crescimento da atividade de catação tem fortes vínculos com níveis extremos de pobreza. Parte dessas pessoas busca materiais recicláveis em sacos de lixo na rua ou marca presença nos lixões à procura desses resíduos. Entretanto, a maioria coleta resíduos recicláveis para vender, o que lhes permite sustentar suas famílias, cuja qualidade de vida é péssima, em especial para as crianças, sujeitas aos riscos de viver no lixo e do lixo.

No Brasil, de acordo com dados do UNICEF, em 2001 havia mais de 45 mil crianças trabalhando com lixo e pelo menos 25 mil catadores nos lixões, sendo que 22% com menos de 14 anos de idade. Apesar da clara importância que os catadores têm por contribuir para a gestão dos resíduos sólidos nas cidades (mesmo que de modo informal), seja coletando, separando ou vendendo o resíduo reciclável, não conseguem desenvolver seus direitos de cidadania e emancipar-se política, econômica e socialmente.

A partir da década de 1990, as campanhas de coleta seletiva e inclusão de catadores começaram a se multiplicar, principalmente em razão de políticas e ações no gerenciamento de resíduos apoiadas por governos, organizações não governamentais, instituições sociais, incubadoras etc. Consequentemente, começam a surgir alternativas para fortalecer os catadores e deixá-los mais independentes. Uma das alternativas que tem se mostrado bastante eficaz é a organização em cooperativas.

A catação dos resíduos recicláveis no Brasil tem como marca a baixa participação de empresas privadas na coleta, a presença maciça de trabalhadores informais e uma participação pouco significativa dos poderes públicos em programas de coleta seletiva.

A catação dos resíduos recicláveis no Brasil tem como marca a baixa participação de empresas privadas na coleta, a presença maciça de trabalhadores informais e uma participação pouco significativa dos poderes públicos em programas de coleta seletiva.

Nesse contexto, a possibilidade de organização aparece como uma saída da situação de exploração. Assim, a estruturação de cooperativas busca romper algumas das amarras existentes no circuito de separação e comercialização de resíduos, com intuito de melhorar as condições de vida e de trabalho dos catadores.

Apesar de não ser objeto desta publicação, vale destacar que os catadores também podem se organizar em associação. A diferença essencial para a cooperativa está na natureza dos dois processos. Enquanto as associações têm por finalidade a promoção de assistência social, educacional, cultural, a representação política e a defesa de interesses de classe, as cooperativas têm finalidade essencialmente econômica, com o objetivo de viabilizar o negócio produtivo de seus cooperados junto ao mercado.

A compreensão dessa diferença é o que determina a melhor adequação de um ou outro modelo. A associação tem uma grande desvantagem em relação à cooperativa, ao engessar o capital e o patrimônio. Em compensação, apresenta algumas vantagens para grupos que querem se organizar, mesmo para comercializar seus produtos: o gerenciamento é mais simples e o custo de registro é menor, assim como é menor o número de associados necessários para a formalização do empreendimento.

Unindo forças, dividindo dificuldades

Mesmo se organizando para fugir da exploração econômica, o catador continua vulnerável. É preciso mudanças nas políticas públicas e a união entre as cooperativas.

As cooperativas de coleta, triagem e comercialização de resíduos são associações de pessoas que se unem voluntariamente para

alcançar objetivos nas áreas econômica, social e cultural. A criação desta sociedade democrática e coletiva inicia-se de modo informal por parte de seus agregados e pode se fortalecer com o apoio das instituições parceiras. São catadores de rua que sentem a necessidade de se organizar para se fortalecer e obter mais poder de barganha ao negociar seus produtos com sucateiros e indústrias do segmento.

Paul Singer resumiu que a cooperativa possibilita compras em comum a preços menores e vendas em comum a preços maiores. Sendo entidade econômica e política, a cooperativa representa os catadores perante o poder público e dele reivindica espaço protegido para armazenar e separar o material recolhido e financiamento para processá-lo, agregando-lhe valor. A cooperativa é uma oportunidade de resgate da dignidade humana do catador, como também de desenvolvimento e ajuda mútua, o que permite constituir a comunidade dos catadores.

De acordo com publicação do CEMPRE – Compromisso Empresarial para a Reciclagem, a implantação de uma cooperativa de catadores requer um conjunto de condições básicas para transporte, triagem, beneficiamento e comercialização dos resíduos, bem como de apoio aos cooperados: capacitá-los para o gerenciamento é condição fundamental para a consolidação da cooperativa como empreendimento autogestionário, solidário e popular. Portanto, gerenciar uma cooperativa de catadores significa gerenciar cada uma de suas atividades e as relações ou interferências entre elas: organização do trabalho, estabelecimento de objetivos e metas, formulação de planos de trabalho e acompanhamento das ações previstas.

Analisando-se a situação atual das cooperativas de catadores, salvo algumas exceções, pode-se concluir que se trata de uma realidade ainda bastante precária, e que essa precarização do trabalho vai além das questões ligadas aos direitos trabalhistas. Pouca

A situação atual das cooperativas, salvo algumas exceções, ainda é bastante precária. Mesmo se organizando para fugir da exploração econômica, o catador continua vulnerável a ela porque as indústrias que compram recicláveis são poucas e exigem grandes volumes para negociar.

coisa mudou para os catadores da rua com o advento das cooperativas. Mesmo se organizando para fugir da exploração econômica, o catador continua vulnerável a ela porque as indústrias que compram recicláveis são poucas e exigem grandes volumes para negociar.

Grandes volumes são em geral alcançados somente por sucateiros, pois eles possuem a infraestrutura necessária para trabalhar com o resíduo (balança, prensa, caminhões, triturador, galpão, telefone, capital) de forma a agregar-lhe valor, levando vantagem nas negociações com os grandes compradores e com as indústrias consumidoras desse material. De todo jeito, existem empreendimentos de catadores que possuem apoio e equipamentos suficientes, mas mesmo assim enfrentam problemas, sejam internos (organização, por exemplo) ou externos (como a falta de financiamento e reconhecimento da sociedade).

A média de agregação de valor da cooperativa até o último comprador chega a 85%, com alguns produtos ultrapassando 100%. O maior valor proporcionado pela reciclagem do resíduo fica com o sucateiro (intermediário), que impõe o preço dos produtos recicláveis às cooperativas pela força de mercado. Já a indústria, ao comprar recicláveis, beneficia-se com economia de energia elétrica e matéria-prima virgem, além da mão de obra para triagem.

A mudança desse quadro de exploração só diminuirá com a adoção de uma estratégia econômica, política e social nas esferas municipais, estaduais e federais. O mecanismo natural para atingir esse objetivo é a concentração da oferta de materiais recicláveis em redes de organizações de catadores capazes de recuperar uma quantidade considerável de material que lhes permita ter uma participação importante no mercado, negociando assim preços e condições com as indústrias. Por outro lado, é indispensável que

as citadas organizações assumam funções sociais, políticas e culturais para contrabalançar a exclusão de que estes são vítimas.

Segundo Márcio Magera, essas mudanças precisam vir acompanhadas de políticas educacionais, assistência médica e toda uma infraestrutura que possibilite a integração da população dos recicladores e seus familiares. A sobrevivência das cooperativas se dará com sua união regional e com a atuação do Estado, juntamente com a iniciativa privada, na construção de uma política nacional de proteção às cooperativas de catadores, amparadas por leis e isenções fiscais. São necessários também financiamentos para melhorias estruturais, já que muitas não possuem instrumentos básicos para exercer suas funções, como prensa ou mesmo balança.

A autogestão deve ser assumida pelos catadores para superar dificuldades em relação aos problemas administrativos. Por meio da articulação de estratégias econômicas, políticas e sociais, os cooperados devem buscar a independência em relação a entidades sociais, religiosas, governamentais e não governamentais que dão continuidade à matriz paternalista geradora de emprego sem qualificação. A relação de dependência não altera as condições de exclusão desses trabalhadores, como também não resolve o problema dos resíduos no Brasil.

O catador na cadeia produtiva da reciclagem

Presentes em diversas etapas, os catadores são essenciais na cadeia produtiva da reciclagem.

A reciclagem é um conjunto de operações interligadas cuja finalidade é a reintrodução dos materiais recicláveis nos processos

produtivos. Uma vez submetidos a elas, passam a ser insumos para a produção de novos produtos. Essas operações são consideradas elos da cadeia produtiva da reciclagem, na qual são processados resíduos de outras cadeias, e podem ser representadas pelo esquema a seguir:



Segundo Roberto Lajolo, especialista em resíduos sólidos, o primeiro elo corresponde à operação de *segregação* dos resíduos, em geral realizada pelos mesmos agentes que os produziram. Na indústria, os rejeitos da produção passíveis de aproveitamento são separados e parcialmente utilizados no próprio processo produtivo. Nas residências, os resíduos recicláveis secos (alumínio, papéis, plásticos, vidros) podem ser separados dos úmidos (principalmente orgânicos).

O segundo elo é o da *coleta seletiva*. Os resíduos são recolhidos nos locais, total ou parcialmente separados, e enviados às operações de triagem e classificação ou às unidades de beneficiamento. Atuam nesse elo os catadores, organizados ou não, as empresas privadas de coleta de lixo e as prefeituras.

O terceiro elo, *triagem e classificação*, corresponde às operações de separação, classificação mais fina, prensagem e enfiamento dos resíduos. Os principais agentes nessa fase são os catadores organizados, os sucateiros e aparistas, que são os compradores intermediários entre os catadores e a indústria.

No quarto elo, que envolve as operações de *beneficiamento*, são aplicados procedimentos específicos para cada material,

transformando-os em novos insumos para a indústria. Os agentes mais comuns são as empresas e alguns poucos núcleos de catadores mais organizados que já realizam esse tipo de operação.

Finalmente, o último elo é o da *reciclagem* propriamente dita, quando os produtos provenientes das etapas anteriores são utilizados como insumos em processos industriais que utilizam somente materiais reciclados como matérias-primas virgens. Nessa etapa a maior participação é das empresas, com poucas cooperativas inseridas em experiências de produção de telhas, por exemplo, mas ainda de forma semi-industrial.

É importante ressaltar que, de acordo com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, esse modelo de cadeia não existe sem a presença do catador. A expressão “Centrais de Triagem” mascara a presença das cooperativas e, segundo o MNCR, sistemas de coleta seletiva sem a presença de catador são exceções, não regra.

Conquistando respeito, espaços e organização

As habilidades dos catadores se ampliaram com o passar do tempo. Hoje, sua categoria profissional é oficializada na Classificação Brasileira de Ocupações e eles são protagonistas de um importante movimento político.

A crescente organização dos catadores constitui um divisor de águas na história desses trabalhadores. Tendo na atuação em grupo uma ferramenta de inserção social, eles vêm estabelecendo seus deveres como profissionais e conquistando seu direito a emprego, renda, respeito e uma vida mais digna. De habilidades simples, como aquela exercida pelo “garrafeira” ao tocar o sino

A crescente organização dos catadores constitui um divisor de águas na história desses trabalhadores, que chegam aos dias atuais caracterizados como profissionais – “catador de matéria reciclável” – e protagonistas de um importante movimento político.

quando percorria as casas de antigamente, passam a ter que desenvolver habilidades mais complexas, inserindo-se de maneira efetiva e significativa na cadeia da reciclagem. Os catadores chegam aos dias atuais caracterizados como profissionais – “catador de matéria reciclável” – e protagonistas de um crescente e importante movimento político.

Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)

No final da década de 1980, a partir da OAF – Organização de Auxílio Fraternal –, iniciou-se o processo de organização dos catadores, dando início à experiência da COOPAMARE (Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis de São Paulo). Já nos anos 1990, com o apoio do Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua, foram promovidos encontros e reuniões em vários locais do país e novos parceiros foram incorporados.

O Movimento Nacional começa a surgir em 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel. Em 2001 ocorreu o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, que reuniu mais de 1.700 catadores, impulsionando a luta por direitos em diversas regiões do Brasil. Naquela ocasião foi lançada a *Carta de Brasília*, documento que expressa as necessidades da população que sobrevive da coleta desses materiais. O 1º Congresso Latino-americano de Catadores, em 2003, reuniu catadores de diversos países e divulgou a *Carta de Caxias*, que difunde a situação dos catadores da América Latina e unifica a luta desses trabalhadores nos países da região. O MNCR começa a mostrar sua força nacionalmente com as articulações regionais no Brasil.

Com a *Declaração de Princípios e Objetivos*, o MNCR norteia suas ações para a autogestão, a democracia direta, a ação direta popular, a independência de classe, o apoio mútuo e a solidariedade

A Declaração de Princípios e Objetivos do Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis estabelece que o MNCR deve buscar a autogestão, a democracia direta, a ação direta popular, a independência de classe, o apoio mútuo e a solidariedade de classe.

de classe. No que concerne à vida do trabalhador, o documento busca a coleta de recicláveis feita por catadores, o pagamento aos catadores pelos serviços de coleta, o controle dos catadores sobre a cadeia produtiva dos recicláveis, a conquista de moradia, o acesso à saúde, à educação e às creches para eles e suas famílias. Do ponto de vista da gestão de resíduos, o documento defende o fim dos lixões e sua transformação em aterros sanitários, com o devido deslocamento dos catadores para galpões que garantam a sobrevivência digna de todos.

O surgimento do MNCR promoveu uma articulação sociopolítica dos catadores em prol do seu protagonismo, buscando garantir sua participação em projetos de gerenciamento de resíduos e programas de coleta seletiva. Os catadores começam a conquistar mais respeito graças à persistência, ao esforço de sua luta e ao envolvimento político de sua organização, que conseqüentemente promove modificações no seu perfil.

Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)

Os catadores possuem muitos conhecimentos específicos e habilidades para identificar, coletar, separar e vender resíduos recicláveis; “garimpam” no lixo o desperdício de recursos naturais, que retornam ao processo produtivo como matéria-prima secundária.

Por sua história e capacidade de articulação, eles se fizeram presentes no debate sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que os aponta como parceiros preferenciais na gestão desses resíduos, e conquistaram seu reconhecimento como categoria profissional, oficializado na Classificação Brasileira de Ocupações.

A CBO é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos, além de descrever as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro, abordando habilidades complexas.

Por sua história e capacidade de articulação, os catadores se fizeram presentes no debate da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que os aponta como parceiros preferenciais na gestão desses resíduos em nível nacional.

A classificação foi disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2002. O catador de material reciclável possui o número 5192-05 como código.

Segundo essa classificação, o catador também pode ser denominado catador de ferro-velho, catador de papel e papelão, catador de sucata, catador de vasilhame, enfardador de sucata, separador de sucata, triador de sucata. A classificação dessa profissão é feita em seis itens: Descrição sumária, Condições gerais de exercício, Formação e experiência, Áreas de atividades, Competências pessoais e Recursos de trabalho, nos quais todas as faces do trabalho dos catadores podem ser observadas e entendidas.

O perfil atual do catador

Para acompanhar a mudança do tipo dos resíduos gerados ao longo do tempo, os catadores devem se capacitar constantemente, organizar-se em cooperativas ou associações, articular-se em rede e qualificar-se para a autogestão do seu negócio.

Os especialistas Julio Pinhel, Maria Zanin e Graziela Del Mônico, em sua obra *Catador de resíduos recicláveis: um perfil profissional em construção*, procuraram elucidar a importância dos catadores no cenário da geração desenfreada de resíduos do mundo atual, evidenciando o caráter de utilidade pública dos serviços prestados por esta categoria, bem como as características, habilidades, atividades e funções para desempenhar seu trabalho de maneira eficaz e não exploratória, de forma a promover sua emancipação econômica, social e política.

A partir dos anos 1990, o catador passou a coletar todos os tipos de recicláveis, acompanhando a mudança do tipo de resíduo

gerado, apresentando maior quantidade e diversidade tanto em volume quanto em composição. O catador também acompanhou essa mudança alterando as suas atividades.

Em face disso, traça-se um novo perfil para o catador, que deve possuir as seguintes atividades e habilidades específicas principais:

- elevar o nível de organização por meio da constituição de cooperativas ou associações, buscando o trabalho coletivo, construindo redes e aumentando as escalas de produção. Isso exige habilidades de administração, coleta seletiva, triagem, comercialização e coordenação;
- requalificar suas atividades no âmbito das operações de reciclagem: capacitar-se tanto para as operações que hoje realizam como para as de beneficiamento – separação correta dos materiais por tipos, prensagem, enfardamento, armazenagem e inserção destes nas redes de comercialização, buscando conseguir produtos mais adequados ao processamento industrial;
- melhorar a qualidade do resíduo triado, evitando a mistura de resíduos de materiais diferentes, garantindo melhores condições de comercialização;
- qualificar-se para a gestão de negócios e para a participação em programas de gerenciamento de resíduos, como também para buscar financiamento subsidiado e estabelecer parcerias com os setores público e privado;
- participar do MNCR e constituir bases orgânicas, seguindo seus princípios, objetivos e divulgando-os na busca da autogestão e do controle da cadeia produtiva da reciclagem (protagonismo da classe);
- reconhecer-se como categoria profissional, conhecendo, compreendendo e valorizando suas atividades, exercendo-as ao máximo e com eficiência, melhorando sua autoestima e conquistando o respeito da comunidade.

Num círculo virtuoso, o catador está organizado em cooperativa autogestionária. Tem ética, responsabilidade ambiental e força política. Estabelece parcerias não paternalistas, coleta todos os recicláveis separados na fonte e evita lixões.

Pólita Gonçalves define qual seria o papel dos catadores num “círculo virtuoso” da reciclagem, contrastando com o “círculo perverso” em que vive hoje a maior parte da sociedade. Nesse círculo virtuoso, o catador já se encontra organizado em cooperativa autogestionária e atua como um organizador de redes ou centrais de cooperativas, onde processa os resíduos coletados até chegar ao produto final. Mais ainda, tem ética, responsabilidade ambiental e força política (com organização e articulação), estabelece parcerias não paternalistas, coleta todos os recicláveis separados na fonte geradora, não “cata” em lixão nem rasga sacos de lixo dispostos na rua.

Por que os municípios devem valorizar o catador?

A crescente geração de resíduos e sua destinação inadequada são grandes problemas atuais, e a atuação do catador junto ao poder público é fundamental para um gerenciamento sustentável e seguro desses materiais.

O acelerado processo de urbanização, aliado ao consumo crescente de produtos descartáveis, provocou sensível aumento do volume e diversificação do resíduo gerado, além da sua concentração espacial. Desse modo, o encargo de gerenciá-lo de forma sustentável e segura deve ser encarado como prioridade por todos os municípios que enfrentam o desafio da geração de resíduos em grandes quantidades, como também pelas comunidades pequenas e médias que precisam encontrar soluções que preservem suas fontes de água.

A produção de resíduos é um fenômeno inevitável que ocorre em quantidades e composições variáveis conforme o nível de desenvolvimento econômico, a população e seus diferentes estratos

sociais. Os sistemas de limpeza urbana devem promover a coleta, o tratamento e a destinação ambiental e sanitária de forma correta e segura – tarefa que enfrenta limitações de ordem financeira, deficiência na capacitação técnica e profissional, descontinuidade política e administrativa e ausência de controle ambiental, entre outros grandes desafios.

O Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos, obrigatório a todos os municípios a partir de agosto de 2012, é o documento que descreve as ações relativas ao manejo dos resíduos sólidos, contemplando os aspectos de geração, segregação, acondicionamento, coleta (convencional ou seletiva), armazenamento, transporte, tratamento, disposição final e proteção à saúde pública.

O diagnóstico da situação e a definição das ações são essenciais para se determinar o modelo de gerenciamento para o município, que só pode ocorrer após o levantamento da dimensão atual do problema e dos prognósticos para o futuro, como também dos recursos humanos, materiais e financeiros de que se dispõe ou que poderão ser obtidos.

No gerenciamento integrado os prefeitos e representantes devem estimular a diminuição da geração de resíduos; implementar pesquisas de tecnologias não agressivas ao ambiente e compatíveis com a realidade socioeconômica; assegurar a recuperação e a descontaminação de áreas degradadas; desenvolver programas de Educação Ambiental; implantar unidades de destinação final de resíduos que minimizem os impactos ambientais; fazer o controle adequado do transporte e transbordo de resíduos e materiais perigosos; adotar programas de cooperação com outras esferas de governo; atualizar a taxa de limpeza urbana visando ao custeio da coleta e ao destino final dos resíduos sólidos domiciliares; e investir na fiscalização e no controle ambiental para impedir a disposição inadequada de resíduos.

Das responsabilidades das prefeituras mais diretamente relacionadas aos catadores, constam a elaboração de um plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos com a inclusão de catadores; a redução de resíduos por meio de programas de pré-seleção, reciclagem e reutilização; e o reconhecimento, a capacitação e o apoio às organizações de catadores de materiais recicláveis.

A atuação dos catadores junto ao poder público no que toca a esses três itens dá-se pelos seguintes motivos: primeiro, porque o plano de gerenciamento deve apresentar uma frente de coleta seletiva na qual os catadores são os principais agentes; segundo, porque a diminuição da disposição de resíduos por meio do estabelecimento de pré-seleção pode ser entendida como segregação, triagem, acondicionamento e posterior venda do que é reciclável, atividades que competem aos catadores; e, por fim, o reconhecimento e a valorização dos catadores de materiais recicláveis e sua inclusão social só podem ser conseguidos com a participação ativa da categoria.

É com o trabalho dos catadores que tem início todo um processo de reciclagem de resíduos domiciliares no Brasil. O UNICEF estima que eles sejam responsáveis por mais de 60% do papel e papelão reciclado no país, bem como por 90% do material que alimenta as indústrias de reciclagem, fazendo do Brasil um dos maiores recicladores de alumínio do mundo, por exemplo. Os catadores encaminham para a reciclagem mais de 20% dos resíduos sólidos urbanos. Conforme assinalado em publicação do CEMPRE, a importância dos catadores de recicláveis fica mais perceptível por diminuírem as despesas da prefeitura com o recolhimento do lixo e a quantidade que chega aos aterros ou lixões.

Com essas novas posturas frente à questão dos resíduos, pode-se observar que uma política de desenvolvimento sustentável ambiental e social começa a ser apresentada. Nessa política, os

O trabalho dos catadores inicia todo um processo de reciclagem de resíduos domiciliares no Brasil. O Unicef estima que eles sejam responsáveis por mais de 60% do papel e papelão reciclados e por 90% do material que alimenta as indústrias de reciclagem.

desempregados e trabalhadores do setor informal da economia se organizam em empreendimentos solidários autogestionários (cooperativas), intensificando a educação ambiental junto à população e construindo uma nova alternativa de geração de trabalho, renda e beneficiamento de materiais recicláveis.



O GARRAFEIRO, FIGURA RESPEITADA NOS BAIRROS E VILAS DAS CIDADES.



O TEMPO PASSOU, VIERAM AS INDÚSTRIAS E O GARRAFEIRO FOI DESAPARECENDO E DANDO LUGAR AO CATADOR...





POR NECESSIDADES DIFERENTES, SURTIU UMA NOVA CLASSE DE TRABALHADORES - OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, TRABALHANDO NOS LIXÕES E NAS RUAS, MARGINALIZADOS E NA INFORMALIDADE.



COM A COLETA SELETIVA, JUNTO COM UMA VISÃO DE FUTURO, SE UNEM EM COOPERATIVAS.



GARANTINDO UMA VIDA MELHOR PARA TODOS.

Do trabalho informal à organização

LUCIANA LOPES E FERNANDO PESSOA DE ALBUQUERQUE

Como mobilizar os catadores?

Os catadores são formados por três principais categorias de trabalhadores. Cada uma exige uma intervenção diferenciada para o incentivo à organização. Mas, antes dessas mobilizações, é fundamental que o poder público já tenha garantido uma central de triagem estruturada.

Levando em conta o cenário em que se desenvolve o trabalho dos catadores de materiais recicláveis, apresentado no capítulo anterior, serão abordados agora os desafios e estratégias na mobilização de trabalhadores para a organização de empreendimentos autogestionários.

Antes de qualquer mobilização ser iniciada, é fundamental que o poder público já tenha garantido a organização de uma central de triagem, dotada de maquinários para a execução do trabalho e para o planejamento da implantação da coleta seletiva na cidade. Dessa forma, a mobilização acontece para que, no máximo em seis meses, haja uma estrutura de trabalho à disposição do grupo. Isso é importante, pois o processo de organização de uma central de triagem é a etapa mais demorada dentro do sistema de coleta seletiva. Iniciar a mobilização sem ter essa estrutura minimamente planejada implica longo tempo de capacitação de um grupo sem o início imediato do trabalho, o que leva ao desânimo e à desistência.

Antes de qualquer mobilização ser iniciada, é fundamental que o poder público já tenha garantido a organização de uma central de triagem, dotada de maquinários para a execução do trabalho e para o planejamento da implantação da coleta seletiva na cidade.

Os grupos de catadores organizados no país são formados por três principais categorias de trabalhadores: pessoas em situação de desemprego, catadores que trabalham em lixões ou aterros e catadores independentes que percorrem as ruas das cidades com suas próprias carrocinhas, mais conhecidos como catadores de papelão. Cada um desses trabalhadores exige uma intervenção diferenciada para o incentivo à organização, ainda mais em se tratando de um regime de trabalho cooperativista, no qual não há a figura do empregador/chefe.

A organização de trabalhadores desempregados não é a melhor alternativa para iniciar um grupo autogestionário, visto que a premissa do trabalho é reconhecer e incluir no sistema formal as pessoas que vivem da reciclagem no município. No entanto, é um expediente utilizado, mesmo em cooperativas formadas por catadores, quando se esgotam as possibilidades de inclusão dos catadores considerados “históricos”. A melhor forma de mobilização desses trabalhadores é por meio do apoio dos serviços sociais da prefeitura, em que estão cadastradas as pessoas em maior vulnerabilidade social.

As dificuldades do processo com os trabalhadores desempregados dizem respeito à imagem negativa que o catador ainda ocupa socialmente, representando um sujeito desprovido de cidadania que trabalha com aquilo que é rejeitado pelo sistema social. Com isso, tornar-se catador é vergonhoso e cria abalos à autoestima dessas pessoas. Essa percepção é possível de ser transformada a partir de intervenções que valorizem e empoderem o trabalho exercido pela categoria dos catadores, como:

- estabelecimento de vínculo da importância do trabalho para a melhoria das condições ambientais da cidade;
- envolvimento do grupo nas atividades de educação ambiental para a coleta seletiva do município;

- apresentação da importância da categoria e do trabalho para a sociedade: e se não existissem catadores de materiais recicláveis no país? O que aconteceria?
- dimensionamento das vantagens do trabalho autogestionário, em que se tem o poder de decisão sobre os rumos do próprio trabalho.

Muitos grupos de catadores se formam a partir do momento em que o lixão onde essas pessoas trabalham é ou será fechado. O processo de mobilização desses trabalhadores é mais fácil, pois todos estão no mesmo local (lixão) e muitos já possuem alguma forma de colaboração, seja na venda dos materiais para um mesmo comprador, seja no estabelecimento de regras de trabalho coletivo. Porém, é preciso estabelecer períodos de formação para os interessados que não interfiram na dinâmica da atual atividade, o que deve acontecer por meio do diálogo e em comum acordo com o grupo.

Os maiores desafios na organização desses catadores encontram-se na resistência em abandonar a informalidade do trabalho dentro do lixo, na administração das relações pessoais já construídas (visto que todos se conhecem, mas nem sempre tem um bom relacionamento) e na garantia de trabalho apenas com os materiais de coleta seletiva. Por isso, além da construção da central de triagem, a organização do sistema de coleta seletiva também deve acontecer paralelamente à mobilização dos catadores em aterros, pois esses trabalhadores não têm o hábito de coletar nas ruas e a operação dessa central já deve contar com a entrada de materiais recicláveis logo no início.

Assim, a mobilização dos catadores que trabalham em lixões ou aterros deve levar em consideração:

- a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que estabelece o fechamento dos lixões até 2014 e que impede,

No caso de cooperativas formadas por pessoas desempregadas, é necessário destacar a importância do trabalho da categoria para a sociedade: e se não existissem catadores de materiais recicláveis?

portanto, que haja a escolha entre o trabalho formal ou informal;

- a atual forma de organização desses trabalhadores e as relações estabelecidas, buscando sempre que possível a construção de um grupo a partir desses elementos;
- as vantagens do trabalho organizado em relação à informalidade.

A última categoria de catadores presentes na cidade é aquela dos que trabalham nas ruas do município, coletando com carrinhos. A mobilização desses catadores pode acontecer em parceria com os serviços sociais, igrejas, postos de saúde, escolas ou associações de bairro, pois eles costumam ser conhecidos no bairro onde trabalham. A abordagem nas ruas e a indicação de outros catadores também são boas formas de identificação. Já a abordagem em depósitos de sucata não costuma produzir bons resultados, pois dificilmente o dono do depósito quer perder a força de trabalho que esse catador representa.

O maior desafio na organização desses catadores é a natureza do seu trabalho: individual, autônoma, sem rotina e horários predefinidos, e com pagamento imediato pelo material que conseguiram recolher durante o período de trabalho. O agendamento de encontros de formação também é outro grande desafio, pois não há um ponto de encontro em comum. Além disso, a formação deve ser feita em local de fácil acesso à maioria, portanto negociada com todos.

Para a organização desses catadores é fundamental que se planeje a participação também no sistema de coleta. É claro que deve ser oferecida ao catador de rua a oportunidade de realizar o trabalho dentro da central de triagem, mas boa parte desses trabalhadores concebe o seu trabalho na coleta dos materiais

recicláveis, e não na triagem. Assim, a organização deles deve levar em conta a melhoria ou aquisição de novos carrinhos, e também a construção de roteiros de coleta, respeitando os roteiros já percorridos por eles.

A participação na coleta não significa que ficará excluída a organização de uma central de triagem e armazenamento, pois é fundamental que esses catadores tenham espaço para beneficiar a produção, que na informalidade acontece dentro das residências ou em terrenos baldios.

O respeito pela forma de remuneração que esses catadores estão acostumados a ter também pode auxiliar bastante na organização coletiva, pois já está incorporado no seu modo de trabalho o recebimento pela sua produção.

Diante desses cenários, pode-se incentivar a mobilização desses trabalhadores a partir das seguintes intervenções e argumentos:

- Desenho dos tubarões: cada atravessador é um tubarão entre o catador e a superfície. Como se proteger deles?
- O material vendido em escalas maiores tem mais valor na venda, o que valoriza o trabalho do catador e gera mais renda.
- Apresentação das vantagens do salário mensal em comparação à remuneração diária: no início da organização, pode-se começar pela venda mensal de alguns materiais, passando gradativamente à ampliação para os demais.
- Apresentação das vantagens de se trabalhar em grupo, no qual o conhecimento de um pode auxiliar no trabalho do outro e as tarefas podem ser divididas por afinidade e habilidade, o que permite o aperfeiçoamento do trabalho como um todo.
- Ênfase na importância da construção de relações pessoais, já que muitos desses catadores vivem sem familiares e se acostumaram a uma vida isolada e sem parcerias para o sustento das suas necessidades.

Na mobilização do catador que trabalha sozinho com carrinhos pela cidade, é importante alertá-lo sobre as perdas geradas pelos atravessadores.

- Discussão das vantagens de ser assessorado pelo poder público, que deve oferecer recursos para o funcionamento e desenvolvimento da cooperativa.
- Discussão da importância de melhores condições de trabalho para a saúde física e mental do catador.

É possível também desenvolver alternativas de inclusão de catadores que preferem se manter desvinculados da cooperativa, mas que podem participar da organização da coleta seletiva, em que a cooperativa tem papel central e de articulação. Diante disso, a cooperativa também se torna responsável por elaborar formas de incluir o material coletado pelos catadores independentes em suas vendas, pagando um valor mais justo e trabalhando em cooperação também com esses trabalhadores autônomos.

O objetivo final, contudo, é aglutinar indivíduos excluídos do mercado de trabalho, ou movidos pela força de suas convicções, à procura de alternativas coletivas de sobrevivência.

A constituição e a mobilização da cooperativa

É fundamental que, depois de mobilizados, os cooperados sejam capacitados e conduzam seu processo de regularização.

A partir da mobilização inicial dos catadores do município, os facilitadores devem definir com o grupo um dia e horário para as atividades de formação coletiva, que seja um horário ideal para a presença de todos. A ideia é que o período de formação não passe de uma hora em cada encontro, em razão da dificuldade em assimilar muitos conceitos e em prestar atenção por períodos mais longos. Logo no primeiro encontro, sugere-se agendar com

o grupo uma visita a outra cooperativa de catadores de materiais recicláveis em funcionamento, para que os catadores possam conhecer uma experiência real do que está sendo proposto.

Existem muitos manuais de formação de cooperativas, e mesmo entidades especializadas em cooperativismo vinculadas à Organização de Cooperativas do Brasil ou ao SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), que podem auxiliar nessa formação, mas é fundamental que as atividades levem em conta as dúvidas já existentes dos futuros cooperados e o grau de escolaridade do grupo.

Uma técnica para iniciar a construção de um curso de cooperativismo e associativismo é o “balde de dúvidas”. Nele, cada participante é convidado a escrever ou dizer as principais dúvidas que tem sobre a organização coletiva. A partir daí, o facilitador organiza as dúvidas em uma sequência lógica e planeja as atividades de capacitação com base em cada uma dessas dúvidas.

Uma sequência lógica de capacitação pode ser:

- conceito do cooperativismo e associativismo;
- doutrina cooperativa, princípios, direitos e deveres e regulamentação;
- gestão cooperativa (assembleias, eleições, inclusões e exclusões);
- contabilidade cooperativa;
- planejamento estratégico (como sugestão está a Oficina de Futuro, descrita no próximo capítulo).

Como resultado da formação, devem ser aprovados o estatuto da cooperativa e a sua ata de fundação, e formada a primeira diretoria de trabalho. Essa diretoria deve receber orientação e apoio para a legalização da atividade junto aos órgãos competentes. É fundamental, por mais que o grupo demonstre dificuldade

É fundamental que o processo de regularização seja feito pelos próprios cooperados, com o acompanhamento dos facilitadores técnicos, pois isso gera comprometimento com o funcionamento da cooperativa desde o seu registro.

em acompanhar o processo de regularização, que este seja feito pelos próprios cooperados, com o acompanhamento dos facilitadores técnicos, pois assim os integrantes da cooperativa ficam comprometidos com o seu funcionamento desde o seu registro.

Procedimentos para legalização

O registro de uma cooperativa não é um processo rápido e deve passar por diversos órgãos, como a Prefeitura Municipal, a Junta Comercial do Estado e Receita Federal.

Após a construção do Estatuto Social, ainda nas atividades de formação, deve ser marcada uma data para a realização da assembleia de constituição da cooperativa e a eleição dos integrantes da diretoria. A assembleia deve ser registrada em ata, assinada por todos os cooperados.

Com a posse da ata de fundação, do estatuto e da documentação de todos os cooperados, a Cooperativa deverá ser registrada nos seguintes órgãos:

- Junta Comercial do estado onde foi constituída. A partir da aprovação do estatuto e da ata nesse órgão, é emitido um protocolo com o qual as demais documentações poderão ser conseguidas;
- Ministério da Fazenda/Receita Federal, para a obtenção do CNPJ;
- Corpo de Bombeiros, para obtenção do laudo de exigências da localidade em que vai se estabelecer (nos estados onde tal exigência existir);
- Secretaria do Estado da Fazenda, para aquisição ou dispensa de registro estadual;

- Instituto Nacional do Seguro Social, para inscrição no INSS;
- Prefeitura Municipal, para inscrição municipal e concessão de alvará de licença de funcionamento;
- Organização das Cooperativas do Estado (OCE), a fim de atender ao disposto no Art. 107 da Lei n. 5.764/71, integrando-se ao Cooperativismo Estadual e Nacional;
- Órgão federal, estadual ou municipal, conforme o caso, para a dispensa de licença ambiental (para as cooperativas de catadores de separação de materiais recicláveis não há necessidade de licenciamento, mas é preciso a certificação de dispensa);
- Fora os órgãos acima, é importante a aquisição e autenticação dos livros da cooperativa, quais sejam: de matrícula, de atas das assembleias gerais, de atas dos órgãos de administração, de atas do Conselho Fiscal, fiscais e contábeis; além disso, é necessário seguir os procedimentos da localidade para a emissão de notas fiscais.



VAMOS NOS UNIR, SAIR DA
INFORMALIDADE E MELHORAR DE VIDA.
FORMAREMOS UMA COOPERATIVA DE
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.

COM A
AJUDA DO
PODER
PÚBLICO...

ISSO VAI
DAR CERTO!



Planejamento e construção participativa

MARCELA BACCHIN CARDO E JULIO RUFFIN PINHEL

Oficina de Futuro

Dividida em três momentos, esta oficina ajuda a sistematizar as demandas e a transformá-las em metas a serem assumidas pelo grupo.

DESCRIÇÃO

Esta metodologia foi criada na Europa, nos anos 1960, com base em técnicas alemãs. Mais tarde, a partir da década de 1980, deu origem ao método do Zoop, que em português significa “planejamento de projetos orientados para alcançar objetivos”. No Brasil, na década de 1990, o Zoop foi adotado em oficinas de capacitação em planejamento participativo por estimular análises sistêmicas e a busca de soluções não convencionais. Em 1996 a metodologia foi adaptada pelo Instituto Ecoar para a Cidadania para ser utilizada como instrumento de Educação Ambiental, passando a ser denominada Oficina de Futuro.

Na oficina os participantes são levados a pensar fora dos condicionantes comuns, diagnosticando os seus sonhos e os seus lamentos em processo coletivo. A oficina constitui uma forma de produção coletiva do conhecimento a partir do princípio de que todos têm a aprender e a ensinar, cada qual a sua maneira, e em conjunto devem encontrar os caminhos para enfrentar os desafios e buscar as soluções.

Na Oficina do Futuro, uma metodologia criada na Europa nos anos 1960, os participantes são levados a pensar fora dos condicionantes comuns, diagnosticando os seus sonhos e os seus lamentos em processo coletivo.

Esta dinâmica também reúne atividades para promover a reflexão, fomentar debates sobre diversos temas e contribuir para a organização das ideias de determinado grupo em torno da construção de projetos coletivos, transformando sonhos em realidade.

Em suma, o método estimula a participação de todos os componentes do grupo e pretende:

- visualizar os sonhos de futuro de cada membro para o grupo;
- apontar os problemas e dificuldades que afetam e preocupam o grupo;
- reconhecer o que há de comum entre eles, na percepção de suas causas;
- perceber os temas mais relevantes no seu contexto e as condições e alternativas que existem para trabalhá-los coletivamente;
- identificar as potencialidades, vocações e conhecimentos do grupo, focando a cooperativa como responsável pelo seu desenvolvimento.

Entre as atividades mais utilizadas nesta metodologia, destacam-se a *Árvore dos Sonhos*, o *Muro das Lamentações* e o *Plano de Ações*. Partindo delas, o IPESA adaptou a *Oficina de Futuro* para a realidade do trabalho de fortalecimento das cooperativas de catadores, aplicando-a logo nos primeiros contatos com o grupo e também nos planejamentos anuais. O objetivo é organizar toda a formação a ser administrada a partir dos sonhos e das necessidades do grupo, auxiliando assim a cooperativa a sistematizar as demandas e transformá-las em metas, o que possibilita a construção de um plano de ação condizente com a realidade e assumido pelo grupo.

MATERIAIS

- Cartolina marrom ou papel craft cortado em forma de árvore (tronco e galhos).

- Cartolina ou papel colorido (verde cortado em forma de folhas de árvore; laranja ou marrom cortado em forma de tijolos).
- Canetas ou canetões.
- Fita crepe ou outro tipo de fita adesiva.

PASSO A PASSO

A Oficina de Futuro é desenvolvida em três etapas: na primeira, “planta-se” a árvore dos sonhos; na segunda, “levanta-se” o muro das lamentações; e, por fim, constrói-se o plano de ações, sistematizando as demandas dos cooperados e dividindo o trabalho entre eles.

1ª etapa: A Árvore dos Sonhos

Corresponde aos objetivos que se pretende alcançar ao final de um período determinado. Nesta dinâmica partimos do pressuposto de que para se realizar algo de valor é preciso ter espaço para sonhar.

- Em primeiro lugar deve-se colar a folha em forma de árvore (tronco e galhos) na parede (a árvore também pode ser desenhada em uma lousa).
- Na sequência, os papéis em forma de folhas são distribuídos para cada cooperado para que ele responda à pergunta: “Qual é o seu sonho para a cooperativa?”. Ou ainda: “Como você deseja que a cooperativa esteja em um ano?”. Cada um pode dar mais do que uma resposta.
- Com a ajuda dos facilitadores, que buscam promover a reflexão e a transformação de sonhos em palavras, o grupo escreve seus desejos nas folhas. Neste momento é importante que os facilitadores percebam se existe alguém que não sabe escrever para auxiliar na escrita ou solicitar que algum colega o faça.
- Após todos terem “sonhado”, o grupo “planta” a Árvore dos Sonhos, na qual cada cooperado cola sua folha.

- O facilitador lê todos os sonhos e analisa com os presentes se, de fato, cada sonho é um desejo coletivo da cooperativa. Caso exista algum com que o coletivo não se identifique, a permanência dele na árvore é negociada com todos. Nesse momento pode-se sugerir que cada cooperado leia e explique seu sonho, ou mesmo que algum cooperado faça a leitura voluntariamente.
- A negociação coletiva vai mostrar que há muitos sonhos parecidos entre os cooperados. Uma boa sugestão é agrupá-los para facilitar a sistematização e para que o grupo possa perceber que, por serem sonhados juntos, esses sonhos podem se tornar realidade.

Alguns exemplos de sonhos que surgiram nas Oficinas de Futuro aplicadas em cooperativas: “mais material para trabalhar”, “renda maior”, “mais parceiros”, “espaço de trabalho maior e mais organizado”, “equipamentos: balança, prensa, esteira” etc.

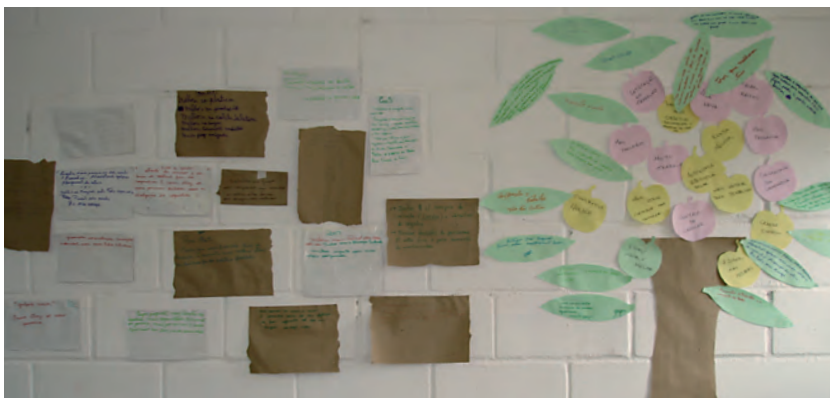
2ª etapa: O Muro das Lamentações

Corresponde ao momento de discussão dos desafios a serem superados. Lamentar serve para desabafar e pensar nas dificuldades que a cooperativa terá de enfrentar para atingir seus sonhos.

- Os papéis em forma de tijolos são distribuídos para cada um responder à pergunta: “Qual é a dificuldade para alcançar seu sonho para a cooperativa?”. Ou ainda: “O que impede que a cooperativa alcance o que você sonhou para ela?”. Cada um pode dar mais do que uma resposta.
- Lamentar costuma ser mais fácil que sonhar. Por isso, os cooperados tendem a desenvolver esta etapa mais facilmente, mas vale a mesma cautela para os facilitadores descrita anteriormente, auxiliando a expressão das dificuldades, assim como o auxílio àqueles que não escrevem.

- Após todos terem lamentado, o grupo “levanta” o Muro das Lamentações, no qual cada cooperado fixa seu tijolo na parede, ao lado ou em cima do outro.
- Na sequência, todas as lamentações, as quais também podem ser chamadas de desafios, são lidas e o grupo reflete coletivamente sobre elas. Nesse momento pode-se seguir o mesmo procedimento adotado para a árvore (leitura realizada pelo facilitador, pelos cooperados ou por um cooperado voluntário).
- Mais uma vez, a reflexão coletiva vai mostrar que há muitos desafios semelhantes. A ideia é agrupá-los para facilitar a sistematização, mas também para que os cooperados possam escolher quais desafios desejam ver resolvidos em primeiro lugar, em segundo, em terceiro, e assim por diante, listando-se, dessa forma, as prioridades da cooperativa.

Alguns exemplos de desafios que surgiram nas Oficinas de Futuro aplicados em cooperativas: “a separação dos materiais recicláveis está ruim”, “não conseguimos pagar o INSS”, “não sabemos trabalhar de fato no sistema cooperativista”, “entra-e-sai



Árvore dos Sonhos e Muro das Lamentações construídos ao longo de uma Oficina de Futuro. Foto de Julio Ruffin Pinhel.

[rotatividade] de cooperados”, “falta a retenção dos fundos obrigatórios”.

Sabe-se que a realidade do trabalho de uma cooperativa de catadores é complexa e que muitos são os desafios para se construir um futuro melhor. Por outro lado, são esses desafios que dão mais motivação e deixam claro que somente em conjunto, com cooperação e solidariedade, será possível transformar a cooperativa. No dicionário, “oficina” significa “um lugar onde ocorrem grandes transformações”. Portanto, aproveitem a Oficina de Futuro.

Dica para essas duas etapas: se a cooperativa tiver mais do que trinta cooperados participantes, sugere-se dividi-la em grupos para o desenvolvimento das atividades.

3ª etapa: O Plano de Ações

Corresponde à sistematização das demandas e compromissos do grupo, ao estímulo à ação coletiva e construtiva e ao estabelecimento de ações futuras, com a definição de membros responsáveis e prazos de execução.

- Ao término do “plantio” da Árvore dos Sonhos, todos os sonhos foram listados. Estes, por si só, já se caracterizam como objetivos – ou melhor, metas. Eis o início da listagem das metas da cooperativa.
- Ao término do “levantamento” do Muro das Lamentações, os desafios foram listados e colocados em ordem de prioridades. O próximo passo é transformar esses desafios em metas. É um exercício simples. Tomando-se como exemplo o desafio “não conseguimos pagar o INSS”, este pode ser transformado na meta: “todos os cooperados pagando o INSS”.
- Com uma lista única de metas, estas podem ser novamente colocadas em ordem de prioridade. É importante ressaltar que

o objetivo da capacitação é trabalhar para que o grupo possa atingir todas as metas levantadas. As prioritárias são aquelas que serão trabalhadas primeiro ou com maior ênfase.

- Para cada meta será atribuída uma ou mais ações, bem como um ou mais responsáveis, e um prazo. Este é o Plano de Ações. É fundamental que este plano seja construído de forma totalmente participativa. Uma vez que os cooperados levantaram as metas, eles também serão os protagonistas na construção das ações a serem tomadas, bem como na escolha dos responsáveis e na definição dos prazos. Mas espere: a construção propriamente dita do Plano de Ações não acontece neste momento. Ela será detalhada no capítulo “As capacitações”.
- Para se atingir um resultado mais efetivo na construção deste plano, o IPESA desenvolve, logo após a organização das metas, o método da divisão da cooperativa em áreas de trabalho e, conseqüentemente, da divisão dos cooperados em grupos de trabalho.

Divisão das áreas e dos grupos na cooperativa

As metas levantadas são agrupadas nas áreas de trabalho e, a partir daí, os cooperados dividem-se em grupos de acordo com as áreas de interesse.

A partir da sistematização da Oficina de Futuro, a metodologia de trabalho do IPESA acredita na divisão das áreas e de grupos de trabalho para a busca da concretização das metas levantadas. Dessa maneira, ainda na terceira etapa da oficina, “organização das metas”, apresentam-se aos cooperados as diferentes dimensões de trabalho que compõem uma cooperativa, bem como seus principais objetivos:

ÁREA DE TRABALHO	PRINCIPAIS OBJETIVOS
Administração	Gestão, organização administrativa e legal da cooperativa, comercialização dos materiais, participação em redes de catadores, contato com parceiros do sistema de coleta seletiva municipal, aquisição e manutenção de equipamentos.
Produção	Organização da linha de produção da cooperativa, desde a chegada dos materiais coletados até seu estoque; segurança no trabalho.
Educação ambiental	Realização de campanhas de sensibilização da comunidade, busca de mais material e com melhor qualidade, busca de parcerias, atendimento a grupos na central de triagem.
Elaboração de projetos e captação de recursos	Monitoramento de editais, escrita de projetos (ou parte deles), captação de parceiros financiadores locais.
Qualidade de vida	Saúde do trabalhador, gerenciamento de conflitos internos, relacionamento com a comunidade (exclusão social) e desenvolvimento pessoal e profissional dos cooperados.

Na sequência, as metas levantadas na oficina são agrupadas nessas áreas pelos cooperados. Esse é um exercício tranquilo, pois não há “certo” e “errado”. Além disso, a maior parte das metas é facilmente identificada em suas áreas e é a cooperativa que define qual área trabalhará determinada meta. Às vezes é possível uma mesma meta ser trabalhada por duas áreas diferentes.

Assim, com as metas levantadas e divididas em áreas e com os cooperados entendendo seus objetivos, pede-se que os integrantes da cooperativa se dividam em grupos conforme suas áreas de interesse e sua função atual na cooperativa. É de extrema importância que a facilitação desse processo ocorra de maneira a propiciar aos participantes a sua identificação com os objetivos levantados e que a oficina os encoraje a fazer parte do processo de mudança da realidade atual da cooperativa. É importante também que todos os cooperados, ou a maior parte deles, envolvam-se nos grupos de trabalho. Contudo, a adesão é completamente livre e voluntária.

Divididos os grupos, está encerrada a Oficina de Futuro. Cada grupo ficará responsável por construir seu Plano de Ações, etapa detalhada no capítulo “As capacitações”.

A cooperativa como um corpo vivo

As áreas de trabalho são como órgãos que estruturam e interligam um corpo vivo – no caso, a cooperativa.

Como qualquer outro empreendimento solidário, uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis pode ser entendida como um corpo vivo, com dinâmica e lógica de funcionamento próprias. Cada área de trabalho pode ser entendida como um órgão que desempenha uma função e que atua interligado a todo o corpo. Portanto, para seu bom andamento, todos os outros órgãos precisam estar bem.

Entende-se que a Oficina de Futuro é um primeiro momento para a compreensão da dinâmica de funcionamento do grupo. Cada um tem sua singularidade, a ser diagnosticada e compreendida pelos facilitadores. A divisão das áreas de trabalho serve para fortalecer a comparação com o organismo, tratando cada uma delas como objetos de especialidades médicas. Os “especialistas” podem se aprofundar melhor nas dificuldades de cada área, buscando formas criativas e inovadoras para a superação de cada obstáculo.

Neste momento também é importante destacar que os cooperados detêm um grande conhecimento da sua rotina e do seu trabalho, transformando assim a relação facilitador-cooperado em um aprendizado mútuo, sendo essa troca imprescindível e de grande riqueza.

A divisão do trabalho evita a concentração de decisões e processos de crescimento nas mãos apenas do corpo diretor, diluindo poderes e preparando novas lideranças. É de fundamental importância ressaltar que a divisão das áreas não significa dividir a cooperativa, mas sim estruturar melhor a consonância entre as áreas, evitando conflitos e trabalhos paralelos.

A Oficina de Futuro é um primeiro momento para a compreensão da dinâmica de funcionamento do grupo. Cada um tem sua singularidade, a ser diagnosticada e compreendida pelos facilitadores. A divisão das áreas de trabalho serve para fortalecer a comparação com um organismo vivo.

O perfil e o papel dos facilitadores

O facilitador atua como um agente de transformação, cria vínculos com os catadores, mas também sabe se distanciar quando for preciso; é aberto, comunicativo, estimula a troca e tem conhecimento técnico.

O IPESA denomina *facilitador* a pessoa que trabalha ou trabalhará diretamente com os catadores, desenvolvendo todas as etapas de formação. No entanto, cada entidade ou instituição utiliza a denominação que melhor lhe convier: pode ser *educador*, *agente* ou *técnico*, entre outras. Dependendo das possibilidades, demandas e recursos disponíveis em cada realidade, o trabalho será composto por um ou mais facilitadores.

O papel dos facilitadores é desenvolver, junto aos cooperados, meios para facilitar a descoberta de novos caminhos e alternativas que visem ao alcance das metas da cooperativa. O facilitador atua como um agente de transformação, pois cabe a ele trabalhar para uma significativa mudança na cooperativa. Da mesma forma que precisa estar próximo do grupo para compreender suas questões, realidade e dinâmicas, faz-se necessário que se distancie um pouco para poder avaliar a situação de forma mais crítica.

Cabe ao facilitador conhecer a história do grupo, bem como sua caminhada, para que possa desenvolver atividades que motivem a mudança da realidade atual da cooperativa. Para isso propõe-se a convivência periódica, quando ele participa e vivencia o cotidiano da cooperativa, “fazendo junto” e “ensinando a fazer”. A ideia é que a ida do facilitador à cooperativa seja a mais produtiva possível, e não se caracterize como uma “visita de médico”. É importante criar laços e vínculos com os cooperados; por isso, passar um dia por semana (ou ao menos meio período) com os catadores traz resultados interessantes.

Espera-se desses facilitadores uma postura de abertura à troca de conhecimentos, como também uma boa comunicação com seus interlocutores. Um dos maiores desafios é se fazer entender, e para isso o facilitador deve estar sempre atento à compreensão dos cooperados acerca daquilo que ele expõe.

É fundamental que tenha os conhecimentos necessários da área que irá desenvolver dentro do processo de capacitação, conhecendo as ferramentas e instrumentos que resultem no fortalecimento da cooperativa. Não existe uma “receita de bolo” para que o trabalho de capacitação possa ser desenvolvido de maneira plena, mas algumas questões são imprescindíveis:

- É preciso estar sempre ciente de que os protagonistas são os catadores. Por mais que dê vontade de fazer para eles, é importante se concentrar em ensiná-los a fazer, mesmo que isso demore mais.
- As atividades e intervenções devem ser preparadas com base nas demandas do grupo e partindo do conhecimento já adquirido pelos integrantes da cooperativa.
- É importante fazer relatórios para a sistematização do trabalho realizado.
- Faz parte do trabalho do facilitador auxiliar o cooperado no alcance de suas metas.
- Também é importante estimular a troca de informações entre os grupos, nas Assembleias Gerais ou em outros espaços de diálogo, de forma que cada grupo saiba do trabalho do outro.

O facilitador atua como um agente de transformação, pois cabe a ele trabalhar para uma significativa mudança na cooperativa. Precisa estar próximo do grupo para compreender suas questões, mas também precisa se distanciar para avaliar a situação de forma crítica.





As capacitações

JULIO RUFFIN PINHEL, AUGUSTO JACKIE DO NASCIMENTO LOPES VIEIRA,
BEATRIZ CASTRO MARONI, LISA YÁZIGI DE BARROS SANTOS, LUCIANA LOPES,
MARCELA BACCHIN CARDO E FERNANDO PESSOA DE ALBUQUERQUE

Após a realização da Oficina de Futuro com todos os cooperados – momento em que as metas de trabalho da cooperativa foram levantadas e divididas em áreas, e os grupos de capacitação foram formados –, iniciam-se os encontros específicos com cada grupo. A periodicidade desses encontros deve ser acordada com os cooperados ao início do projeto, considerando-se a recomendação de que seja semanal, com um dia da semana e um horário preestabelecidos para cada grupo de capacitação.

Na primeira atividade com cada grupo, as metas designadas para as respectivas áreas são revisadas e readequadas para a construção dos Planos de Ações. Esses planos são compostos pelas demandas levantadas (metas), a forma como o grupo pretende alcançá-las (ações), os prazos e os responsáveis para cada uma das demandas sistematizadas para aquela área de trabalho. A tabela apresentada abaixo é a ferramenta norteadora de todo o trabalho que será desenvolvido durante o fortalecimento da cooperativa.

PLANO DE AÇÕES			
META	AÇÕES	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
1.			
2.			
3.			
4.			
5.			

Importante: o facilitador deve apresentar demandas que porventura não foram levantadas pelos cooperados durante a Oficina do Futuro, mas que são necessárias para determinada área, deixando que os cooperados avaliem a importância de sua inclusão como meta no Plano de Ação.

A partir dessas definições, fica claro para o facilitador os conteúdos que devem ser trabalhados com o grupo. Para isso, deverá ser elaborado um programa pedagógico com plano de aulas que contemple objetivo, metodologia, recursos (dinâmicas, equipamentos, materiais necessários) e cronograma.

A partir da Oficina de Futuro e da construção do quadro de metas é possível verificar o grau de alfabetização dos cooperados, e isso deve ser levado em conta na elaboração das aulas.

Ao início de cada atividade faz-se a leitura do quadro do Plano de Ação, assinalando-se as metas cumpridas dentro do prazo, bem como avaliando-se o andamento das demais metas e os obstáculos a serem superados para que sejam atingidas.

Dica: durante a leitura do Plano de Ação, realçar as metas executadas escrevendo “ok” em vermelho, de forma a ressaltar o que já foi conquistado.

Em seguida, o facilitador inicia um plano de aula referente ao tema da atividade programada do dia, indicando a qual meta ela está relacionada. Nem sempre esses planos são seguidos à risca, pois os imprevistos podem levar o facilitador a fazer alterações para sanar demandas mais urgentes. Porém, é fundamental que não se perca de vista o planejamento e as metas, podendo-se inclusive relacionar os imprevistos e demandas ao planejamento do grupo.

Antes de entrar nas capacitações propriamente ditas, é importante salientar que elas nem sempre ocorrem de forma coletiva. Em alguns momentos é desenvolvida a chamada “Capacitação Pontual”, na qual um cooperado, membro de algum grupo e com uma função específica, recebe orientação individual e direta para o seu trabalho.

Em todas as atividades planejadas deve haver a preocupação da busca constante pela autonomia das ações: a proposta é ensinar os catadores a fazer, e não fazer por eles. Isso significa, também, que se deve trabalhar pela autogestão tanto dos cooperados quanto da cooperativa, preparando-os para assumir todas as responsabilidades de gerência, desde as despesas que lhe cabem até a busca por recursos para a realização de suas atividades.

Em todas as atividades planejadas deve haver a busca constante pela autonomia das ações: a proposta é ensinar os catadores a fazer, e não fazer por eles.

Administração

A área, que funciona como o cérebro da cooperativa, é responsável pela gestão administrativa, desde o gerenciamento financeiro até o controle das vendas, passando pela divisão de tarefas, entre outras ações. Em um grupo composto pela Diretoria e pelo Conselho Fiscal.

Segundo a enciclopédia livre Wikipédia, “administração”, também chamada “gerenciamento” ou “gestão de empresas”, é uma ciência fundamentada em um conjunto de normas e funções elaboradas para disciplinar elementos de produção. A administração estuda os empreendimentos humanos com o objetivo de alcançar um resultado eficaz e retorno (com ou sem fins lucrativos) de forma sustentável e com responsabilidade social.

A ciência administrativa supõe a existência de uma instituição a ser administrada ou gerida, ou seja, uma Entidade Social de

pessoas e recursos que se relacionem num determinado ambiente, físico ou não, orientadas para um objetivo comum, estabelecido pela empresa. Ainda de acordo com a Wikipédia, empresa, neste caso, significa o empreendimento, os esforços humanos organizados, feitos em comum, com um fim específico, um objetivo.

Assim, numa cooperativa de catadores de materiais recicláveis, a Administração é a área responsável pela sua gestão administrativa, desde a gestão financeira até o controle das vendas, passando pela divisão de tarefas para melhor entendimento de cada função, realização de assembleias, representação legal e relações institucionais.

O Grupo da Administração é composto pelos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal (cargos e funções descritos no Estatuto Social com cooperados eleitos pela cooperativa), bem como os eventuais coordenadores de trabalho (Coordenação de Galpão, de Venda, de Coleta e da Educação Ambiental, por exemplo).

Importante: este é o único grupo de capacitação no qual os cooperados participantes já são predeterminados (são aqueles que ocupam os cargos citados anteriormente), não havendo a possibilidade de participação de outros cooperados que não preencham algum cargo administrativo.

A área da Administração funciona como o cérebro da cooperativa. Sem ela a cooperativa não funciona, nem sequer existe.

POR QUE É IMPORTANTE TRABALHAR ESTA ÁREA?

A Administração funciona como o cérebro da cooperativa. Esta não funciona, nem sequer existe, sem essa área. O trabalho de capacitação dos administradores é importante para prepará-los para:

- autonomia na gestão administrativa e financeira;
- gerenciamento da central de triagem;
- inclusão dos catadores autônomos no sistema formal de coleta seletiva municipal;

- melhores condições de trabalho;
- desenvolvimento pleno dos cargos e funções internas.

O QUE TRABALHAR?

- regimento interno: criação e sistematização das regras (caso este não exista), ou a reforma e atualização visando à aplicação de fato;
- divisão de tarefas e funções para os cargos administrativos;
- desenvolvimento e aprimoramento de todos os cargos e funções administrativas;
- desenvolvimento de posturas e atitudes condizentes com essas funções e com suas responsabilidades;
- busca de novos parceiros;
- realização de assembleias: participação dos cooperados nos processos de gestão da cooperativa;
- busca de melhores condições de trabalho: uniformes e equipamentos de proteção individual, entre outros;
- estratégias e soluções para o aumento da renda dos cooperados;
- pesquisa de mercado na busca contínua de melhores compradores e preços;
- melhoria dos procedimentos financeiros e contábeis, incluindo o desenvolvimento da relação cooperativa-contador;
- adequação fiscal e tributária;
- orientação sobre receitas e despesas, retenção dos fundos obrigatórios, folha de pagamento e demais movimentações financeiras (INSS e outros impostos);
- inclusão digital para o desenvolvimento de textos, tabelas, apresentações e planilhas de controle em geral;
- orientação nas operações bancárias: abertura de conta para todos os cooperados, realização de transferências e relacionamento com a gerência, entre outros;

- atualização e registro de toda a documentação legal da cooperativa;
- desenvolvimento de Conselho Fiscal atuante;
- inclusão de catadores autônomos e informais no quadro de cooperados.

EXEMPLO DE PLANO DE AÇÃO E COMO TRABALHAR

Para facilitar a visualização e o entendimento, segue um exemplo prático de parte de um Plano de Ações construído pelo Grupo da Administração de uma das cooperativas atendidas pelo IPESA:

METAS	AÇÕES	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
1. Reforma e atualização do Regimento Interno (RI)	1.1 Listar regras existentes e não existentes. 1.2 Redigir novo texto do RI já com as adequações incorporadas. 1.3 Apresentar e discutir estas e outras adequações em Assembleia Geral.	2 meses	Luana
2. Realização de eleições de Diretoria e Conselho Fiscal	2.1 Ler e entender o que diz o Estatuto Social da cooperativa sobre os procedimentos para realizar as eleições. 2.2 Colocar estes procedimentos em Assembleia Geral para todos os cooperados. 2.3 Diretora Secretária: encaminhar as questões legais e burocráticas para a realização das eleições (marcar datas de inscrição de chapas e realização das eleições, publicar edital de convocação). 2.4 Escolher dois ou mais cooperados que não irão se eleger para cuidar das eleições (comissão especial): divulgação das chapas, organização de debate (se necessário), confecção das cédulas de votação, urna, arrumação do local da votação, controle dos votos (lista de presença). 2.5 Transcrever o resultado das eleições em ata e registrá-la na JUCESP.	3 meses	Patrícia

METAS	AÇÕES	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
3. Organização do bazar (venda de artigos reaproveitáveis que vêm na coleta seletiva: roupas, livros, discos, utensílios de cozinha e outros objetos)	<p>3.1 Eleger um responsável pelo bazar em Assembleia que deverá:</p> <ul style="list-style-type: none"> dobrar toda a roupa e colocá-la em prateleiras ou caixas, encaminhando para venda ou doação; trazer as caixas, com os artigos para o bazar, da esteira para o escritório duas vezes por dia (no almoço e dez minutos antes de ir embora); manter a organização do espaço; definir tabela de preços; realizar campanhas de arrecadação e procurar possíveis locais para venda externa. 	Contínuo	Eliana
4. Pagamento do INSS	<p>4.1 Ir no posto de atendimento do INSS ou solicitar ao contador da cooperativa que esclareça qual o valor e qual o procedimento para pagamento do INSS dos cooperados.</p> <p>4.2 Procurar representante do INSS do município que possa fazer uma palestra de esclarecimento dos benefícios aos cooperados e de como utilizá-los.</p> <p>4.3 Aprovar este pagamento em Assembleia.</p>	1 mês	Gislaine
5. Visitas a outras cooperativas	<p>5.1 Definir as cooperativas que se deseja visitar, lembrando-se sempre de pensar no objetivo da visita.</p> <p>5.2 Procurar possibilidades de transporte ou arcar com os custos.</p> <p>5.3 Ligar e agendar data.</p>	6 meses	Luciano
6. Filiação ao Movimento Nacional de Catadores (MNCR)	<p>6.1 Fazer reunião com representantes do movimento para entender todas implicações e como funciona a participação.</p> <p>6.2 Solicitar uma visita do MNCR à cooperativa para uma conversa de apresentação a todos os cooperados.</p> <p>6.3 Fomentar encontro com as demais cooperativas da região para articulação e fortalecimento local.</p>	8 meses	Luciano

Todas as ações descritas no plano, definidas pelos próprios cooperados que compõem o grupo, devem ser desenvolvidas por eles. O trabalho de capacitação do IPESA é facilitar os processos para que isso aconteça. Por exemplo, toda ação de “Apresentar em Assembleia” deve ser feita pelos próprios cooperados, nunca pelo IPESA. Deve-se atuar apenas na orientação e preparação para essa assembleia, incentivando os cooperados a assumirem a responsabilidade e desenvolverem as tarefas por si próprios.

Também é fundamental que os cooperados entendam a lógica da administração. A partir disso, caberá ao IPESA capacitá-los a partir das habilidades que já possuem ou que precisam ser aprimoradas. Um cooperado com baixo entendimento de matemática, por exemplo, pode receber reforço de aprendizado nas quatro operações (somar, subtrair, multiplicar e dividir), bem como em outras mais complexas, como fração e percentual, cálculo de horas, minutos e segundos etc. Esses conteúdos são mais bem assimilados quando o reforço é feito a partir de situações reais de trabalho.

DICA DE ATIVIDADE

Meta 1 – Reforma e atualização do Regimento Interno

Passo a passo:

- Levantar com os administradores da cooperativa se já há um Regimento Interno.
- Em caso afirmativo, realizar reuniões com os administradores, cada um com uma cópia do regimento, para leitura geral e levantamento das sugestões iniciais de adequação (se não houver Regimento Interno da cooperativa, a atividade inicia-se a partir do item 3 – *listagem de regras*. O restante dos encaminhamento é igual).

- As adequações podem ser: retirada de regras que não se aplicam à realidade, melhoria na redação de regras para facilitar o seu entendimento e/ou listagem de novas regras (que já se aplicam na prática, mas não estão redigidas no documento).
- Redigir novo texto do Regimento Interno já com todas as adequações incorporadas.
- Imprimir cópias para todos os cooperados.
- Apresentar e discutir essas e outras adequações em Assembleia Geral (os cooperados devem realizar quantas assembleias forem necessárias até chegarem à redação final do documento e aprovação do Regimento Interno).
- Após aprovação, redigir o documento final (é importante que a aprovação seja registrada em ata de reunião da cooperativa).
- Todos os cooperados assinam em todas as páginas do documento original.

PRINCIPAIS DESAFIOS

- Alta rotatividade de cooperados (esta é uma dificuldade observada nas cooperativas como um todo, e isso afeta todas as áreas de trabalho).
- Preenchimento de todos os cargos da Diretoria, Conselho Fiscal e eventuais coordenadores de trabalho.
- Acúmulo de tarefas administrativas nas mãos de poucos cooperados.
- Desinteresse de grande parte dos cooperados em desenvolver tarefas administrativas.
- Concentração de poder nas mãos de alguns poucos diretores, ou mesmo na mão de apenas um (líder ou presidente).
- Aplicação efetiva das regras do Regimento Interno.
- Entendimento da legislação fiscal e tributária de cooperativas.

O acúmulo de tarefas administrativas nas mãos de poucos cooperados em razão do desinteresse geral por elas é um dos desafios percebidos pela equipe de formação do IPESA.

Produção e Infraestrutura

É relacionada a todo o fluxo operacional do trabalho, desde a chegada do resíduo ao galpão até o estoque dos materiais já separados e beneficiados. A área pode ser considerada o coração da cooperativa.

Segundo o Dicionário Michaelis, dos muitos significados da palavra “produção”, pode-se destacar “ato ou efeito de produzir”. Já “infraestrutura” é “a base e as condições indispensáveis a uma economia avançada”. Dentro de uma indústria, o processo produtivo consiste na transformação de entradas – de materiais e serviços – em saídas – de outros materiais e serviços.

Numa cooperativa de materiais recicláveis, a área de Produção e Infraestrutura está relacionada à parte operacional do trabalho. A produção consiste na separação dos materiais recicláveis por tipo, processo em que deixam de ser produtos descartados para tornarem-se bases ou matérias-primas na indústria da reciclagem.

Esta área é responsável por organizar e estruturar o trabalho dentro da cooperativa, adequando o ambiente físico e os equipamentos disponíveis à mão de obra, de forma a melhorar a produtividade, aumentar a eficiência de separação dos materiais e evitar acidentes.

Ela é responsável, portanto, por pensar nos processos, desde a chegada do resíduo reciclável à área de descarga até a triagem (separação), acondicionamento, prensagem, pesagem e estoque dos materiais, bem como o aprimoramento e a divisão de funções dos cooperados.

A infraestrutura de um galpão de triagem inclui a parte física do local de trabalho e todos os equipamentos utilizados na produção. Em geral, um galpão de triagem é composto pelas seguintes áreas:

- recebimento, onde os caminhões descarregam os materiais;
- triagem, que pode ser realizada em esteiras rolantes ou mesas de separação;
- armazenamento, local no qual se acumulam os *bags* contendo os materiais separados até atingir o volume necessário para o enfardamento;
- prensagem, onde estão localizadas as prensas com um espaço mínimo adequado para a circulação dos *bags* e fardos;
- estoque, na qual os materiais estão prontos para a venda.

POR QUE É IMPORTANTE TRABALHAR ESTA ÁREA?

Se a Administração funciona como o cérebro da cooperativa, pode-se dizer que a Área de Produção e Infraestrutura é o seu coração, que irá comandar todo o fluxo operacional. O trabalho de capacitação desta área é importante para:

- garantir o máximo de segurança pessoal de seus cooperados, já que o ambiente de cooperativa é hostil, com diferentes maquinários e perigos iminentes;
- organizar o fluxo de trabalho entre os cooperados;
- ampliar a variedade de materiais recicláveis vendáveis, de modo a diminuir o volume de rejeito e aumentar a renda;
- aprimorar os procedimentos de triagem para agregar valor aos materiais separados e conseqüente aumento do valor de venda dos produtos;
- fazer planejamento em termos de infraestrutura, equipamentos e recursos humanos para se adequar ao crescimento do volume de materiais recebidos;
- ter um ambiente de trabalho limpo e adequado que agregue valor positivo à imagem da cooperativa;
- diminuir despesas com manutenções corretivas.

Se a Administração é o cérebro da cooperativa, a Produção, com a Infraestrutura, é o seu coração, pois comanda o fluxo operacional.

O QUE TRABALHAR?

- Construção do Plano de Ações de Prevenção de Acidentes de Trabalho: uso adequado de Equipamento de Proteção Individual (EPI) e Equipamento de Proteção Coletiva (EPC) para evitar processos de mutilação, contaminação ou até mesmo a morte.
- Definição das funções, de maneira a estabelecer as responsabilidades e deveres de cada uma delas:
 - » Formação de Coordenadores do Galpão e Esteira (ou mesa de triagem), visando motivação do grupo e orientação no desenvolvimento de suas funções, tarefas e posturas;
 - » Escala de trabalho: distribuição das funções entre os cooperados.
- Os diferentes tipos de materiais recicláveis, seus estágios de separação e beneficiamento para a indústria da reciclagem.
- Discussão de formas para a construção de um layout de produção (disposição de equipamentos, maquinários em geral e locais de armazenamento de materiais recicláveis de forma a alcançar o melhor fluxo de trabalho), otimizando espaço e tempo para absorver o crescente volume de materiais coletados.
- Elaboração de plano de reformas de infraestrutura do galpão.
- Criação de plano de aquisição de equipamentos com especificações técnicas e ordens de prioridade.
- Planejamento do aumento de número de cooperados na linha de produção.
- Apresentação de modelos de ambiente de trabalho limpos e organizados que funcionem como referências a serem seguidas.
- Programação de gastos com manutenção: diferença entre despesa com manutenção preventiva e manutenção corretiva, nas quais ambas provocam paralisações em setores da linha de produção.

EXEMPLO DE PLANO DE AÇÃO E COMO TRABALHAR

Para facilitar a visualização e o entendimento, segue um exemplo prático de parte de um Plano de Ações construído pelo Grupo da Produção de uma das cooperativas atendidas pelo IPESA:

METAS	AÇÕES	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
1. Prevenção de acidentes	1.1 Trabalhar o que é Prevenção de Acidentes. 1.2 Listar os riscos de acidente numa cooperativa de catadores. 1.3 Construir um mapa de risco de acidentes do galpão. 1.4 Construir um Plano de Prevenção para eliminar e/ou prevenir os riscos existentes.	6 meses	Juliano
2. Melhoria da distribuição de funções e tarefas na linha de produção (“ESCALANDO A SELEÇÃO”)*	2.1 Elaborar uma tabela enumerando todas as funções da linha de produção (coordenador). 2.2 Com a lista dos cooperados em mãos, definir até quatro funções que cada cooperado pode exercer, levando em conta critérios como: gênero e idade, capacidade (flexibilidade e condicionamento físico) e produtividade (volume, tempo e adaptação). 2.3 Realizar exercícios de diferentes cenários, alternando a lista dos cooperados e suas respectivas disposições no galpão (por conta das faltas e momentos de capacitação das outras áreas, como um momento de formação do Grupo de Educação Ambiental).	2 meses	Pâmela (coordenação de galpão)
3. Aprimoramento do fluxo de separação na esteira (“QUANTO ‘PESA’ UMA HORA”)*	3.1 Desenhar modelos diferentes para separação em esteira/mesa. 3.2 Distribuir os cooperados seguindo os modelos planejados e cronometrar uma hora de trabalho. 3.3 Sistematizar a produção de cada modelo. 3.4 Analisar a produtividade dos diferentes modelos testados.	1 mês	Eliana (coordenação de esteira)

* Para essas duas metas, uma dica é estimular a ideia da “pessoa certa no lugar certo”.

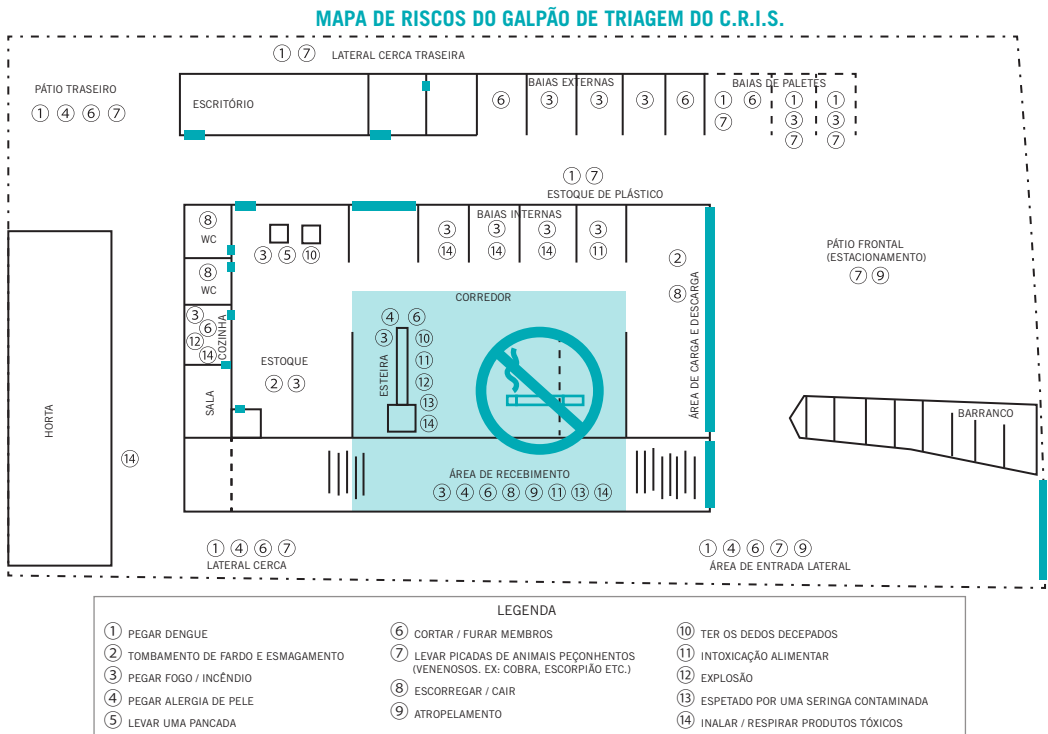
METAS	AÇÕES	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
4. Adequação do layout do galpão	<p>4.1 Levantar as medidas dos equipamentos existentes e da área de utilização.</p> <p>4.2 Dividir o grupo em duas equipes e distribuir um kit contendo um desenho ou a planta do galpão e os diferentes equipamentos (tudo feito em escala pelos facilitadores na preparação da atividade) com as faixas de segurança – pensar em questões como chegada e circulação de visitantes, localização da caixa elétrica e distância dos equipamentos, trajeto dos caminhões para recebimento e retirada dos materiais/rejeitos, circulação dos cooperados no galpão em relação aos banheiros, refeitório e escritório etc.</p> <p>4.3 Discutir o atual fluxo de separação e colar no desenho/planta a melhor forma de distribuir os equipamentos e as áreas de recebimento, estoque, rejeito, assim como os caminhos que os materiais devem percorrer na linha de produção.</p> <p>4.4 Escolher um membro para apresentar a proposta da sua equipe.</p> <p>4.5 Discutir e apresentar uma proposta única a ser executada (todo o grupo).</p>	1 mês	Luciano
5. Desacúmulo de materiais recicláveis nas diferentes fases de separação	5.1 Dar a “Volta Olímpica” no galpão periodicamente.	Contínuo	Pâmela
6. Manutenção da organização e limpeza nos ambientes interno e externo do galpão.	6.1 Dar a “Volta Olímpica” no galpão periodicamente.	Contínuo	Pâmela

DICAS DE ATIVIDADES

Meta 1 – Prevenção de Acidentes

Passo a passo:

- Apresentar o conceito da sigla CIPA (Comissão Interna de Acidentes) e traçar um paralelo de equivalência junto ao grupo.
- Apresentar quadro com tipos de acidente de trabalho, relacionando a expressão “catástrofe em doses homeopáticas” (exemplos: inalação de produtos tóxicos e lesões por movimentos repetitivos – LER).
- Enumerar/listar os riscos existentes nas dependências do galpão da cooperativa (interna e externa).



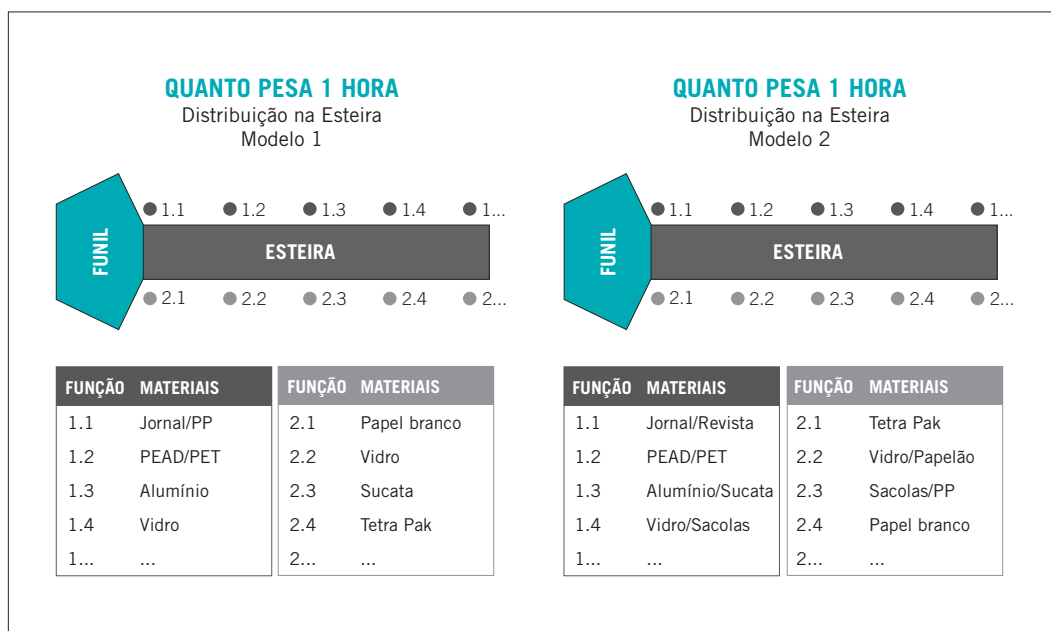
- Com a planta do galpão impressa (formato A3), distribuir dois números impressos para cada cooperado e pedir para que identifiquem e coleem os riscos em cada setor do galpão.
- Com o grupo, finalizar a identificação dos riscos em cada setor.
- Construir coletivamente um plano de ações para eliminar e/ou prevenir os riscos existentes.

Meta 3 – Aprimoramento do fluxo de separação na esteira:

Quanto “Pesa” 1 Hora?

Passo a passo:

- Desenhar três modelos diferentes para separação em esteira/ mesa (Ex. 1.1 – Jornal e PP; 1.2 – Revista e PEAD branco; 1.3 – PET e assim por diante).



- Esvaziar os tambores e *bags* da esteira/mesa.
- Distribuir os cooperados seguindo os modelos planejados e cronometrar uma hora de trabalho corrido.
- Pesquisar todos os *bags* e tambores, inclusive os do rejeito.
- Repetir os passos 2 e 3 com outros modelos de distribuição.
- Sistematizar os valores obtidos e analisar com o grupo a produtividade dos diferentes modelos testados.

Metas 5 e 6: Desacúmulo de materiais recicláveis nas diferentes fases de separação/Manutenção da organização e limpeza nos ambientes externo e interno do galpão: Volta Olímpica

Passo a passo:

- Distribuir lápis e papel para todos os integrantes do grupo.
- Explicar ao grupo que todos irão juntos circular pelas dependências do galpão e deverão anotar os setores que estiverem desorganizados, apontando os materiais acumulados e demais irregularidades encontradas.
- Circular junto ao grupo em todos os setores do galpão (interno e externo). Uma boa ideia é fazer o percurso que o material reciclável faz na linha de produção, desde a chegada das coletas até a saída (venda).
- Reunir o grupo e pedir que apresentem os pontos que identificaram.
- Sintetizar as demandas e organizar junto ao coordenador do galpão as tarefas de reorganização do espaço.

PRINCIPAIS DESAFIOS

- Disputa pela liderança/função coordenação de galpão.
- Entendimento que todas as funções têm a mesma importância, desde os cooperados responsáveis pela limpeza até a coordenação da esteira ou mesmo do galpão.

São muitos os desafios da área de Produção, entre a manutenção de organização e higiene do galpão e a efetivação do uso dos equipamentos de proteção individual (EPI).

- Efetivação da utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI).
- Sensibilização dos cooperados sobre os riscos de comer alimentos recém-chegados da coleta seletiva.
- Manutenção da limpeza e organização do galpão de triagem.

Educação Ambiental

É a área responsável por divulgar o trabalho da cooperativa e sensibilizar a população, estando intimamente ligada à expansão – em quantidade e qualidade – da coleta seletiva.

Segundo a Lei Federal n. 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, “entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”. A Educação Ambiental busca disseminar o conhecimento sobre o ambiente e despertar em todos a consciência de que o ser humano é parte do meio e responsável por ele.

Nas cooperativas de catadores, a área de Educação Ambiental é responsável pela divulgação do trabalho da cooperativa e pela sensibilização da população quanto à sua responsabilidade no processo, cabendo-lhe a separação do material reciclável e seu encaminhamento à coleta seletiva. Esse trabalho é realizado com campanhas porta a porta nas residências e comércios e palestras em escolas, empresas e outros locais, além da possibilidade da cooperativa receber grupos de visitantes no galpão de triagem para conhecimento e apresentação do trabalho realizado.

As atividades são desenvolvidas pelo Grupo da Educação Ambiental, e todos os seus membros devem ser capacitados para o cumprimento das suas tarefas. No entanto, é fundamental a eleição de um Coordenador da Educação Ambiental, também denominado Gestor Ambiental, para a centralização das informações de contatos externos, agendamento de atividades e troca de informações com os demais grupos de capacitação da cooperativa.

POR QUE É IMPORTANTE TRABALHAR ESTA ÁREA?

A capacitação técnica na área de Educação Ambiental é importante para:

- garantir que haja materiais recicláveis para a triagem;
- promover o aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos materiais coletados ao longo do tempo;
- promover junto aos catadores o entendimento da importância de seu trabalho relacionado à gestão pública, social e ambiental;
- valorizar sua atividade e seus conhecimentos, propiciando a transformação da condição de “quem tem a aprender” a “quem tem a ensinar”.

O QUE TRABALHAR?

Os temas trabalhados nesta área estão relacionados à organização das suas funções, ao planejamento e expansão da coleta seletiva e a informações sobre questões ambientais ligadas ao trabalho da cooperativa:

- os tipos de resíduos sólidos – domiciliares, industriais, de serviços de saúde, da construção civil etc.;
- as formas de destinação – lixões, aterros controlados, aterros sanitários, centrais de triagem, usinas de compostagem, incineradores;

- a Cadeia Produtiva da Reciclagem – produção de embalagens, consumo, descarte, coleta, triagem, reciclagem e produção de novos produtos;
- os recursos naturais relacionados aos materiais recicláveis – disposição na natureza, formas de extração e fabricação de produtos a partir desses recursos;
- os benefícios ambientais e sociais da coleta seletiva – minimização da disposição de resíduos em aterros, geração de postos de trabalho em cooperativas, geração de renda para catadores, economia de recursos naturais etc.;
- o histórico da cooperativa – resgate da história e da origem do trabalho, formação e conquistas do grupo, contribuição na gestão de resíduos do município ou região;

Importante: todos os conteúdos citados subsidiarão o Grupo da Educação Ambiental para um entendimento mais amplo do seu trabalho e fornecerão informações para abordagem nas palestras e sensibilizações realizadas pelo grupo.

- orientação para a elaboração de apresentações (painéis, cartazes, apresentações digitais etc.);
- formas de comunicação para diferentes públicos – linguagem e postura em diferentes atividades, como palestras e reuniões;
- auxílio na organização de agenda de atividades e escala dos cooperados responsáveis;
- diagnóstico socioambiental local para definição do melhor sistema de coleta seletiva em cada região do município – porta a porta, Ponto de Entrega Voluntária (PEV), catadores (carroceiros);
- avaliação da estrutura e equipamentos necessários para a implantação ou expansão do sistema municipal de coleta seletiva

(galpão de triagem, cooperados, caminhões, material de comunicação etc.);

- identificação e inclusão de catadores locais informais;
- levantamento de possíveis parceiros e pontos de coleta (empresas, escolas, instituições religiosas, comércios, associações de bairro etc.);
- definição de cronograma para mobilização da comunidade e início da coleta – organização de mutirões porta a porta e reuniões de sensibilização da população, por exemplo;
- incentivo à formação de uma comissão de coleta seletiva, responsável por planejar a implantação da coleta no município – participam dessa comissão representantes da cooperativa, poder público e eventuais parceiros;
- facilitação dos processos de logística – planejamento, monitoramento e avaliação dos roteiros para otimizar a coleta seletiva e garantir o controle de quantidade e qualidade dos materiais coletados;
- mapeamento dos pontos de coleta existentes e de novos pontos para elaboração de roteiros de coleta – melhoria da relação distância x tempo e da quantidade de material x distância percorrida.

Importante: a organização e o monitoramento das coletas podem ser realizados tanto pelo Grupo de Educação Ambiental quanto pelo Grupo da Administração, na figura do Coordenador de Coleta, quando e se este cargo existir na cooperativa.

EXEMPLO DE PLANO DE AÇÃO E COMO TRABALHAR

Para facilitar a visualização e o entendimento, segue um exemplo prático de parte de um Plano de Ações construído pelo Grupo de Educação Ambiental de uma das cooperativas atendidas pelo IPESA:

METAS	AÇÕES	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
1. Divulgação do trabalho da cooperativa	1.1 Listar os assuntos e temas importantes sobre a cooperativa e que devem ser divulgados. 1.2 Levantar dados (como quantidade de material coletado, renda média etc.) e fotos para ilustrar a apresentação. 1.3 Aprender a usar ferramentas digitais (Power Point). 1.4 Elaborar palestra sobre o trabalho da cooperativa.	2 meses	Luciano e Silmara
2. Aprendizagem sobre Educação Ambiental e temas ambientais para o trabalho de sensibilização	2.1 Aprender estes temas para melhorar a qualidade dos materiais recicláveis que saem das casas da população. 2.2 Conhecer outras associações e cooperativas para saber como fazem o trabalho de sensibilização da população.	6 meses	Eliane, Helena e Sônia
3. Ampliação da coleta seletiva em empresas do município	3.1 Realizar levantamento de contato das empresas do município. 3.2 Entrar em contato com responsáveis pelos resíduos das empresas e agendar reuniões de apresentação do trabalho da cooperativa.	3 meses	Isabel e Inês
4. Implantação da coleta seletiva em escolas do município	4.1 Marcar reunião com a Secretaria de Educação para apresentar o trabalho e ver possibilidade de conversar com diretores das escolas sobre a coleta seletiva. 4.2 Verificar estrutura disponível em cada escola para a coleta (lixeiras, tambores, sacarias etc.) e melhor dia para a coleta. 4.3 Agendar atividades de sensibilização com alunos e funcionários da limpeza.	4 meses	Isabel e Sabrina

METAS	AÇÕES	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
5. Realização de treinamento para coletores dos caminhões	5.1 Elaborar a apresentação do treinamento dos coletores, com foco no relacionamento com o público e nos materiais que devem e não devem ser coletados. 5.2 Analisar o melhor dia para fazer o treinamento (parar coleta) e marcar a atividade.	2 semanas	Silmara
6. Expansão da coleta porta a porta para outros bairros	6.1 Verificar a estrutura disponível para aumentar pontos de coleta (caminhões, roteiros, coletores, sacaria etc.). 6.2 Mapear bairro onde será implantada a coleta. 6.3 Identificar possíveis parceiros locais e cadastrar moradores. 6.4 Agendar ações de sensibilização (distribuição de panfletos, sacarias, divulgação do dia da coleta e palestras).	4 meses	Silmara e Patrícia

Todas as ações descritas no plano, definidas pelos próprios cooperados que compõem o grupo, devem ser desenvolvidas por eles. O trabalho de capacitação do IPESA é facilitar os processos para que isso aconteça. Por exemplo, sempre que nas ações aparece “identificar possíveis parceiros”, isso deve ser feito pelos próprios cooperados. A proposta do IPESA é atuar apenas na orientação e preparação para essa atividade, oferecendo suporte e incentivo para que os cooperados assumam a responsabilidade e desenvolvam as tarefas por si próprios.

DICA DE ATIVIDADE

Meta 1: Divulgação do trabalho da cooperativa

Passo a passo:

- Antes de realizar uma palestra, discutir com os cooperados:
 - » quais materiais serão utilizados na apresentação;

- » quais assuntos serão abordados;
 - » qual a sequência de apresentação;
 - » qual o tempo de duração;
 - » como adequar a linguagem para o público da atividade em questão (crianças, empresários, funcionários responsáveis pela limpeza etc.).
- Realizar capacitações digitais para que os cooperados responsáveis se familiarizem com o computador e aprendam a montar apresentações em softwares específicos. Se não houver a possibilidade de uso do computador, montar com os cooperados painéis em papel-cartão, cartolina ou similares.
 - Ensaiai a apresentação da palestra com o próprio grupo como forma de preparação antes da realização para o público-alvo;
 - Na realização das primeiras palestras, o facilitador pode ajudar a conduzi-las, e durante a apresentação, pode estimular os cooperados a falarem sobre determinados assuntos que já são de seu domínio. Após acompanhar algumas palestras, os cooperados costumam se sentir mais à vontade para falar sobre os diversos assuntos apresentados.
 - Com o tempo, o facilitador passa a acompanhar as palestras somente para dar suporte ao grupo e avaliar seu desenvolvimento, até o momento em que ele deixa de acompanhá-los e a função torna-se exclusiva dos cooperados.

Os cooperados que atuam em Educação Ambiental muitas vezes não têm seu trabalho reconhecido pelos seus pares, que desconhecem a importância da área e não entendem que parte das atividades acontece fora da cooperativa.

PRINCIPAIS DESAFIOS

- Falta de reconhecimento dos outros cooperados sobre o trabalho realizado pelo Grupo de Educação Ambiental: muitas vezes eles não acompanham as atividades, e por isso não entendem a importância desse trabalho.
- Visão de prejuízo da produção da cooperativa pela ausência dos integrantes do grupo em momentos de atividades externas.

- Relacionamento com prefeitura municipal, principalmente nos sistemas de coleta seletiva em que ambos são cogestores no processo.

Elaboração de Projetos e Captação de Recursos

Mais do que obter recursos financeiros, a área busca formar redes de relacionamento que fortaleçam a cooperativa.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), um projeto é um empreendimento que consiste em um conjunto de atividades inter-relacionadas e coordenadas, com a finalidade de alcançar objetivos dentro dos limites estipulados de tempo e de recursos. É uma ação social planejada, estruturada em objetivos, resultados e atividades, baseados em uma quantidade limitada de recursos e de tempo.

Os projetos contribuem para a organização alinhar sua equipe, fortalecer a causa que defende e caminhar em direção à sua missão e visão. É uma oportunidade para colocar em prática suas ideias de forma planejada. Além disso, é por meio dos projetos que a organização pode apresentar propostas alternativas para o seu desenvolvimento e de sua comunidade e até mesmo influenciar políticas públicas.

Nas cooperativas de catadores, a área de elaboração de projetos e captação de recursos tem papel fundamental no levantamento das demandas e necessidades para a melhoria do trabalho do grupo, bem como na captação de potenciais parceiros para a execução desses projetos. Mais do que recursos financeiros, captar parcerias permite que a cooperativa forme uma rede de relacionamento na qual obtém apoio e oferece contrapartidas, caminhando assim para o seu fortalecimento.

O domínio na elaboração de projetos, captação de recursos e parcerias é de extrema importância para a autonomia das cooperativas, ao mesmo tempo que corresponde à área mais difícil de empoderamento.

POR QUE É IMPORTANTE TRABALHAR ESTA ÁREA?

O domínio na elaboração de projetos, captação de recursos e parcerias é de extrema importância para a autonomia das cooperativas, ao mesmo tempo que corresponde à área mais difícil de empoderamento, por exigir amadurecimento administrativo e cooperados com um bom nível de escrita e compreensão de texto. Sem esse domínio e entendimento, a cooperativa continua dependente de assessorias externas e dos recursos captados por outros parceiros, perpetuando-se na posição de atendidos por outros projetos.

Nos últimos anos, o aumento do número de editais para obtenção de recursos públicos destinados às cooperativas e a regulamentação da cadeia da reciclagem propiciaram muitos investimentos no segmento. Obter esses apoios e investimentos permite que a cooperativa esteja cada vez mais inserida no contexto nacional.

As contrapartidas exigidas da cooperativa em muitos projetos, ou mesmo as metas traçadas para a obtenção dos recursos, também são importantes para a melhoria da gestão da cooperativa pelo comprometimento externo que assume com o parceiro.

Além da participação em editais de acesso a recursos públicos e grandes investidores, a cooperativa pode captar recursos e parceiros locais e regionais para atender pequenas demandas, ou ainda formar redes de parcerias para resolução de interesses em comum. Isso promove a inserção da cooperativa na sociedade e fortalece seu papel na comunidade.

O QUE TRABALHAR?

- Levantamento de demandas da cooperativa, com o estabelecimento das necessidades e prioridades a serem buscadas em curto, médio e longo prazos.
- Auxílio na avaliação das formas de captação de recursos para

cada uma das demandas (tipos de recursos necessários: financeiros, materiais, parcerias de apoio etc.).

- Levantamento dos possíveis parceiros locais e regionais.
- Organização de calendário de vencimento das certidões negativas de débito (CND) e demais documentos da cooperativa, necessárias para que esta possa ser a instituição proponente na captação de recursos via editais públicos, por exemplo.
- Busca de editais, com leitura e entendimento dos seus objetivos, condições de participação e contrapartidas necessárias.
- Escrita de um texto-base com informações que são solicitadas nos projetos, como o histórico da cooperativa, seus objetivos, forma de funcionamento e principais resultados obtidos.
- Planejamento para cumprimento das contrapartidas e responsabilidades assumidas.
- Organização, entendimento e auxílio para a prestação de contas das responsabilidades assumidas.

EXEMPLO DE PLANO DE AÇÃO E COMO TRABALHAR

Para facilitar a visualização e o entendimento, segue um exemplo prático de parte de um Plano de Ações construído pelo Grupo de Elaboração de Projetos e Captação de Recurso de uma das cooperativas atendidas pelo IPESA:

METAS	AÇÕES	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
1. Elaboração de projetos para beneficiar a cooperativa	1.1 Listar as demandas e necessidades da cooperativa (em assembleia). 1.2 Formar um grupo de cooperados para a captação de projetos (Grupo de Elaboração de Projetos e Captação de Recurso). 1.3 Listar e buscar editais e possíveis parceiros.	2 meses	Darci

METAS	AÇÕES	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
2. Entendimento das etapas básicas da elaboração de projetos	<p>2.1 Aprender as etapas e conteúdos da escrita de projetos.</p> <p>2.2 Elaborar um projeto base da cooperativa para uso em editais e propostas.</p>	6 meses	Darci, Lair, Gislaine e Luciano
3. Solução para a demanda de transporte para o trabalho e para as coletas (aquisição de Kombi e/ou caminhão)	<p>3.1 Levantar informações sobre os veículos para saber qual é o mais adequado para a cooperativa no momento.</p> <p>3.2 Fazer diversos orçamentos (pesquisa de preços).</p> <p>3.3 Levantar informações sobre financiamentos.</p> <p>3.4 Buscar editais para aquisição de veículos.</p>	12 meses	Luciano
4. Entendimento do processo de prestação de contas a financiadores e parceiros	<p>4.1 Desenvolver um modelo de prestação de contas que contenha as informações necessárias: extratos bancários, demonstrativos, notas fiscais etc.</p>	6 meses	Gislaine
5. Elaboração de calendário de editais	<p>5.1 Comprar agenda e calendário ou imprimir folhas de calendário mensais.</p> <p>5.2 Pesquisar os principais editais para cooperativas e grupos de geração de renda e marcar no calendário sua data de abertura, início e término das inscrições.</p> <p>5.3 Monitorar os sites que disponibilizam os principais editais abertos ou solicitar ao parceiro com computador que avise sobre o lançamento de novos editais.</p>	Contínuo	Luana
6. Monitoramento das Certidões Negativas de Débitos (CNDs)	<p>6.1 Colocar na agenda o vencimento de cada CND.</p> <p>6.2 Entrar nos sistemas <i>online</i> ou pedir para o contador e retirar a certidão válida.</p> <p>6.3 Caso a CND não seja liberada, conversar com o contador e entender as pendências a resolver.</p>	De acordo com o calendário	Luana

DICA DE ATIVIDADE

Meta 2: Entendimento das etapas básicas de elaboração de projetos

Passo a passo:

- Uma forma de iniciar o entendimento sobre projetos é fazer um exercício prático com os cooperados a partir da sua realidade e dos seus sonhos pessoais. Cada integrante do grupo pode responder individualmente às seguintes perguntas: *Qual é o seu sonho hoje? O que falta para realizá-lo? O que você pode fazer para realizá-lo?* Se o sonho do cooperado é, por exemplo, adquirir uma casa própria, ele precisa pensar em um plano para alcançá-lo, e assim também acontece com a cooperativa;
- A partir dessas perguntas norteadoras, o facilitador pode auxiliar o grupo na construção de um “projeto”. Aos poucos e com essa base é possível introduzir conceitos mais complexos das etapas de elaboração de projetos. É fundamental sempre trazer exemplos práticos do dia a dia dos cooperados para explicar o que é cada etapa. O quadro abaixo traz algumas perguntas simples que auxiliam na explicação de cada etapa:

ETAPA	SIGNIFICADO
I. Caracterização da organização	Levantamento de informações relevantes sobre a organização (histórico, missão, visão, objetivos estratégicos, estrutura e estilo de gestão, composição da diretoria, experiência e resultados já alcançados)
II. Caracterização socioeconômica da região	Levantamento de informações relevantes sobre a região, partindo dos dados obtidos no diálogo com a comunidade e incluindo dados oficiais (IBGE, Prefeitura etc.).

ETAPA		SIGNIFICADO
III. Projeto	1. Título	Frase de impacto que resume o objetivo
	2. Resumo	Apresentação resumida do projeto
	3. Justificativa	Por que fazer o projeto?
	4. Sujeito de ação	Para quem será feito?
	5. Objetivo geral	O que se pretende com o projeto?
	6. Objetivo específico	O que se pretende alcançar? (os objetivos específicos devem contribuir para a realização do objetivo geral)
	7. Atividades	Que atividades serão realizadas para isso?
	8. Metodologia	Como será feito?
	9. Cronograma	Em quanto tempo será feito?
	10. Orçamento	Quanto dos recursos necessários será gasto e em quê?
	11. Avaliação	Como os resultados serão acompanhados e medidos?

- Para fixar o conhecimento, pode-se construir um “jogo da memória” utilizando as informações do quadro anterior, escritas em tarjetas de papel. A ideia é fazer a relação entre a etapa de elaboração e seu significado.

PRINCIPAIS DESAFIOS

- Baixa escolaridade (dificuldade na escrita).
- Complexidade dos editais.
- Regularização da documentação da cooperativa (uma das principais dificuldades encontradas com relação a isso é a regularização das certidões negativas de débitos, por exemplo).

Qualidade de Vida

Esta área promove reflexões e ações sobre o que o cooperado precisa para garantir seu bem-estar físico e psicológico.

Segundo a Divisão de Saúde Mental da Organização Mundial da Saúde (OMS), qualidade de vida define-se como a percepção do indivíduo sobre sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive, e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.

Esse mesmo grupo de pesquisadores enumerou algumas características importantes para a avaliação da qualidade de vida. Juntas elas formam um conjunto de fatores que devem existir para o indivíduo perceber sua vida como melhor: mudança de comportamento, vivência de valores, crescimento profissional e humano, disciplina e respeito, cuidados com os ambientes, atenção à saúde, vivência da espiritualidade, entre outros.

Dessa forma pode-se afirmar que “qualidade de vida” é um conceito que busca mensurar as condições de vida de um ser humano. Nela pode-se considerar o bem físico, mental, psicológico, além das relações sociais com amigos e família. Além desses fatores, saúde, educação, habitação e o acesso a saneamento básico também são levados em consideração para tal mensuração.

Em consonância com esse contexto, para a realidade das cooperativas de catadores, a área de Qualidade de Vida busca promover a reflexão acerca daquilo que os cooperados entendem que seja uma melhor qualidade de vida para eles – ou seja, o que precisam para ter uma vida melhor. Com a área dedicada a essa questão em atividade, os cooperados podem ampliar a sua percepção do que podem conseguir por meio da cooperativa, compreendendo que, além de cooperar para gerar renda, podem

Com a área de Qualidade de Vida em atividade, os cooperados podem ampliar a sua percepção do que podem conseguir por meio da cooperativa, compreendendo que além de cooperar para gerar renda, podem também se unir para promover outros aspectos que proporcionem uma vida melhor.

também se unir para promover outros aspectos que proporcionem uma vida melhor.

Esse olhar visa estar atento não apenas às questões que vão além da cooperativa, como o acesso a saúde, saneamento básico, família etc., mas também às questões internas, como o relacionamento interpessoal, a coesão grupal e a saúde do trabalhador.

POR QUE É IMPORTANTE TRABALHAR ESTA ÁREA?

A contribuição da área de Qualidade de Vida é significativa para relacionar a melhoria da vida dos cooperados às questões referentes ao trabalho. Em se tratando de seres humanos trabalhando juntos, sabe-se que muitas vezes as pessoas levam questões de fora para dentro do trabalho e vice-versa. Dessa forma é fundamental que as questões individuais e grupais sejam trabalhadas com os cooperados, para que o trabalho coletivo e o relacionamento entre eles possa ser mais saudável, democrático, respeitoso e responsável.

Assim, o processo de formação do Grupo de Qualidade de Vida é importante para prepará-los para:

- sensibilizar os cooperados sobre a importância do uso de uniformes e Equipamentos de Proteção Individuais (EPI) na cooperativa;
- promover o uso do diálogo para mediar conflitos e conduzir conversas difíceis;
- conhecer e explorar a rede de equipamentos públicos do município (Unidade Básica de Saúde – UBS, Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, escolas, creches etc.);
- desenvolver parcerias com instituições públicas e/ou privadas para facilitar o acesso dos cooperados a direitos;
- desenvolver iniciativas coletivas para o bem-estar do grupo, como a construção de vestiários, a manutenção da higiene dos

banheiros e o desenvolvimento de horta comunitária, entre outros.

Importante: é interessante que um ou mais integrantes deste grupo tenha um perfil sensível, compreensivo e de liderança, uma vez que será um formador de opinião dentro da cooperativa, mobilizando pessoas para a construção de iniciativas que visem ao bem de todos. Caso não haja cooperados com esse perfil, podem-se dividir as responsabilidades entre os participantes do grupo, sempre orientando-os para o uso responsável das ferramentas oferecidas durante as capacitações.

O QUE TRABALHAR?

- Dificuldades e conquistas do trabalho de catador de materiais recicláveis.
- Reconhecimento do trabalho do catador: entendimento de que, se as pessoas se reconhecem como catadoras, o grupo se reconhece como uma cooperativa e se vê fazendo parte de um movimento social e político maior (Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis).
- Desafios do trabalho autogestionário: como o grupo lida com os princípios cooperativistas.
- Cidadania: como os catadores exercem seus direitos e deveres;
- Acesso a benefícios sociais, educação e transporte escolar para os filhos dos cooperados, além de outras necessidades de dever do Estado.
- Cuidados com a saúde global e do trabalhador: quais são os cuidados tomados para promoção e prevenção da saúde e a importância de os cooperados frequentarem os serviços de saúde periodicamente.
- Relacionamento entre os cooperados.
- Trabalho em equipe.

- Melhorias na alimentação (organização do almoço feito na própria cooperativa, inclusão de verduras e legumes no cardápio).
- Mutirão de melhorias no galpão.
- Momentos de integração (almoço coletivo, dia da beleza, piquenique, entre outros).
- Momentos lúdicos (atividades esportivas, dominó, bingo, cartas etc.).
- Busca de parceiros que tragam benefícios aos cooperados e familiares (dentista, cursos, creche, entre outros).
- Momentos de oração (ou qualquer outra forma de espiritualidade).
- Ginástica laboral.
- Grupos de reflexão com temas variados.
- Saúde da mulher e do homem.
- Vacinação.
- Eventos temáticos (festa junina, carnaval, natal).
- Aniversariante do mês.

Dica: uma ferramenta que auxilia os facilitadores a trabalhar outras questões que não apenas aquelas trazidas pelos cooperados é a aplicação de um questionário que busque conhecer as condições de vida dos cooperados, levando em conta os aspectos sociais e psicológicos relacionados à família, comunidade e trabalho. O questionário é aplicado individualmente com cada cooperado. Sugere-se que contenha questões relacionadas às condições de moradia, saneamento básico, escolaridade, saúde, trabalho e relacionamento grupal. Após a tabulação e a sistematização das respostas, os dados são apresentados para toda a cooperativa com o objetivo de gerar reflexões acerca do momento do grupo e buscar melhorias para todos. Esses dados auxiliam o facilitador a conduzir as capacitações e direcionar o trabalho

do Grupo de Qualidade de vida justamente por ter em mãos o perfil dos cooperados.

EXEMPLO DE PLANO DE AÇÃO E COMO TRABALHAR

Para o desenvolvimento das metas do grupo, os facilitadores utilizam-se de métodos participativos, dinâmicas e jogos cooperativos. Essas atividades promovem o relacionamento entre os cooperados, gerando a integração e o diálogo entre eles. Para facilitar a visualização e o entendimento, segue um exemplo prático de parte de um Plano de Ações construído pelo Grupo de Qualidade de Vida de uma das cooperativas atendidas pelo IPESA:

METAS	AÇÕES	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
1. Promoção de momentos de integração/conversa e trabalho em grupo	1.1 Realizar rodas de conversa semanais. 1.2 Realizar momentos de recreação, como passeios, piquenique, almoço coletivo, entre outros. 1.3 Promover dinâmicas de grupo nos temas: compreensão, união, diálogo, trabalho em grupo, dividir vida pessoal e trabalho ("deixar o problema em casa").	Semanal/ Contínuo	Jandira
2. Condução da Prefeitura para o transporte dos cooperados até a cooperativa (distância muito grande e sem oferta de transporte público nas proximidades)	2.1 Marcar reunião com o setor responsável da Prefeitura para conversar sobre possibilidade de cessão de transporte para os cooperados. 2.2 Verificar por que em 2011, apesar da negociação feita e encaminhada, esse benefício não foi liberado. 2.3 Negociar com a Prefeitura a possibilidade de cessão de passe de ônibus para os cooperados. 2.4 Levar lista de gastos (em média) dos cooperados para mostrar a real necessidade desse benefício.	1 mês	Raimunda

METAS	AÇÕES	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
3. Aquisição e uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI): óculos, luvas, botas e avental	3.1 Negociar junto a possíveis parceiros doação de EPI's compatível com atividade produtiva do grupo. 3.2 Avaliar possibilidade de compra de EPI's com recurso próprio da cooperativa. 3.3 Agendar visita de um representante comercial de EPI's. 3.4 Desenvolver atividade de sensibilização para o uso – vídeos. 3.5 Realizar compra já com previsão de chegada de novos cooperados e desgaste de EPI.	3 meses	Raimunda
4. Melhoria das condições de saúde dos cooperados	4.1 Vacinação – buscar parceria com Departamento de Saúde para campanha de vacinação. 4.2 Tabagismo – buscar parceria com Departamento de Saúde para campanha de combate ao tabagismo. 4.3 Saúde da mulher – desenvolver palestras sobre os cuidados necessários. 4.4 Saúde do homem – desenvolver palestra sobre os cuidados necessários. 4.5 Buscar palestrantes que possam desenvolver o tema Saúde do Trabalhador.	4 meses	Inis
5. Mapeamento da rede de benefícios do município	5.1 Dividir temas relevantes entre pequenos grupos de cooperados (ex: esporte, lazer, cultura, saúde, assistência social). 5.2 Realizar levantamento das ações realizadas no município nas diferentes áreas de interesse. 5.3 Os grupos apresentam as atividades mapeadas. 5.4 Montar uma pasta de referência com todas as áreas mapeadas.	4 meses	Jandira

METAS	AÇÕES	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
6. Realização do Diagnóstico Psicossocial da cooperativa	<p>6.1 Aplicar questionário com todos os cooperados (individualmente).</p> <p>6.2 Sistematizar esses dados e realizar apresentação do perfil da cooperativa para todos.</p> <p>6.3 Realizar novo levantamento de demandas para o Grupo de Qualidade de Vida.</p>	1 mês	Facilitador

DICAS DE ATIVIDADES

Meta 1: Promoção de momentos de integração/conversa e trabalho em grupo:

Rodas de conversa

Podendo ser realizada com todos os integrantes ou com pequenos grupos, esta atividade colabora para o bom relacionamento entre os cooperados, para a promoção do diálogo como ferramenta mediadora das relações humanas e para a transparência das informações. É usada para facilitar que o diálogo se instaure, fomentando a construção de laços entre os integrantes. Nas rodas de conversa a elaboração de um projeto comum ao grupo não se constitui meramente por meio da aceitação passiva, mas sim da discussão e da argumentação entre pessoas e suas diferentes visões de mundo.

Passo a passo:

- Pedir que todos os cooperados participantes sentem-se em roda.
- Fazer combinados com o grupo, que podem ser: falar um de cada vez, respeitar a opinião do outro, levantar a mão para pedir a palavra, o que foi falado no grupo permanece no grupo, entre outros.

- Solicitar que algum tema seja levantado. Alguns assuntos para início da conversa podem ser sugeridos pelo facilitador, desde “momentos importantes da semana” ou “dificuldades e conquistas da semana”, como também assuntos mais específicos, como “família” ou “dificuldades na criação dos filhos”. O tema escolhido será o fio condutor do diálogo, e a roda de conversa pode tomar diferentes rumos.
- O facilitador assume o papel de auxiliador do diálogo, lembrando os combinados iniciais e mediando as relações. Caso haja interesse de algum integrante do Grupo de Qualidade de Vida por esse papel, o facilitador pode ajudar que ele se desenvolva para facilitar as rodas de conversa, tornando assim essa ferramenta independente da presença de equipe técnica externa.

Meta 5: Mapeamento da rede de benefícios do município

Essa atividade faz com que os integrantes do Grupo de Qualidade de Vida se apropriem do seu território e usem seus conhecimentos para buscar melhorias para o grupo, além de se tornarem aptos a esclarecer para os colegas como acessar os benefícios do município ou do estado.

Passo a passo:

- Listar temas junto aos integrantes do grupo, tais como Educação, Saúde, Lazer, Benefícios Sociais, entre outros.
- Dividir cada um ou dois dos temas listados entre os integrantes do grupo.
- Cada integrante fica responsável por pesquisar no município quais equipamentos e organizações trabalham com aquela área/tema.
- No próximo encontro, cada integrante deve apresentar os resultados de suas pesquisas. Por exemplo, Joaquim ficou

responsável pelo tema Saúde e encontrou: Unidade Básica de Saúde (UBS), Hospital Geral, Asilo, Alcoólatras Anônimos. E assim para todos os temas levantados e pesquisados.

- Num segundo momento, realizar uma pesquisa mais aprofundada sobre que tipos de serviços são oferecidos em determinado equipamento e quais os caminhos necessários para acessá-los. Seguindo o exemplo anterior, na Unidade Básica de Saúde são encontrados os seguintes serviços: Clínico Geral, Pediatria, Ginecologista, Vacinação. O agendamento é feito na recepção da UBS, com apresentação do cartão SUS, o qual também pode ser feito na hora do atendimento. Aguardar contato com data da consulta. Tempo médio de espera: duas semanas.
- Outra possibilidade é convidar os funcionários de instituições parceiras, como a própria UBS, para uma visita à cooperativa, construindo-se uma parceria para aproximar e facilitar o acesso aos serviços, além de ainda possibilitar, por exemplo, o desenvolvimento de palestras com temas pertinentes para os cooperados.
- Após a construção coletiva de todas as áreas levantadas inicialmente, fazer uma pasta e deixá-la à disposição dos cooperados.

PRINCIPAIS DESAFIOS

- Falta de compreensão de alguns membros da cooperativa sobre a importância dessas atividades.
- Cultura de que só o trabalho na produção gera resultado.
- Buscar um perfil entre os cooperados que se desenvolva e lidere essa frente.

Escutas emocionais

Essa proposta de intervenção surgiu por demanda dos próprios facilitadores de outras áreas de capacitação, por terem

Como na área de Educação Ambiental, um grande desafio da área de Qualidade de Vida é conquistar a compreensão e o reconhecimento dos demais cooperados, que muitas vezes não entendem a natureza deste trabalho.

dificuldades em lidar com os conflitos de ordem pessoal entre os cooperados. Os facilitadores perceberam que os catadores vivenciavam muitos problemas emocionais, tanto em relação a si mesmos como aos colegas de trabalho.

Esses conflitos constituem um obstáculo à evolução do trabalho de capacitação e à organização da cooperativa por dois motivos principais:

- os conflitos dificultam a expressão de opiniões e a defesa de posições de modo saudável, além de dificultarem também o autorreconhecimento do sujeito como parte do grupo;
- as desavenças entre os cooperados dificultam o diálogo e a convergência de interesses para um bem comum, a cooperativa. A interação entre os cooperados é, muitas vezes, agravada por trabalharem junto a familiares: muitas cooperativas são formadas com grupos de duas ou três famílias.

Partindo-se do princípio de que as emoções influenciam diretamente os processos de trabalho, podendo beneficiá-los ou atravancá-los, propõe-se, como parte integrante da capacitação do Grupo Qualidade de Vida, a construção de uma atividade intimamente ligada à reflexão. A ideia é criar um espaço reservado e individual em que cada cooperado possa refletir sobre si mesmo e sobre suas relações pessoais, tanto familiares quanto com colegas de trabalho. Ou seja, um espaço de escuta e reflexão. É necessário que essa escuta seja feita por um profissional com formação em psicologia, porque apesar de não se tratar de um atendimento psicoterapêutico, a atividade desencadeia uma série de processos emocionais que são mais bem manejados por um profissional qualificado da área de saúde mental.

Deve-se enfatizar que não se trata de psicoterapia, afinal, não se objetiva tratar nenhum problema psicológico. No caso de

algum catador sofrer de transtornos mentais, ele deve ser encaminhado a algum serviço de saúde (Serviço de Saúde Mental ou Unidade Básica de Saúde mais próxima de sua residência). A proposta é que as escutas emocionais sejam uma atividade de promoção da saúde do trabalhador, proporcionando melhor qualidade de vida por meio da expressão livre das emoções vivenciadas no dia a dia.

É importante ressaltar que essa atividade deve ser bem acordada com os catadores, que têm diferentes opiniões sobre o trabalho do psicólogo. Muitos deles acham que não são “loucos” e por isso não devem conversar com esse profissional, enquanto outros acham que sentar e conversar representa “vagabundear” ou “fazer hora”. Assim, deve-se levar em conta o que os catadores imaginam que seja o trabalho do psicólogo.

Por isso é importante que se combine bem como serão realizadas as escutas emocionais, que devem ocorrer em um espaço reservado, onde o cooperado se sinta à vontade para falar sobre sua vida e sobre seus sofrimentos. Deve-se ainda estabelecer que tudo que ele expressar naquela conversa não será passado para ninguém: nem para outros membros da cooperativa, nem para outros facilitadores.

As escutas podem acontecer periodicamente, podendo-se agendar com o cooperado a próxima conversa, mas é importante que o facilitador abra espaço para demandas espontâneas não agendadas, quando os cooperados sentirem necessidade. A duração das escutas pode variar de trinta minutos a uma hora, já que cada cooperado tem um ritmo. Além disso, é preciso atentar para a atividade não interferir na produção.

Considerando-se que os cooperados podem se sentir pouco à vontade para falar sobre suas vidas com um estranho e que muitas vezes não compreendem como um psicólogo pode colaborar

para resolver problemas pessoais, já que não faz parte de seu convívio, o IPESA desenvolveu algumas ferramentas de trabalho para facilitar a expressão e a elaboração das emoções.

Construídas durante o processo de desenvolvimento dessa atividade nas cooperativas, essas ferramentas respondem diretamente às necessidades dos grupos de catadores. Elas serão apresentadas a seguir numa sequência lógica que visa formar uma linha norteadora para aprimorar o autoconhecimento e a percepção de cada catador sobre a própria vida.

QUESTIONÁRIO: 1º ENCONTRO

O mesmo questionário referido no item anterior (Qualidade de Vida) possibilita uma caracterização das principais necessidades desses trabalhadores. Faz-se uso desse questionário por se considerar que seja necessário, primeiramente, conhecer as condições de vida dos catadores, levando em conta os aspectos sociais e psicológicos, incluindo a qualidade das relações afetivas e da rede de apoio em torno de cada um.

Sugere-se que o questionário também apresente as três questões a seguir, para um maior entendimento de como os cooperados lidam com suas emoções:

- O que deixa você nervoso ou ansioso?
- O que deixa você triste ou deprimido?
- Quando tem problemas, com quem você reclama ou desabafa?

Assim, esse questionário lança luz sobre as dificuldades que cada um vivencia. A partir dele é possível o levantamento de temas a serem conversados individualmente entre o psicólogo e cada cooperado, dando-se continuidade ao processo das escutas emocionais.

DEVOLUTIVA: 2º ENCONTRO

A partir do que cada cooperado revela sobre suas relações e emoções no questionário, elabora-se uma devolutiva. Nesse momento, a tarefa caracteriza-se por levantar questões sobre alguns pontos delicados da vida dos cooperados. É importante dizer que isso deve ser feito de modo que se respeite a intimidade e que seja condizente com o tipo de relação que cada cooperado mantém com o psicólogo. Além disso, pode-se propor um acordo com o cooperado que participa das escutas emocionais, explicando-lhe que, por meio da conversa sobre os sentimentos, é possível melhorar as relações com os que estão em volta e também consigo mesmo.

Nas cooperativas é frequente certa resistência a esse trabalho, que se expressa em desconfiança e falta de credibilidade em relação à atuação do psicólogo. Além disso, os cooperados estão acostumados apenas a ouvir orientações, e não a expressar o que sentem e pensam.

Em muitas ocasiões os cooperados esperam do psicólogo uma postura parecida com a de um médico, que prescreve remédios e dita comportamentos a seguir. Assim, esperam que seja definido um modo adequado para seus comportamentos em relação a seus filhos, maridos ou pais. Por isso o momento de devolutiva é essencial para o início da formação de um vínculo entre facilitador e cooperado, que possibilitará a construção de um espaço de reflexão sobre as experiências vividas.

CONSTRUÇÃO DE NARRATIVA DE VIDA: 3º ENCONTRO EM DIANTE

Os catadores de materiais recicláveis vivenciam situações de vulnerabilidade em que são frequentes episódios de separações, violências doméstica e/ou urbana, perdas de familiares, grandes problemas financeiros, desemprego, uso de drogas e/ou uso abusivo de álcool e conflitos com a lei e com a polícia. Nada disso é

Os catadores de materiais recicláveis muitas vezes vivenciam situações de vulnerabilidade extrema, ficando com questões emocionais que nunca são digeridas devido às necessidades de sobrevivência. As escutas emocionais são um espaço para isso.

elaborado e digerido emocionalmente devido às necessidades de sobrevivência.

Para a junção das situações estressantes ao modo como o sujeito narra sua própria vida, propõe-se que os cooperados contem sua história de vida cronologicamente, relatando fatos e acontecimentos importantes sobre onde nasceram, com quem foram criados, se estudaram ou não, como era a vida dos pais, com quem namoraram ou se casaram, por que mudaram de cidade, como se tornaram catadores, o que acham dessa profissão e daí por diante. E, mais ainda, pede-se que eles atribuam emoções a cada mudança de trajetória no rumo da vida, construindo associação e sentido entre as rupturas e continuidades nos caminhos que percorreram.

Talvez sejam necessários alguns encontros para a construção dessa narrativa de vida. É importante que o cooperado possa sair dali com a sensação de ter contado uma história ou um conto, com sentido e consciência das mudanças de rumo. Assim, pretende-se colaborar na organização dos acontecimentos da vida e proporcionar atribuição de significado e valor no traçado da trajetória de cada sujeito, buscando-se a possibilidade de um ato reflexivo de pensar sobre o caminho que se percorreu e o que se quer percorrer.

Dica: pode-se optar por desenhar uma linha da vida em uma cartolina, indicando as principais transformações e emoções de cada etapa. Tornar essas experiências concretas é importante no trabalho com os catadores, que compreendem melhor quando o assunto se torna palpável.

REDE DE SUSTENTAÇÃO DA VIDA

Outra ferramenta proposta é a construção de um desenho da rede de sustentação da vida, que é complementar à experiência de

construção da narrativa de vida. A narrativa de vida proporciona a ideia da trajetória feita, ao passo que a “rede de sustentação” proporciona a representação do lugar que o sujeito ocupa no momento atual.

Aqui, convida-se o cooperado a se desenhar em uma folha de papel sulfite, para depois, na mesma folha, desenhar as principais coisas e pessoas que dão sentido à sua vida, respondendo à pergunta: quais as coisas e pessoas que o motivam a se levantar da cama todos os dias?

Com isso, busca-se levar o sujeito a reconhecer a rede de relações pela qual ele é apoiado e motivado. Além disso, ele é solicitado a escrever uma palavra que represente a emoção que o liga a cada membro de sua rede. É interessante que palavras sejam colocadas ao lado das setas que ligam o desenho da pessoa do cooperado aos outros membros que incluiu em sua rede.

É importante destacar que essas quatro ferramentas são bastante úteis para o trabalho com os catadores de materiais recicláveis, visto que não é aconselhável se propor a mesma escuta oferecida pelas técnicas tradicionais praticadas na psicologia, por não condizerem com a realidade e com o modo de funcionar dos catadores. É relevante também apontar o vínculo entre profissional e cooperado como principal elemento de bom andamento do trabalho e de evolução na resolução de problemas por meio do diálogo.

Que coisas e pessoas o motivam a levantar-se da cama todos os dias? Com essa questão, os formadores introduzem a ferramenta “Rede de sustentação da vida”.





ASSIM, FICA BEM
MAIS FÁCIL
ALCANÇARMOS O
NOSSO OBJETIVO.

HUUMMM

VIU?

Educação para emancipação social

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS — MNCR

A história da educação brasileira é marcada pelo autoritarismo e pelo elitismo, e somos, todos nós, produto dessa concepção ultrapassada. Já vem de muitos séculos o preconceito que diz que por natureza o branco sabe mais do que o negro, que o conhecimento europeu é mais completo que a cultura indígena ou que a cultura norte-americana é mais rica que a popular brasileira.

A educação por muito tempo orientou-se pela noção de que o indivíduo é uma gaveta vazia a ser preenchida de conhecimento. Foi o que Paulo Freire chamou de “educação bancária”, concepção pela qual seria possível apenas despejar um suposto conhecimento na cabeça vazia das pessoas para educá-las.

O tempo passou e muito se discutiu sobre esse modelo de ensino; no entanto, ele continua presente nas relações do dia a dia. Além disso, as iniciativas de preparação profissional, orientadas por uma ideologia empresarial que promete sucesso e dinheiro como uma igreja, partem da mesma origem elitista que concebia o sucesso profissional como um dom individual, e não como processo de formação história e coletiva.

Os empresários e gestores públicos não acreditam que os catadores de materiais recicláveis possam ser senhores de seus próprios destinos e não confiam a eles a autogestão de seus empreendimentos por puro e simples preconceito de classe, pois continuam, na essência, com o pensamento escravocrata e elitista do

A educação definida por Paulo Freire como “bancária” está presente quando se considera essencial apenas a instrução técnica na formação profissional dos trabalhadores.

passado. E como não dizer o mesmo das muitas iniciativas de educação profissional existentes, que pretendem instruir os catadores a melhor realizar seu trabalho com instruções pontuais e pouco aprofundadas? A educação bancária está presente quando se considera essencial apenas a instrução técnica – o “apertar parafusos” – na formação profissional dos trabalhadores, acreditando que cabe ao catador aprender apenas o essencial para a subsistência.

Há os que acreditam que a tarefa de administrar e gerir as cooperativas e associações é de técnicos qualificados especificamente para isso, cabendo ao catador o trabalho braçal. É evidente que há tarefas específicas de técnicos especializados e que as organizações de catadores precisam desse conhecimento técnico, não há nada de errado na contratação de especialistas para estarem a serviço da organização. O que está em questão é o papel político dos técnicos e da construção do conhecimento dentro da organização de catadores. Por princípio, o protagonismo político e as decisões administrativas devem partir dos catadores, que podem contar com a orientação profissional de técnicos como subsídio para promover e aprofundar sua prática. No entanto, o que se observa em muitas iniciativas de formação de cooperativas é o caminho inverso. As ONGs se apropriam de tarefas para “ajudar” as organizações, tornando-as dependentes.

Foi criticando esse modelo de “profissionalização” que os catadores ligados ao MNCR decidiram criar seu próprio programa de formação, considerando que o catador e a catadora não precisam simplesmente estar preparados para o trabalho, mas têm que gerir seu trabalho, precisam entender sua realidade social e superá-la, precisam assumir seu protagonismo político. Trata-se de pôr em xeque o modelo atual que separa a função daqueles que trabalham da função dos que pensam e decidem.

Em suma, o MNCR defende um projeto de Instrução Integral preconizado no início do século por trabalhadores ligados ao movimento operário. O projeto desse grupo de trabalhadores libertários propunha uma educação voltada à preparação integral do trabalhador, tanto do ponto de vista profissional como político. A pedagogia libertária também se preocupou em não distanciar a teoria da prática, antecipando o método de Paulo Freire.

A instrução deve ser igual em todos os graus para todos; por conseguinte, deve ser integral, quer dizer, deve preparar as crianças de ambos os sexos tanto para a vida intelectual como a vida do trabalho, visando a que todos possam chegar a ser pessoas completas.¹

É perceptível também, no programa de formação do MNCR, a influência da educação popular das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Teologia da Libertação, que praticaram uma educação diferenciada, denominada “basista” (que busca trazer e valorizar o conhecimento da base social), por trabalhar com o conhecimento popular como impulso para o processo educativo do trabalhador. Os métodos e dinâmicas educativas provenientes de militantes da Teologia da Libertação se somam à necessidade de lidar com uma linguagem popular que respeite a cultura e a realidade do povo, norte do programa pedagógico do MNCR que formou militantes de todo o Brasil, vindos de realidades culturais completamente diferentes. Por outro lado, a prática educativa do MNCR também faz críticas ao método puramente basista, que muitas vezes permite ao formando reproduzir apenas o senso comum da sociedade.

A proposta educacional do MNCR contempla também o conteúdo programático político sintetizado em sua Carta de Princípios

Foi criticando esse modelo de “profissionalização” que os catadores ligados ao MNCR decidiram criar seu próprio programa de formação, considerando que não precisam simplesmente estar preparados para o trabalho, mas têm que geri-lo.

1 Bakunin, 2003, p. 78.

e de Objetivos e em suas Bases de Acordo, documentos orientadores da luta do MNCR construídos ao longo de um Congresso Nacional e dois Congressos Latino-americanos, além de encontros de representantes de todo o Brasil. Não bastava então apenas educar, seria preciso fomentar novas formas de organização política e social, propor novas metas de vida e superação da realidade. “Na grande empreitada de formação dos militantes do MNCR, criar a cultura do diálogo, debater, estudar, nos formar individual e coletivamente é dever de todos(as), para que entre nós não haja mais coitados nem doutores, mas protagonistas, lutadores.”² A empreitada foi construída com base na realidade da categoria e na necessidade presente de avançar rumo à garantia de direitos e melhores condições de trabalho.

A educação bancária, a ideologia empresarial e o preconceito de classe contra o catador são opostos ao que propõe o programa de formação política do MNCR, que, apesar de muito abrangente, sempre se propôs a ser uma ferramenta impulsionadora, a ser construída e complementada durante o processo de formação.

Construção de uma identidade

Explicar o papel do catador na cadeia produtiva – a qual só sobrevive em função dele – é uma das funções do programa de formação do MNCR.

Relatar a história do programa de formação do MNCR é como falar da sua história de organização. Ao longo de muitos anos os catadores desenvolveram significados próprios que os

2 MNCR, 2005, p. 5.

aproximaram, entre os quais a própria identidade profissional formalizada em 2003, na Classificação Brasileira de Ocupações. O “RG” inserido na CBO como ocupação de código 5192-05 resultou de uma construção política ao longo dos anos, abrindo caminho para a valorização da categoria e agrupando os profissionais na busca de melhores condições de trabalho.

Para organizar a categoria era preciso que ela se reconhecesse como tal, era preciso assumir sua profissão e lutar pela sua valorização. Esse processo de autorreconhecimento foi tema das milhares de formações realizadas pelo MNCR em todo o Brasil. Portanto, além de tudo era preciso se reconhecer como parte de um processo. Em muitos relatos era possível perceber que os catadores se viam como o próprio lixo, sua identidade se confundia com isso. A partir do momento em que essa pessoa se percebe como indivíduo pertencente a uma categoria profissional, sua expectativa de vida muda e seus objetivos são colocados em outro patamar.

A identidade profissional foi um ponto forte na organização da categoria. O MNCR trabalhou para aprofundar o entendimento em relação a essa identidade, pois era preciso entender que os catadores estavam inseridos dentro de uma cadeia produtiva que movimenta bilhões de reais todos os anos, mas uma cadeia produtiva suja, que sobrevive da exploração de quase um milhão de catadores e catadoras só no Brasil. Era preciso esclarecer o papel do catador na cadeia produtiva da reciclagem, pois ele é o primeiro elo desta e o principal agente da recuperação dos resíduos recicláveis. A cadeia produtiva sobrevive em função do trabalho precarizado dos catadores.

O programa de formação do MNCR descreveu esse processo desde a coleta nas ruas até a chegada dos resíduos na indústria, mostrando cada tarefa desempenhada pelos catadores. Esse exercício fez brotar, em muitos casos, a consciência do trabalho desenvolvido pelos catadores e sua consequente valorização.

A identidade profissional foi um ponto forte na organização da categoria. Era preciso entender que os catadores estavam inseridos numa cadeia produtiva que movimenta bilhões de reais todos os anos, mas uma cadeia produtiva suja, que sobrevive da exploração de quase um milhão de pessoas só no Brasil.

Falamos em “processo de consciência” e não apenas “consciência” porque não a concebemos como uma coisa que possa ser adquirida e que, portanto, antes de sua posse, poderíamos supor um estado de “não consciência”. [...]

Nesse sentido, procuraremos entender o fenômeno da consciência como um movimento e não como algo dado. Sabemos que só é possível conhecer algo se o inserimos na história de sua formação, ou seja, no processo pelo qual ele se tornou o que é; assim é também com a consciência: ela não “é”, “se torna”.³

Superar o trabalho alienado é uma das funções dessa abordagem. Quando o trabalhador se dá conta da importância da atividade que está exercendo e do fato de ser parte de um ciclo muito maior, há uma compreensão mais elaborada sobre sua função social e o despertar da sua consciência de classe.

Entre as metas do programa de formação do MNCR estava a auto-organização, segundo a qual os trabalhadores se organizam a si próprios. Mais tarde isso foi chamado de formação “de catador para catador”, atual carro-chefe da organização no Brasil.

De catador para catador

A troca das experiências vividas entre os catadores por meio de dinâmicas estimula a superação de dificuldades.

Entre as metas do programa de formação do MNCR, que data de 2005, se encontrava a auto-organização, concepção sobre a qual os trabalhadores se organizam a si próprios. Mais tarde isso foi chamado de formação “de catador para catador”, método e pensamento que é sem dúvida o grande carro-chefe da organização de catadores hoje no Brasil. Consiste na ação dos próprios catadores, lideranças formadas pelo mesmo processo que irão

³ Iasi, 2007, p. 12.

formar outros catadores, com método e linguagem próprios, mais ligados ao cotidiano dos catadores a serem formados. A troca de experiências entre os catadores quebra uma primeira barreira relacionada à autoestima dos formandos – afinal, é outro catador como ele que está falando, conhece a realidade difícil do trabalho e traz essas experiências para o ambiente de formação.

A importância do catador(a) falar para outro catador é porque nós conseguimos nos compreender melhor. A gente sabe qual a realidade, as dificuldades um do outro, não importa o lugar do Brasil em que estamos. Quando algum grupo está mais avançado, com mais organização, esses catadores fazem um trabalho com os catadores que ainda não estão organizados.⁴

Dezenas de catadores formadores foram preparados por meio dessa prática, sem muitos subsídios teóricos para realizar as formações – que podiam durar apenas um dia, mas resultavam em impacto significativo para fomentar a organização de milhares de catadores no Brasil. Cada formação realizada foi embrião para formar uma organização nova, facilitando o processo ou reforçando as iniciativas de organização.

Descrever todo o processo é tarefa bem complicada, pois envolve elementos de organização e existência do próprio movimento, como a força de liderança e mobilização de alguns catadores que, autôditas, conseguem se fazer ouvir e estimular seus companheiros.

Os catadores são estimulados a falar sobre seu cotidiano, o dia a dia do trabalho e a vida em família. Falam das dificuldades, dos sonhos e perspectivas de vida. A “Roda da Vida”, uma das metodologias de trabalho usadas na formação, busca representar graficamente os altos e baixos da vida do catador.

A dinâmica da Roda da Vida representa graficamente os altos e baixos da vida do catador, e a Linha do Tempo convida-o a refletir sobre sua trajetória. Personagens símbolos da luta pela justiça no Brasil são lembradas neste momento.

⁴ Catador fala para catador, 2012.

Na dinâmica chamada “Linha do Tempo”, os catadores lembram os problemas e a trajetória que os levaram a virar catadores. São estimulados a observar seu passado e refletir sobre o desenvolvimento da vida pessoal e profissional até os tempos atuais. Pensam também o presente e o futuro por meio de ilustrações de revistas ou desenhos que vão representar suas histórias e ideias, independente de seu grau de instrução formal. Os sonhos projetam períodos de dez ou vinte anos com perguntas como: *Para onde vamos? Que futuro queremos? Como vou estar daqui a vinte anos?*

A formação busca também estimular os catadores a apresentar o resultado do trabalho desenvolvido em pequenos grupos de seis a dez pessoas para todos os participantes, no qual cada um pode imprimir um pouco de suas experiências de vida. As declarações abordam a vida pessoal, o trabalho e as histórias de vida, quase sempre muito parecidas, o que aproxima ainda mais os educandos. A todo momento o catador formador borda ou ilustra uma situação com base na sua experiência de trabalho, permitindo ao catador educando compreender melhor o processo de organização, tendo como referência a vida de outro catador que também passou pelo mesmo processo formativo.

Conhecer e refletir sobre a história de vida é um preparativo para avançar na superação das dificuldades existentes – um exercício aparentemente simples, mas que não é comum em um ambiente coletivo. Geralmente é o tipo de lembrança que se faz solitário.

Junto com essa reflexão, o MNCR incorpora elementos da história do Brasil, lembrando os lutadores do povo que deram suas vidas pela liberdade, justiça e igualdade. Entre as personalidades e acontecimentos escolhidos para representar a luta do povo brasileiro ao longo da história, estão o Quilombo dos Palmares e Zumbi, a resistência indígena com Sepé Tiaraju, as lutas operárias com Espertirina Martins, a resistência à ditadura militar com

Carlos Mariguella, os sem-terra com Roseli Nunes e a vida da catação e organização do MNCR com o catador Érick Soares. São trabalhadores que passaram por dificuldades assim como os catadores, mas que lutaram e imprimiram sua marca na história do Brasil. São personagens inspiradores, automaticamente identificados como parte da história pessoal dos catadores.

O método utilizado para trabalhar esse tema é o “Teatro do Oprimido”, concebido por Augusto Boal, proposto logo após a leitura coletiva da história dos mártires. Nesse momento, os educandos têm alguns minutos para desenvolver a representação teatral de uma das histórias e apresentar em seguida para os demais. Costuma ser um momento impressionante e rico de criatividade, que emociona a todos.

Como lutadores do povo que somos e parte da camada mais pobre, marginalizada e excluída da população, nada temos a perder e nada menos podemos querer do que modificar radicalmente a estrutura desta sociedade. Para isso é importante compreender como ela funciona, as origens de toda a desigualdade, conhecer nossa história, saber de quem somos descendentes, aprender com o exemplo de luta dos antepassados; colhendo aquelas experiências que ainda podem ser aplicadas, adaptando aos dias de hoje para construção de nossa estratégia e projeto político de poder popular. Já data de mais de 50 anos as histórias da catação no país, nossos velhinhos que com seu testemunho vivo de sofrimento, injustiças e muito trabalho duro, contribuíram nas ruas e nos lixões do Brasil para a preservação verdadeira do meio ambiente. Muito diferente dos discursos inflamados de alguns ecologistas sem prática, mas com a vida, pernas, braços e mãos retiraram milhares de toneladas de matérias primas recicláveis e as destinaram para a reciclagem, preservando milhares de metros cúbicos de natureza limpa. Isto é terra que deixou de ser poluída, terra de nossos ancestrais índios, que no passado, livres, viviam de “coletar” aquilo que

esta mesma natureza que preservamos oferecia em abundância para todos. Hoje conscientes ou instintivamente seguimos reproduzindo o que há de mais antigo na nossa cultura, a coleta. Índios, negros, imigrantes pobres e a mistura de todas as raças, culturas e experiências de lutas, fazemos do MNCR o espaço de encontro de todos(as) para construção de nossa utopia.⁵

Autogestão e democracia

A democracia interna da organização e a participação das decisões políticas, assim como o aprendizado de todos os princípios do MNCR, contribuem para a emancipação do catador.

A emancipação dos catadores passa pelo processo de empoderamento e autogestão das cooperativas e associações, tarefa que, por sua vez, passa pela formação política dos catadores para entendimento e exercício desse princípio. Há, no entanto, diversas concepções do que é a autogestão, como o caso de alguns empresários “modernos” que dizem dar a autogestão de suas empresas aos trabalhadores. Certamente uma forma enganosa de envolver os trabalhadores na dinâmica de funcionamento e planejamento da empresa, sem, contudo, transferir a propriedade dos meios de produção e os lucros da empresa para esses trabalhadores.

O modelo de autogestão defendido pelo MNCR compreende que os catadores de materiais recicláveis são proprietários dos equipamentos e da infraestrutura produtiva, sendo, portanto, os legítimos responsáveis por dirigir o empreendimento em regime de democracia direta cooperativista.

⁵ MNCR, 2005, p. 4.

O modelo de autogestão defendido pelo MNCR compreende que os catadores são proprietários dos equipamentos e da infraestrutura produtiva e, portanto, os legítimos responsáveis por dirigir o empreendimento em regime de democracia direta cooperativista.

Autogestão é a prática econômica em que os trabalhadores são os donos das ferramentas e equipamentos de produção. Autogestão é o modo de organizar o trabalho sem patrões, tendo as decisões, o planejamento e a execução sob o controle dos próprios trabalhadores.⁶

Como já foi dito, os catadores podem e devem contratar técnicos especializados e receber ajuda do poder público nas áreas de saúde, assistência social ou assistência técnica. No entanto, as decisões políticas de como planejar e executar o trabalho é por princípio do coletivo de catadores. Assim, a assistência ou a suposta cogestão do empreendimento não são consideradas atitudes para emancipação dos catadores, configurando uma tutela que deve ser superada pela organização e formação política dos catadores.

O exercício da autogestão está intimamente ligado à democracia interna da organização, “em que a participação de todos(as) catadores(as) que pretendem ajudar a construir a luta pelos seus direitos é algo internamente garantido, juntamente com o dever do catador(a) com a Base Orgânica”⁷. A participação não é apenas por meio do trabalho, mas pelo acompanhamento das ações de planejamento e execução das tarefas. Além disso, cabe ao catador compreender e fiscalizar as ações administrativas e opinar sobre elas nas assembleias e reuniões de trabalho. Participar também significa ter deveres e cumpri-los.

Os princípios do MNCR garantem que a participação dos catadores na autogestão das organizações deve ser “amparada por um critério de democracia direta em que todos têm voz e voto nas decisões, conforme critérios constituídos nas bases de acordo”⁸.

6 Na nota explicativa da Declaração de Princípios e Objetivos do MNCR, Artigo 1º.

7 Declaração de Princípios e Objetivos do MNCR, Artigo 1º.

8 Idem.

O exercício de poder é um aprendizado longo e contínuo, necessário para que as organizações solidárias não se tornem empresas ao longo do tempo. O que caracteriza a empresa capitalista é justamente a concentração do poder e o autoritarismo que coage os trabalhadores.

Para o MNCR, a democracia direta é a forma dos catadores tomarem suas decisões pela participação coletiva e responsável. “Uma decisão pode ser feita por consenso ou por maioria de votos, mas sempre deve respeitar antes de tudo a exposição das ideias e o debate.”⁹

A democracia interna é fundamental para o sucesso da organização de catadores, pois só dessa forma será possível praticar a gestão e a tomada de decisões, e o catador poderá assumir a direção do empreendimento no caso de rotatividade ou ausência da liderança. O exercício de poder é um aprendizado longo e contínuo, necessário para que as organizações solidárias não se tornem empresas ao longo do tempo. O que caracteriza a empresa capitalista é justamente a concentração do poder e o autoritarismo que coage os trabalhadores.

Em suma, o aprendizado dos princípios do MNCR e da base de acordo contribuem para a emancipação dos catadores, uma vez que são as referências para guiar a ação e futuro de uma categoria que luta pela transformação da sociedade. São os princípios que vão garantir a ética e a correta conduta dos participantes dessa grande luta. Eles só têm valor se são verdadeiramente praticados e cobrados diariamente pelo coletivo.

Mística de mobilização social

A motivação antecipadora de nossa utopia resulta na alteração de ideias e na superação de paradigmas.

Muito temos falado e feito, mas cada vez mais deparamos com a insatisfação de que nossas atividades (principalmente

9 Idem.

reuniões) caem na rotina, desmotivando a luta, deixando a militância “pra baixo”, sem paixão.

Como medida de esclarecimento, é importante destacar que a palavra “mística” tem origem na religião. Na política utilizam-se outros termos que querem dizer a mesma coisa. Ou seja, são diferentes formas de motivação que buscamos para continuar lutando por uma causa justa, procurando “aproximar” o futuro do momento presente, ou ainda buscar na história de luta do povo exemplos que nos ajudam a enfrentar as dificuldades atuais. A mística é uma experiência antecipadora de nossa utopia.

O movimento dos catadores traz consigo uma estreita relação com a religiosidade. Independentemente de denominação religiosa, a crença e a subjetividade advindas das manifestações de fé revelam a importância da celebração em forma de partilha, onde as pessoas reparam experiências, sonhos, desejos e esperanças. Dentro de uma mobilização, esta ação sublime que denominamos “mística”. A mística é, hoje, um elemento imprescindível para os catadores, e sendo assim, tornou-se um item de notável valor para momentos de mobilização social onde podemos resgatar símbolos, fazer o exercício da memória, e dar oportunidade para um mergulho na nossa intimidade espiritual que alimenta a nossa presença na rotina da sociedade da luta e do trabalho.¹⁰

O MNCR trabalha a mística mobilizadora em suas formações e entende a importância de pensar e envolver o sentimento militante entre seus membros. A mística possui um caráter de elemento unificador e potencializador da ação de cada militante, à medida que vai gerando uma afinidade entre o coletivo e fortalecendo o conhecimento e a confiança mútua entre seus membros. A mística

10 Viana, 2005, p. 4.

trabalha os valores, princípios, objetivos, além da memória e dos signos de luta. Ela é a materialização desses valores e princípios por celebração, gestos, cantos, bandeiras e ações simbólicas das mais diversas. No entanto, é preciso diferenciar a fé da política:

A diferença fundamental que existe entre a necessária motivação revolucionária e a fé é que, enquanto esta última procura nos aliviar e nos conformar com a finalidade de suportamos melhor uma situação, fazendo com que acreditemos que, mesmo que os fatos desmintam e desautorizem nossas convicções, podemos mantê-las pela fé; a convicção política exige de nós uma postura bem distinta, qual seja, a de analisar objetivamente a realidade, buscar compreender suas contradições e seus movimentos próprios, traçar suas tendências e os caminhos de desenvolvimento que nos autorizem a revalidar nossas perspectivas societárias, ou a alteração de nossas ideias e a superação de nossos paradigmas.¹¹

Considerações finais

A formação do MNCR não se resume a preparar os catadores politicamente. Houve também um grande avanço na preparação técnica para o trabalho, mas sempre permeado pelo posicionamento político.

A formação realizada pelo MNCR é técnica, mas sempre permeada pelo posicionamento político, pois não há essa distinção no movimento – em todos os momentos da vida estamos fazendo política.

Pensar e realizar a formação política das cooperativas e associações de catadores não é tarefa simples, e sim um desafio que está em constante avaliação e construção. É tarefa permanente que faz parte do desenvolvimento da categoria no Brasil e no mundo.

A formação do MNCR não se resume a preparar os catadores politicamente. Houve também um grande avanço na preparação

¹¹ Iasi, 2007, pp. 152-153.

técnica para o trabalho, nas políticas públicas, saúde, gênero e gestão administrativa. No entanto, todas essas áreas estão permeadas também de orientação e posicionamento político, pois no MNCR não há essa distinção. Em todos os momentos da vida estamos fazendo política – não a política eleitoreira, mas a política no sentido de “fazermos com nossas mãos tudo aquilo que nos diz respeito”. Esse é o protagonismo popular.

Refletir e implementar os princípios, objetivos e as bases de acordo do MNCR e, também, vivenciar práticas de cooperativismo e autogestão é uma forma de resistir à opressão diária em que vive nossa categoria. Fazendo isso, acreditamos estar vivenciando na prática a ousadia de construir um novo modo de vida, baseado na experiência ética coletiva.

A construção de uma nova sociedade, como pretendemos, sem exploradores e nem explorados, está diretamente relacionada com os valores e práticas que, desde já, vamos projetando e sendo exemplo no dia a dia.

Mudar a sociedade é tarefa que passa por mudar os meios de produção, mudar o regime político, transformar as classes sociais e ter a capacidade de transformar o homem e a mulher que somos, ou seja, ter a capacidade de nos reciclarmos, ao mesmo tempo que reciclamos os materiais, através do trabalho coletivo.

Por isso, é importante avançarmos para novos jeitos de gerir a sociedade e de construir uma ética da transformação social que seja fiel aos objetivos e princípios do MNCR e da classe trabalhadora.

A luta política, a organização coletiva e, portanto, a construção do poder popular nas suas várias dimensões, tende a nos forjar novos seres humanos, sonhadores e solidários que resistem aos “antivalores” da sociedade capitalista atual, baseada na competitividade, no lucro e na exploração.¹²

12 MNCR, 2009, p. 48.



IMAGINEM O MUNDO SEM A PRESENÇA DO CATADOR...



O QUE ACONTECERIA COM O MEIO AMBIENTE?

TODOS ESSES MATERIAIS ACUMULANDO, ACUMULANDO...

ESGOTANDO COM A MATÉRIA-PRIMA...



MERECEMOS O NOSSO RECONHECIMENTO!

SOMOS A BASE DA RECUPERAÇÃO DESSES MATERIAIS.

Cursos de formação

FERNANDO PESSOA DE ALBUQUERQUE,
MARCELA BACCHIN CARDO E JULIO RUFFIN PINHEL

Importância: todos juntos

Desenvolver certas habilidades de gestão coletiva constrói autonomia e vínculo grupal e produz identidade.

O trabalho do catador informal, não ligado a grupos organizados, acontece de maneira isolada e independente, uma vez que ele controla sua própria produção, horário e ritmo de trabalho. Nesta situação, não tem como prioridade traçar estratégias de produção, com metas, regras e qualidade de triagem. Assim, ao adentrar a uma cooperativa, sua inserção passa por uma série de entraves, pois, até então, não tinha o hábito de ter sua lógica de trabalho ajustada ao trabalho em grupo organizado.

Nas cooperativas, as relações de trabalho apresentam-se na forma de uma construção participativa, com práticas que pressupõem a valorização do coletivo e a solidariedade. Porém, a inversão da lógica do mercado formal, no qual o trabalho ocorre de maneira vertical, o sentimento de independência agora vivido e a busca por ter o controle sobre sua própria produção apresentam-se como obstáculos e contradições que dificultam esses propósitos. Trabalhando juntos em cooperativas, os catadores deparam com uma realidade nova, na qual passam de subordinados a donos de um negócio, e isso não é nada fácil.

Trabalhando juntos em cooperativas, os catadores deparam com uma realidade nova, na qual passam de subordinados a donos de um negócio, e isso não é nada fácil. Requer o desenvolvimento de diferentes competências necessárias à prática da gestão coletiva.

Esse momento exige o desenvolvimento de diferentes competências e habilidades sociais necessárias à prática da gestão coletiva, como o exercício da criatividade e da autoridade. A possibilidade de inserção do cooperado em um projeto compartilhado, com vinculações entre os membros do grupo, oferece um contexto favorável à construção de autonomia e de outras maneiras de relacionar-se nos campos do trabalho e da sociedade como um todo.

Autonomia não significa cada um fazer o que bem entender, mas poder seguir regras formuladas entre todos os cooperados. É preciso evoluir do trabalho como opressão do trabalhador para o trabalho como produtor de identidade, de saúde e de realização pessoal. Por isso a metodologia do IPESA considera de fundamental importância um espaço de formação coletiva no qual se instaura o diálogo dentro do grupo, promovendo um estímulo ao trabalho cooperativo e a troca de conhecimentos entre os cooperados.

Os cursos de formação do IPESA levam em conta a dinâmica de cada grupo, seus recursos, suas potencialidades, suas dificuldades e conflitos, partindo-se justamente deles para se compreender conteúdos e saberes aplicáveis ao mundo cotidiano dessa população.

Além disso, o trabalho com todo o grupo permite a formação de um vínculo grupal, construindo um elo concreto e dinâmico que conecta pessoas a um objetivo comum de sobrevivência e de existência. Enfrentando juntos seus medos, conflitos, dificuldades e contradições, as pessoas também podem sonhar, desejar e construir na realidade algo diferente do que lhes é imposto em função de condições adversas de vida. Partindo desse entendimento, torna-se relevante a análise do significado que os catadores dão ao seu trabalho e a forma como se veem no contexto da esfera político-social de que participam.

Com o intuito de trabalhar o contexto pessoal, profissional e de grupo dos catadores, o IPESA desenvolve dois cursos nas cooperativas, denominados Cursos de Formação. O primeiro é o Curso de Formação Pessoal e Profissional; o segundo, o Curso de Formação de Equipe. Ambos serão abordados nos próximos itens.

Essas atividades pedagógicas têm como objetivo instrumentalizar os cooperados com conhecimentos, habilidades e competências que sirvam como ferramentas de transformação de sua realidade profissional e pessoal (família e comunidade). Por isso, não se trata meramente de um curso em que se compartilham informações e se ensina aos participantes ferramentas prontas de ação sobre o mundo. Trata-se também de uma formação que leva em conta a dinâmica do grupo, seus recursos, suas potencialidades, suas dificuldades e conflitos, partindo-se justamente delas para se compreender conteúdos e saberes aplicáveis ao mundo cotidiano dessa população. Com isso, o que se aprende é mais facilmente absorvido e compreendido.

Essas duas formações também buscam promover condições básicas para a inserção do catador no modo de produção coletivo e institucionalizado, a cooperativa, ampliando conhecimentos sobre a atividade profissional e sobre as vantagens de ter sua força de trabalho aliada a um grupo organizado. Pode-se afirmar que ambos os cursos têm como objetivo final a inclusão, considerando-se as esferas social, ocupacional e grupal.

Curso de Formação Pessoal e Profissional

Dividido em quatro módulos, visa à profissionalização do catador, ampliando conhecimentos de aspectos ligados à sua atividade de trabalho.

DESCRIÇÃO

O Curso de Formação Pessoal e Profissional dedica-se a preparar o terreno para a construção das condições básicas necessárias ao bom desenvolvimento do trabalho do catador, tanto na esfera individual quanto coletiva. Tem como proposta ampliar os

conhecimentos do grupo sobre os principais aspectos ligados à sua atividade de trabalho, visando à profissionalização.

Como se pretende integrar os catadores ao mercado de trabalho da reciclagem e aos equipamentos públicos e instituições do entorno da cooperativa que colaborem com a qualidade de vida dessas pessoas, o curso é uma ótima oportunidade para convidar palestrantes externos que tragam novos conhecimentos, integrando a cooperativa a uma rede de relações que facilitem o desenvolvimento socioeconômico deste empreendimento.

É importante ressaltar que a participação da diretoria da cooperativa na atividade é fundamental para motivar os demais. Portanto, é necessária uma boa articulação com os diretores, para que seja possível integrar o horário da atividade à rotina de trabalho da cooperativa.

Sugere-se que o curso seja desenvolvido em encontros semanais, com carga horária de uma a duas horas de duração, com a participação de todos os cooperados. No entanto, a proposta pode ser adaptada conforme a disponibilidade de quem irá desenvolvê-la, bem como a da cooperativa. Isso deve ser acordado ao início do processo.

Toda a proposta de trabalho se baseia em expor novas informações a partir do que os cooperados sabem ou imaginam sobre o assunto. Com isso, as atividades são interativas, propondo-se a participação ativa dos cooperados com opiniões, pontos de vista e dúvidas sobre o assunto. Uma dica importante é sempre perguntar o que os cooperados pensam e já sabem sobre o tema. Isso deixa o grupo mais atento e permite que demonstrem os conteúdos que puderam aprender.

Ao final do curso, todos os participantes podem receber um certificado de conclusão cedido pela instituição promotora. Isso incentiva os cooperados, além de “premiá-los” pelo esforço ao

longo do curso. Mais ainda, este poderá servir para compor o currículo dos catadores. Apenas sugere-se que exista uma lista de presença ao longo do curso, para que os cooperados com a frequência mínima acordada tenham o direito de recebê-los.

DIVISÃO EM MÓDULOS

O curso segue a diretriz da formação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e fundamenta-se em quatro módulos:

1. Cidadania
2. Coleta Seletiva e Reciclagem
3. Política e Gestão
4. Cooperativismo

1. Módulo Cidadania

Procura despertar os cooperados para a compreensão dos seus direitos e deveres na sociedade em que vivem, abordando assuntos relacionados a direitos do trabalhador, acesso a benefícios sociais, educação, saúde e habitação. Além disso, cria-se um espaço para se discutir como podem defender e buscar seus interesses em uma sociedade democrática.

Este módulo aborda as necessidades pessoais dos cooperados, buscando uma melhora da qualidade de vida e a promoção de maior estabilidade nas relações de trabalho. O desenvolvimento da cidadania plena permite que o sujeito colabore com o grupo, cumprindo com suas funções em benefício coletivo e expressando seus interesses individuais por meio do diálogo e da negociação. Assim, neste módulo também são abordados temas relacionados ao diálogo e à convivência em grupo.

O primeiro módulo do curso deve ser, também, um canal para a integração dos catadores aos equipamentos públicos do entorno da

O Curso de Formação Pessoal e Profissional segue a diretriz da formação do MNCR e fundamenta-se em quatro módulos: Cidadania, Coleta Seletiva e Reciclagem, Política e Gestão e Cooperativismo.

cooperativa. Assim, as principais instituições da saúde (unidades básicas de saúde, postos de atendimento, programa Saúde da Família e hospitais), educação (escolas, creches e instituições do terceiro setor), assistência social e meio ambiente, entre outras, são apresentadas, podendo inclusive ser convidadas a participar do curso com palestras na cooperativa ou recebendo os cooperados em suas sedes.

2. Módulo Coleta Seletiva e Reciclagem

Neste módulo começa-se a abordar a profissionalização do catador de materiais recicláveis, oferecendo conceitos e noções sobre meio ambiente, educação ambiental, resíduos sólidos, modos de produção e consumo, triagem dos materiais, mercado da reciclagem e beneficiamento dos resíduos.

Neste momento desenvolve-se a percepção do papel do catador na cadeia de reciclagem, ampliando a consciência sobre o processo de produção no qual está envolvido e possibilitando que o cooperado se aproprie de sua função social e profissional.

Este é o módulo mais operacional da formação, pois oferece conhecimentos a serem utilizados diretamente no cotidiano do catador, como a capacitação para a separação dos plásticos, a informação sobre de onde vêm os principais tipos de materiais com os quais trabalham, em que se transformam após o processo de reciclagem etc.

3. Módulo Política e Gestão

Após os cooperados compreenderem o lugar que ocupam na cadeia produtiva da reciclagem e no mercado de trabalho como um todo, torna-se importante a conscientização sobre a classe trabalhadora da qual participam. Este módulo os aproxima dos movimentos político-sociais que os representam, com o intuito de que se apropriem do processo social e histórico percorrido pelos catadores de materiais recicláveis.

Duas questões fundamentais são abordadas neste momento: a organização política dos catadores no Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), bem como o estudo dos seus princípios e objetivos; e a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), pela qual o catador de material reciclável é classificado como categoria profissional.

Neste módulo os facilitadores também estimulam o diálogo entre a administração da cooperativa (diretores, coordenadores e conselheiros fiscais) e os outros cooperados, para que todos possam compreender como se organiza e como é feita a gestão da entidade. Aqui, já é possível a troca de experiências com outras cooperativas, para ampliar e aprimorar as ferramentas de gestão e compartilhar dificuldades e desafios.

Por fim, são apresentadas as políticas públicas para a questão dos resíduos sólidos, as ações governamentais de regulamentação e manejo de resíduos (Política Nacional de Resíduos Sólidos, planos de gestão e gerenciamento municipais, estaduais e federais), com um enfoque especial sobre a influência que exercem na vida dos catadores e das cooperativas.

4. Módulo Cooperativismo

Após a compreensão do ambiente político-institucional no qual o catador se insere, é importante um entendimento mais profundo do modo de produção cooperativista. Ocorre que a organização do trabalho em cooperativa é muito diferente da organização no sistema tradicional e hierárquico vigente na sociedade, com que essa população está acostumada a trabalhar, e faz-se necessária a apresentação de novos paradigmas.

Compreender que todas as funções são equivalentes em status e importância e que, independente do posto de trabalho, cada um tem o mesmo valor e força sobre decisões dentro da cooperativa

Além do ambiente político-institucional no qual o catador se insere, é importante entender mais profundamente o modo de produção cooperativista – muito diferente da organização no sistema tradicional e hierárquico vigente.

não costuma ser fácil. Essa nova lógica exige novos conhecimentos e discussões para sua absorção, principalmente por ser necessário enxergar o colega de trabalho não como autoridade nem como funcionário, e sim como sujeito com os mesmos direitos e deveres que todos.

Para isso é importante oferecer noções gerais e conceitos básicos do sistema cooperativista: a Lei do Cooperativismo, seus princípios e objetivos; o Estatuto Social, o Regimento Interno e as diferenças entre sociedade cooperativa e sociedade não cooperativa; capital social, fundos, tributos e administração; tudo isso deve ser apresentado aos participantes do curso neste módulo.

O amadurecimento do pensamento cooperativista começa a tornar possível a compreensão dos princípios da economia solidária e da comercialização em rede, sempre questionando a verticalização das relações, tanto internamente quanto entre cooperativa e compradores ou fornecedores.

SUGESTÕES DE TEMAS, CONTEÚDOS E PALESTRANTES

Em seguida apresentamos sugestões de temas e conteúdos a serem abordados, como também palestrantes a serem convidados. As sugestões são baseadas nos cursos atualmente desenvolvidos pelo IPESA.

1. Módulo Cidadania

TEMA: Introdução ao Curso de Formação Pessoal e Profissional

CONTEÚDO: apresentação dos módulos a serem desenvolvidos ao longo do curso, os principais temas e conteúdos, objetivos, acordos de periodicidade e carga horária e informações gerais.

PALESTRANTE: equipe interna (facilitadores).

TEMA: Eu, o Direito de Existir

CONTEÚDO: estímulo aos cooperados para se expressarem sobre o que entendem a respeito dos seus direitos e deveres como cidadãos, bem como apresentar estes pontos segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

PALESTRANTE: equipe interna (facilitadores).

TEMA: O Direito e o Dever Coletivos

CONTEÚDO: complementação ao curso anterior, explicando que cada um pode sentir-se no direito de existir; contudo, trazendo isto para o coletivo – ou seja, a abordagem do direito de cada um sem ferir o direito do outro.

PALESTRANTE: equipe interna (facilitadores).

TEMA: Saúde e Vida

CONTEÚDO: apresentação dos principais aspectos de cuidados com a saúde, como evitar e tratar as principais doenças e cuidados com higiene pessoal.

PALESTRANTE: convidado externo. Sugestão: profissional da área, como médico ou enfermeiro.

TEMA: Posturas Profissionais

CONTEÚDO: como se comportar ao falar em público, dar uma palestra, participar de uma reunião, realizar campanhas de sensibilização e conscientização ou mesmo receber alguma visita ou convidado na cooperativa.

PALESTRANTE: convidado externo. Sugestão: profissional da área, como psicólogo ou terapeuta corporal.

TEMA: Responsabilidade Socioambiental

CONTEÚDO: desenvolvimento dos principais temas acerca da

questão ambiental, como educação ambiental, conservação do meio ambiente, da fauna e flora, uso dos recursos naturais e consumo.
PALESTRANTE: convidado externo. Sugestão: profissional da área, como técnico em meio ambiente, biólogo ou gestor ambiental.

TEMA: UBS – Unidade Básica de Saúde

CONTEÚDO: apresentação de onde é, para que serve, quais são e como usar os serviços oferecidos pelas unidades básicas de saúde ou postos de atendimento de saúde.

PALESTRANTE: convidado externo. Sugestão: enfermeiro ou outro profissional representante da UBS ou posto mais próximo da cooperativa.

TEMA: Segurança no Trabalho

CONTEÚDO: apresentação dos principais riscos de acidente existentes numa cooperativa, bem como as principais causas e consequências desses acidentes.

PALESTRANTE: convidado externo. Sugestão: técnico em segurança do trabalho; por exemplo, o técnico responsável pela segurança do trabalho da Prefeitura Municipal.

TEMA: Perfil Psicossocial dos Cooperados

CONTEÚDO: apresentação do perfil psicossocial dos cooperados envolvidos na cooperativa. Observação: para o desenvolvimento deste curso é necessária a existência de um diagnóstico desses catadores, seja em cadastro na assistência social, seja desenvolvido pela equipe de facilitadores.

PALESTRANTE: equipe interna (facilitadores).

TEMA: CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CONTEÚDO: apresentação de onde se encontram, para que

servem, quais são e como usar os serviços e benefícios oferecidos pelos centros de referência da assistência social.

PALESTRANTE: convidado externo. Sugestão: assistente social ou outro profissional representante do CRAS mais próximo à cooperativa.

TEMA: Pessoas e Organização – O Trabalho Coletivo

CONTEÚDO: exploração de atividades em grupo com o desafio de solucionar um problema em equipe, assim como a mobilização das pessoas para uma reflexão sobre a capacidade de superar limites e dificuldades.

PALESTRANTE: equipe interna (facilitadores).

TEMA: Desenvolvimento de Pessoas

CONTEÚDO: apresentação da importância de se gerir bem as pessoas para desenvolver a cooperativa e desenvolver a motivação dos cooperados.

PALESTRANTE: convidado externo. Sugestão: profissional que desenvolva palestras motivacionais.

2. Módulo Coleta Seletiva e Reciclagem

TEMA: Introdução ao Tema Coleta Seletiva e Reciclagem

CONTEÚDO: abordagem geral da temática “coleta seletiva e reciclagem”, desde a produção do lixo e consumo consciente, passando por diferenças entre aterros e lixões, até o princípio dos 3Rs, sua importância e aplicabilidade.

PALESTRANTE: convidado externo. Sugestão: profissional da área, como consultor em resíduos sólidos.

TEMA: Diagnóstico Socioambiental da Coleta Seletiva Municipal

CONTEÚDO: reconhecimento e entendimento da produção de resíduo municipal e as formas de gerenciamento adotadas, bem como entendimento do sistema de coleta seletiva do município.

PALESTRANTE: convidado externo. Sugestão: profissional representante da secretaria municipal responsável pelo gerenciamento dos resíduos sólidos.

TEMA: Alumínio, Ferro e Outros Metais

CONTEÚDO: informações sobre o alumínio, o ferro e outros metais, desde como suas matérias-primas são extraídas da natureza, passando por seus processos de fabricação, até a reciclagem desses materiais.

PALESTRANTE: convidado externo. Sugestão: profissionais representantes das indústrias de alumínio, ferro ou outros metais (conforme a possibilidade ou necessidade, este curso pode ser desenvolvido em mais de um dia).

TEMA: Reciclagem de Plásticos

CONTEÚDO: melhoria da triagem dos plásticos, atualmente o material mais importante em termos de quantidade e valor no mercado, por meio da identificação correta (aplicação, propriedades e queima); e aprendizado das etapas da reciclagem desse material para, quem sabe um dia, dar um passo na cadeia produtiva, agregando valor.

PALESTRANTE: convidado externo. Sugestão: contratação do curso Reciclagem de Plásticos oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), certificado pelo Ministério da Educação (MEC).

TEMA: Vidros

CONTEÚDO: informações sobre o vidro, desde como sua

matéria-prima é extraída da natureza até a sua reciclagem, passando por seu processo de fabricação.

PALESTRANTE: convidado externo. Sugestão: profissional representante da indústria do vidro.

TEMA: Papel e Papelão

CONTEÚDO: informações sobre o papel e o papelão, desde como sua matéria-prima é extraída da natureza, passando por seu processo de fabricação, até a reciclagem.

PALESTRANTE: convidado externo. Sugestão: profissional representante da indústria do papel e do papelão.

TEMA: Oficina de Reciclagem Artesanal do Papel

CONTEÚDO: curso prático de aprendizagem de reciclagem artesanal do papel coletado, possibilitando vendê-lo de outra maneira, agregando valor.

PALESTRANTE: convidado externo. Sugestão: profissional ou instituição que desenvolva este tipo de oficina.

3. Módulo Política e Gestão

TEMA: Catadores – Conquistando Organização e Respeito

CONTEÚDO: histórico do surgimento dos catadores no Brasil, sua evolução, o início do trabalho organizado e suas conquistas – a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

PALESTRANTE: convidado externo. Sugestão: catador representante e atuante no MNCR.

TEMA: O MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis

CONTEÚDO: aproximação da cooperativa ao MNCR, como funciona, as bases orgânicas, declarações, princípios e objetivos, bem como os procedimentos para se filiar ao movimento.

PALESTRANTE: Convidado externo. Sugestão: catador representante e atuante no MNCR.

TEMA: Gestão Administrativa na Cooperativa

CONTEÚDO: a própria cooperativa desenvolve este curso. Apresentação de todos os cargos da administração (Diretoria, Coordenadores e Conselho Fiscal) pelo cooperado no exercício da função, buscando o entendimento do que é gerir uma cooperativa, a aproximação entre os cooperados e o desenvolvimento do interesse por parte daqueles que (ainda) não exercem nenhuma dessas tarefas.

PALESTRANTE: convidados internos: Diretoria, Coordenadores de Trabalho e Conselheiros Fiscais da cooperativa.

TEMA: Gestão Administrativa em Outra Cooperativa

CONTEÚDO: apresentação de como é a gestão em outra cooperativa, semelhanças e diferenças, troca de ideias e experiências, promoção de intercâmbio entre cooperativas.

PALESTRANTE: convidados externos: administradores de outra cooperativa.

4. Módulo Cooperativismo

TEMA: Curso Básico de Cooperativismo

CONTEÚDO: apresentação dos conceitos e princípios básicos visando incrementar o desenvolvimento do trabalho cooperativista: o que é cooperativa, objetivo, cooperados, estatuto social, assembleias, aspectos econômicos, jurídicos e administrativos, capital social, fundos, tributos e legislação.

PALESTRANTE: convidado externo. Sugestão: contratação de um curso específico de Cooperativismo. Diversas entidades oferecem esse tipo de curso.

TEMA: Encerramento do Curso de Formação

CONTEÚDO: fechamento das atividades com a memória de tudo o que foi desenvolvido ao longo do curso e entrega dos certificados.

PALESTRANTE: equipe interna (facilitadores).

Importante: deve-se buscar refletir sobre a implicação de cada tema abordado no cotidiano do catador, sempre retomando e potencializando a construção de sua identidade, levando-o a se olhar e se orgulhar de sua atividade e atuação no mundo.

Dica: a realização de dinâmicas no início de cada curso traz um resultado bastante interessante. Elas podem ser desenvolvidas pela equipe interna, independente da presença de algum palestrante externo.

Curso de Formação de Equipe

Dividido em três módulos, o curso proporciona a expansão da rede das relações interpessoais dos cooperados: primeiro, com o outro; depois, com o grupo; e, por fim, com o mundo.

DESCRIÇÃO

O Curso de Formação de Equipe é uma atividade pedagógica de desenvolvimento e aprimoramento das relações interpessoais dentro e fora do grupo de cooperados. A constituição de relações de trabalho não hierárquicas e autogestionárias exige uma capacitação para o diálogo e o reconhecimento do outro que

A constituição de relações de trabalho não hierárquicas e autogestionárias exige uma capacitação para o diálogo e o reconhecimento do outro que dificilmente se encontra nos espaços de formação profissionais, quaisquer que sejam eles.

difícilmente se encontra nos espaços de formação profissionais, quaisquer que sejam eles. Considerando esse fato, o IPESA decidiu investir na elaboração desse curso para os catadores.

Trabalhar sem ser submetido a uma figura de autoridade, como o chefe, promove uma transformação profunda no cotidiano dos cooperados. Muitos não aderem à rotina da cooperativa justamente por não terem alguém que ordene suas ações, ao mesmo tempo que outros assumem posturas autoritárias, não aceitando decisões coletivas e criando grandes conflitos.

Assim, o desenvolvimento do trabalho cooperativo passa sempre por uma reflexão sobre como as pessoas se colocam nas relações de trabalho. O trabalho cooperativo exige uma postura ativa do sujeito, que pode expor e defender suas opiniões. Ao mesmo tempo, exige também competências relacionadas a respeito e disponibilidade para ouvir e acatar as opiniões e jeitos de fazer dos outros membros, admitindo-se que cada jeito de fazer é apenas um e não o único.

Este curso, portanto, busca desenvolver competências para o trabalho em equipe, buscando constantemente a composição de um grupo solidário, de modo a evitar fragmentações e disputas de poder.

Como isso é feito? Primeiramente, construindo um espaço de escuta e diálogo, no qual cada integrante possa se expressar e mostrar suas potencialidades e desejos em relação ao grupo. Posteriormente, motivando e integrando o grupo para a formação de uma equipe empenhada em solucionar conflitos e divergências por meio do diálogo. Afinal, parte-se do princípio de que uma equipe integrada promove mais possibilidade de expressão das potencialidades de cada um, sendo mais produtiva que um grupo desintegrado, com baixa qualidade de comunicação.

Sugere-se que o curso seja desenvolvido em encontros quinzenais, com carga horária de uma hora e meia a duas horas de duração, com a participação de todos os cooperados. Assim como

o Curso de Formação Pessoal e Profissional, este pode ser adaptado conforme a disponibilidade de quem irá desenvolvê-lo, bem como a da cooperativa. Isso deve ser acordado ao início dos trabalhos.

Cada atividade possui três etapas, estruturadas da seguinte maneira:

1ª etapa: Conteúdo

2ª etapa: Vivência

3ª etapa: Fechamento

Nas *vivências* praticam-se habilidades cooperativas que foram elaboradas em forma de novos conhecimentos durante a primeira etapa (*conteúdo*), dando-se nome e sentido a essas atitudes de colaboração e de convivência. Assim, os cooperados obtêm os conhecimentos necessários para facilitar a absorção e o emprego dos novos comportamentos e tentam resolver os problemas de modo cooperativo. A partir daí, desenvolvem-se *fechamentos* para as atividades com vídeos, músicas ou outros recursos que simbolizem a integração entre conhecimento e prática do modo de agir e pensar cooperativo.

No curso são utilizadas técnicas e ferramentas de mobilização das emoções em relação ao grupo, tais quais:

- conteúdos didáticos sobre gestão de pessoas;
- vivências grupais com enfoque em jogos cooperativos;
- mediação de conflitos: discussões/diálogo sobre temas que causam divergências no grupo;
- dinâmicas de imersão na história pessoal e sua relação com o trabalho na cooperativa.

O Curso de Formação de Equipe foi desenvolvido a partir de uma importante pergunta: “Como discutir e elaborar os conflitos

e dificuldades do grupo por meio do diálogo e da expressão de cada participante?”

Importante: não é aconselhável desenvolver os dois cursos de formação de maneira concomitante. Dependendo da disponibilidade de tempo no trabalho com as cooperativas, deve-se optar por um deles, de acordo com as demandas apresentadas na Oficina de Futuro.

DIVISÃO EM MÓDULOS

Este curso é desenvolvido em três módulos:

1. O Outro
2. O Grupo
3. O Mundo

Cada módulo diz respeito a como cada membro lida com esferas crescentes de relação: com o outro, com o grupo e com o mundo. A formação assume um caminho de expansão da rede de relações, que se torna mais complexa a cada esfera (ou módulo), exigindo mais recursos do sujeito para se comunicar.

1. Módulo O Outro

Este módulo visa ao reconhecimento do outro como legítimo e confiável a partir do trabalho de temas como compartilhar, trocar e confiar, sempre buscando dar expressão às emoções envolvidas no trabalho cotidiano e nas relações pessoais. Nesta etapa do curso são abordados alguns valores indispensáveis nas relações, tidos como comportamentos a serem exercidos entre os cooperados: respeito, confiança, inclusão das diferenças, entendimento de como o outro sente e pensa.

Algumas ferramentas da psicologia, citadas anteriormente, são utilizadas no método para se entender melhor como as pessoas

“funcionam”. Mas sempre tomando cuidado para apresentar esses conhecimentos com o vocabulário utilizado pelos catadores, para que os conteúdos possam ser absorvidos e incorporados ao cotidiano.

Existe uma frase dita por Mahatma Gandhi que sempre é trabalhada com as cooperativas, constituindo uma fonte de inspiração para todos e que pode resumir a ideia central deste módulo: “Você deve ser a mudança que quer ver no mundo!”.

2. Módulo O Grupo

O objetivo deste módulo é contribuir para a formação de uma equipe consciente de suas necessidades e de seus recursos para solucionar suas demandas. Para isso trabalha-se a integração do grupo, o empoderamento das suas potencialidades e a busca da motivação para o crescimento da cooperativa.

Neste momento da formação fortalecem-se os vínculos existentes entre os membros, sendo possível construir relações estáveis, em que haja espaço para elogios e críticas sem que o vínculo seja ameaçado. Por isso a cumplicidade nas decisões tomadas em conjunto é tão importante, possibilitando que o grupo se movimente como um todo.

3. Módulo O Mundo

Por fim, o módulo O Mundo tem como objetivo contribuir para a confiança da equipe no seu agir sobre o mundo fora da cooperativa. Esta etapa do curso discute as relações com o entorno e com seus parceiros, visando a autonomia e a emancipação da instituição, que passa a construir seu próprio caminho, negociando de maneira mais madura as relações com fornecedores, compradores e demais envolvidos no processo.

SUGESTÕES DE TEMAS E CONTEÚDOS

Em seguida apresentamos algumas sugestões de temas e conteúdos a serem abordados em futuros cursos. As sugestões são baseadas nos cursos atualmente desenvolvidos pelo IPESA. Ao contrário do Curso de Formação Pessoal e Profissional, este curso é totalmente aplicado pela equipe interna (facilitadores), não havendo a participação de convidados externos.

1. Módulo 0 Outro

TEMA: Apresentação e Introdução ao Curso de Formação de Equipe

OBJETIVO: apresentação da proposta do Curso de Formação de Equipe e construção coletiva de um “contrato” de trabalho entre cooperados e educadores.

CONTEÚDO: explanação sobre as relações interpessoais no ambiente de trabalho, em geral atravessadas por tensões e conflitos. Na sequência, a partir da pergunta “Como discutir e trabalhar as tensões da cooperativa por meio do diálogo?”, os cooperados expressam suas opiniões sobre as relações entre eles e sobre como tentam resolver as discórdias que surgem.

VIVÊNCIA: construção coletiva de um contrato de trabalho entre cooperados e educadores, com regras a serem seguidas e valores importantes para o bom andamento do curso e também do ambiente de trabalho.

FECHAMENTO: projeção do vídeo chamado *Ponto*, que propõe que toda mudança exige a escolha de um início, ou seja, para se construir um novo caminho é necessário começar a partir de um ponto.

OBS: os links dos vídeos e demais materiais utilizados nos cursos estão disponíveis no capítulo “Para saber mais”.

TEMA: Responsabilidade e Compromisso

OBJETIVO: construção de um pacto de responsabilidade com cada cooperado, como um compromisso consigo mesmo e também com os outros.

CONTEÚDO: desenvolvimento dos temas liberdade, cooperação, organização, responsabilidade e confiança, visando fortalecer o diálogo. Apresentação aos cooperados da história de Mahatma Ghandi com o intuito de exemplificar a possibilidade de se fazer uma revolução sem pegar em armas, reforçando a importância de um bom diálogo.

VIVÊNCIA: todos os presentes são convidados a escrever uma carta para si próprios contando como estão naquele momento, o que estão esperando do ano e qual é o comprometimento deles para com isso. Estas cartas são recolhidas pelos facilitadores e distribuídas ao final do ano ou do curso para avaliação individual.

FECHAMENTO: leitura da poesia “Quem morre”, de Pablo Neruda.

TEMA: Reconhecendo-me no Outro: Parte I

OBJETIVO: capacitação dos cooperados a reconhecerem os comportamentos e atitudes individuais diante do grupo de trabalho.

CONTEÚDO: os conteúdos apresentados ao grupo são separados em dois temas. O primeiro deles se propõe a esclarecer modos de comportamentos e resistências diante de situações de estresse dentro de um grupo, com o surgimento de pessoas que passam a sustentar certos padrões crônicos em relação a problemas vivenciados, como negação, crítica, vitimização ou culpabilização, por exemplo. Conforme cada item deste é explicado, as pessoas se colocam e relatam alguma situação em que identificam tal comportamento. O segundo tema abordado é a apresentação de tipos de personalidade. Cada um deles recebe uma explicação sobre as características pessoais e, principalmente, as competências mais

desenvolvidas. Esses tipos podem ser traduzidos como os jeitos ou formas de ser, tais como: criativo, comunicador, inspirador, solidificador e realizador. Cada competência é associada a uma função de trabalho na cooperativa. Dessa forma, propôs-se que uma gestão de pessoas bem sucedida depende do reconhecimento das competências de cada cooperado e da associação dessa competência com a função mais adequada.

VIVÊNCIA: em duplas, os cooperados desenham o contorno do próprio corpo em um papel craft, contornando uns aos outros, para desenvolverem a percepção da sua imagem. O segundo passo é colar figuras, pintar, desenhar e escrever no próprio corpo contornado, com o intuito de preenchê-lo e dar-lhe vida e cor. Como a atividade é feita em duplas, são orientados a compartilhar as percepções e sensações que têm diante dos desenhos.

FECHAMENTO: manipulação dos desenhos para promover a auto-descoberta de cada participante e um maior envolvimento entre todos.

TEMA: Reconhecendo-me no Outro: Parte II

OBJETIVO: reconhecimento das características apresentadas no encontro anterior em cada um dos cooperados, bem como suas potencialidades, introduzindo a ideia de inclusão.

CONTEÚDO: memória das competências apresentadas no encontro anterior para associação com cada cooperado presente, percebendo-se qual a competência e habilidade de cada um e o quanto podem contribuir nas funções da cooperativa.

VIVÊNCIA: em duplas, os cooperados devem responder às seguintes perguntas:

- Que competência eu acredito ter?
- Com qual tarefa da cooperativa esta competência mais combina?

- Que competência eu acredito que a minha dupla tenha?
- Em qual tarefa da cooperativa ela melhor se enquadra?

Esta vivência permite que os participantes se olhem e avaliem de uma maneira produtiva o que vê de bom no outro, entendendo que as qualidades e competências são produtivas para o trabalho cooperado.

FECHAMENTO: apresentação de cada cooperado sobre o que escreveu do outro, proporcionando com que todos falem um do outro em um diálogo possível e compreensível.

TEMA: Violência Doméstica

OBJETIVO: Discussão sobre as diferenças entre homens e mulheres de forma a ressaltar que seu reconhecimento é primordial para a melhoria dos relacionamentos em todos os espaços, incluindo o do trabalho. Busca de compreensão sobre essas diferenças e sobre os modos com que homens e mulheres solucionam seus conflitos.

CONTEÚDO: apresentação da Lei Maria da Penha, com a divisão do grupo em duas rodas de discussão: uma só de mulheres e outra só de homens. Ambas dialogam sobre as seguintes questões:

- O que vocês sabem sobre a Lei Maria da Penha?
- Que formas de violência doméstica vocês conhecem?
- Há alguma situação em que seja justificável uma mulher apalpar?
- O que acontece quando um parceiro quer transar e o outro não?

VIVÊNCIA: chama-se primeiro um grupo e depois o outro para conversas separadas. O grupo senta em roda e propõe-se que as questões acima sejam discutidas e pensadas. A princípio, o grupo pode ficar inibido por se tratar de assuntos delicados, mas aos poucos começam a se abrir e ficar mais a vontade, criando um espaço de confiança e de cumplicidade. É importante ressaltar que na discussão

podem surgir situações em que as mulheres agridem os homens. Aponta-se, ainda, a importância da denúncia e do compartilhamento desses problemas com parentes e vizinhos, pois quando mantida sob silêncio, a violência tende a se agravar. Por fim, apresenta-se para o grupo a campanha do laço branco, que é uma iniciativa de homens brasileiros no combate à violência contra a mulher.

FECHAMENTO: mistura dos dois grupos para discussão sobre as diferenças entre homens e mulheres, agora os dois grupos juntos, possibilitando que dialoguem, se integrem e incluam as diferenças entre si.

TEMA: Incluindo as Diferenças: Homens e Mulheres

OBJETIVO: complemento da discussão sobre violência doméstica, diferenças entre homens e mulheres e sobre como ambos resolvem os conflitos entre os sexos. Neste momento, o facilitador deverá dar mais atenção à abordagem de temas referentes a cuidados com a casa e com os filhos, cuidados com a saúde e com o corpo e as diferenças entre os sexos nas relações de trabalho.

CONTEÚDO: reflexões sobre os papéis sociais de cada sexo e sobre as desigualdades de direitos existentes entre eles, partindo das seguintes questões:

- Quem lava a louça em casa?
- Quem leva a criança no médico?
- De quem é a responsabilidade de evitar filhos?
- O que os homens têm que fazer para não ter filhos?
- Qual é o papel das mulheres na educação das crianças e no cuidado com a casa?
- Qual é o papel dos homens na educação das crianças e no cuidado com a casa?
- No final de toda a discussão, aborda-se o tema da possibilidade do diálogo. Pergunta-se aos cooperados as seguintes questões:

- Como foi expressar sua opinião?
- Como foi ouvir a opinião diferente do outro?
- É possível conversar sem brigar?
- Onde estão as diferenças?

VIVÊNCIA: como o objetivo é criar a discussão, as perguntas são levantadas e os cooperados vão expressando suas opiniões para que estas se confrontem. Cada discussão deve ser destacada e incentivada pelo facilitadores. Inevitavelmente os cooperados discutem sobre as diferenças entre sexos no âmbito do trabalho e passam a entender melhor, aceitar mais e conviver com essas diferenças.

FECHAMENTO: discussão das quatro perguntas referentes ao diálogo citadas acima, para que os cooperados percebam a importância da conversa sobre posições opostas em relação ao mesmo assunto.

TEMA: Julgamento – Madeireiros x Ambientalistas

OBJETIVO: incentivo à prática de formulação de argumentos e contra-argumentos, desenvolvendo a capacidade de ouvir e ser ouvido pela simulação de uma audiência (no caso, um julgamento confrontando os interesses dos madeireiros *versus* os interesses dos ambientalistas).

CONTEÚDO: divisão dos cooperados em dois grupos: o primeiro, dos ambientalistas, defende o cuidado com o meio ambiente; o segundo, dos madeireiros, defende sua atividade econômica, a extração de matéria-prima (madeira). Cada grupo recebe um texto de base para ler e discutir, formulando sua defesa e sua acusação para ser apresentada a um júri. Durante a apresentação, cada grupo expõe suas ideias e inicia-se uma discussão, na qual cada um se coloca no direito de resposta ao que o outro expôs, produzindo-se bons argumentos e um ótimo espaço de discussão.

VIVÊNCIA: trabalho de aquecimento corporal visando o despertar do corpo.

FECHAMENTO: “encenação” do julgamento em forma de resposta às falas uns dos outros.

TEMA: Inclusão e Exclusão – Como me Sinto no Grupo?

OBJETIVO: apresentação de ferramentas para a compreensão das relações interpessoais dentro de um grupo. Foram apresentados três principais subgrupos de comportamentos que ajudavam a caracterizar o modo como o sujeito se sente e age em relação ao grupo de cooperados. A principal pergunta era: “Que lugar a pessoa ocupa nesse grupo?”.

CONTEÚDO: apresentação de três grupos de comportamentos que ajudam a caracterizar o modo como o sujeito se sente e age em relação ao grupo de cooperados: Inclusão, Controle e Abertura. Na sequência, formula-se a pergunta norteadora para a atividade: “Que lugar o cooperado ocupa nesse grupo?”.

VIVÊNCIA: neste caso duas vivências podem ser desenvolvidas: a primeira é o Cabo de Guerra, em que, em duplas (um de cada lado), os participantes puxam uma toalha; depois, em grupo, fazem o Cabo de Guerra tradicional com a corda. Assim, os comportamentos são apresentados com uma pergunta, uma série de explicações e sentimentos referentes a cada dimensão, como disposto abaixo:

Inclusão

- Estou dentro ou fora?
 - » Preocupação em receber atenção, interagir e pertencer a uma rede de relações.
 - » Medo de ser ignorado ou abandonado.

Controle

- Comando ou sou comandado?
 - » Referência às relações de poder, influência e autoridade entre as pessoas.
 - » Medo de ser humilhado, de estar vulnerável ou ser considerado incapaz.

Abertura

- Aberto ou fechado?
 - » Compartilhamento de opiniões, sentimentos e pensamentos;
 - » Medo de se expor e não ser apreciado.

Em seguida, diante de todo o conteúdo apresentado e dos exemplos dados, pede-se aos cooperados que identifiquem com qual dos comportamentos suas atitudes têm mais a ver, além de indicar um medo que sentem ou sentiam em relação às outras pessoas. Devem escrever em um papel e entregar aos facilitadores.

FECHAMENTO: leitura individual ou coletiva das respostas dos cooperados, conforme acordo com o grupo.

2. Módulo O Grupo

TEMA: “Quebrando a Cabeça” em Grupo

OBJETIVO: solução de problemas em grupo trabalhando a flexibilidade e a adaptação às mudanças e colocando em pauta as diferentes funções e papéis que cada grupo exerce. Entendimento de que cada grupo vai se organizar de uma maneira diferente, dependendo da participação e perfil de seus membros.

CONTEÚDO: importância de cada um exercer a sua função e respeitar o trabalho e a função do outro. Importância da comunicação interna e externa ao grupo (com outros grupos), do respeito às

regras e do entendimento destas. Importância do trabalho coletivo, comparando com o trabalho da cooperativa. Neste módulo a intenção é também proporcionar a reflexão sobre como é estar e trabalhar em grupo.

VIVÊNCIA: com os cooperados divididos em dois grupos, cada um recebe cinco peças de um quebra-cabeça (um quebra-cabeça diferente para cada grupo), e as outras são colocadas em uma mesa central. A regra é que cada grupo só pode pegar uma peça por vez e não pode devolvê-la depois de retirada da mesa. Em um segundo momento, com os membros dos grupos redistribuídos, as peças restantes ficam sob o domínio do facilitador, que estimula a negociação e a articulação.

FECHAMENTO: roda de conversa sobre a importância de todos participarem das atividades.

TEMA: Cooperativismo e a Cooperativa

OBJETIVO: reforço e ampliação do entendimento e do conhecimento sobre o cooperativismo, bem como de dois importantes instrumentos de uma cooperativa, o Estatuto Social e o Regimento Interno.

CONTEÚDO: apresentação do que é o cooperativismo, quais são seus valores e princípios gerais, assim como sua estrutura administrativa e a diferença entre Regimento Interno e Estatuto Social. A proposta é que, a partir dos diálogos sobre o tema, caminhe-se paralelamente com a reflexão sobre como a cooperativa vem exercendo e se enquadrando nos ideais cooperativistas. Abordagem do que é o Estatuto Social, como deve ser visto e entendido por todos os cooperados, assim como o “poder da Assembleia”, a instância máxima que define e aprova as decisões do grupo. Com relação ao Regimento Interno, questiona-se quais são as regras da cooperativa, qual a importância de se ter essas regras e como são aplicadas.

VIVÊNCIA: breves exercícios de alongamento, incluindo alguns sentados. Dinâmica em dupla, na qual ambos devem jogar seus corpos para trás, sendo seguros pelo outro (relação de confiança).

FECHAMENTO: exercício prático para simular a realização de uma Assembleia Geral dos cooperados. Discussão sobre a importância da participação ativa dos cooperados nas Assembleias a partir da desmistificação e entendimento sobre como funciona essa instância.

TEMA: Dimensões básicas para entender o relacionamento interpessoal

Para o desenvolvimento desta atividade do curso é necessária a participação de cooperados de outra(s) cooperativa(s) convidada(s).

OBJETIVO: promover a integração entre os participantes, de maneira a estimular a troca de experiências e o surgimento de laços de cooperação entre os diversos grupos reunidos na dinâmica.

CONTEÚDO: o conteúdo desse curso começa a ser construído a partir da própria história da cooperativa que o realiza, a ser contada pelos seus cooperados aos membros da cooperativa convidada. Na sequência, a cooperativa convidada deve fazer o mesmo.

VIVÊNCIA: integração dos cooperados das cooperativas envolvidas, na qual todos se dispõem em roda para que possam se apresentar, falando seus nomes e funções. O primeiro a se apresentar segura um fio de barbante que lança a outro participante, num convite para que ele faça o mesmo, e assim sucessivamente, até que todos tenham se apresentado e estejam segurando uma parte do barbante. Forma-se então um emaranhado com o barbante, como uma espécie de rede onde cada um é um nó. Ao final, os participantes são convidados a tentar desembaraçar o barbante sem soltá-lo e sem falar.

FECHAMENTO: troca de ideias sobre os desafios do começo de cada cooperativa, sobre a vida de catador e sobre a dificuldade de se trabalhar em conjunto.

TEMA: Fazendo Parte

OBJETIVO: reflexão sobre o modo de cada um se posicionar no coletivo, questionando-se quais os significados e sentimentos emergem da experiência de fazer parte da cooperativa.

CONTEÚDO: abordagem dos elementos necessários para se fazer parte de um grupo, destacando-se a importância de se “vestir a camisa” como exemplo de compromisso e credibilidade. Levantamento sobre o que a cooperativa mudou na vida de cada um. Para finalizar, aponta-se a necessidade do cumprimento dos deveres de cada membro para que o grupo continue coeso.

VIVÊNCIA: entrega de um pedaço de massinha de modelar para cada cooperado, combinando que aquele pedaço o representa na cooperativa. Os participantes são divididos em quatro grupos, nos quais cada um recebe letras de isopor que formem o nome da cooperativa. A proposta é pegar o seu pedaço de massinha e, junto com os outros membros, completar e decorar as letras recebidas. Cada um modela a massinha da maneira que achar melhor, e, por meio do diálogo com o respectivo grupo, escolhe a forma de decorar a letra. Ao final, juntam-se as letras para compor a “escultura” com o nome da cooperativa. Nesse momento pergunta-se a cada cooperado onde se encontra seu pedaço de massinha, isto é: “Onde está você na cooperativa?”.

FECHAMENTO: discussão sobre os melhores modos e melhores momentos para se fazer uma reclamação ou crítica a um colega de trabalho.

TEMA: Trabalho em Equipe

OBJETIVO: entendimento de que fazer parte de um grupo requer estar envolvido com os objetivos deste.

CONTEÚDO: importância da união e alinhamento na busca das mesmas metas e objetivos, para que a cooperativa possa apresentar um crescimento constante e a melhoria contínua em suas atividades. Não adianta assumir apenas uma postura de crítica.

VIVÊNCIA: apresentação do filme *A fuga das galinhas*, uma animação que mostra um grupo de galinhas que se organiza para fugir do galinheiro onde vivem.

FECHAMENTO: análise do filme com foco nas questões que envolvem a organização e a dinâmica dos grupos, chegando na abordagem do grupo formado pelos cooperados.

3. MÓDULO O MUNDO

TEMA: Eleições: Pior que Está não Fica?

OBJETIVO: discussão sobre as eleições e estímulo à reflexão sobre as posições políticas dos cooperados e sobre o que é o processo democrático.

CONTEÚDO: divisão da aula em três partes:

- Organização do governo no Brasil:
 - » As três esferas: Federal, Estadual, Municipal.
 - » Os três poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário.
- Cargos e funções:
 - » O que faz um deputado?
 - » O que faz um senador?
 - » O que fazem o presidente e os governadores?
- Voto Consciente:
 - » Quem pode votar? Sufrágio Universal.
 - » Voto Nulo x Voto Branco.
 - » A importância dos partidos políticos.

Neste curso, os facilitadores perguntam aos cooperados o que sabem sobre o assunto, e a partir daí esclarecem as dúvidas e desenvolvem a discussão sobre a política no Brasil.

VIVÊNCIA: a partir dos ensinamentos do curso, cada cooperado deve “votar” em algum político, expondo com clareza a justificativa da sua escolha.

FECHAMENTO: ênfase na importância de jamais votar em algum candidato apenas por empatia, em troca de favores ou “prêmios”, e sim por concordância com as ideias e princípios do candidato e do partido de que ele faz parte.

TEMA: Formas de Governo no Brasil

OBJETIVO: apresentação dos fundamentos da atual estrutura política brasileira e estímulo à reflexão sobre as formas de organização coletiva a partir de uma visão macro, que naturalmente é levada para o entendimento das microrrelações.

CONTEÚDO: a partir de uma aula expositiva sobre História do Brasil, desde a Colônia até os dias atuais, aponta-se, em cada grande momento histórico, a forma de governo, o processo de escolha do principal líder e os principais atores sociais. Os momentos históricos trabalhados são: Colônia, Império, República, Estado Novo, Ditadura Militar e Democracia. Para facilitar a aprendizagem, sugere-se a utilização das datas de feriados para esclarecer cada momento histórico.

VIVÊNCIA: é interessante solicitar, quando houver, que um cooperado mais velho que tenha vivido a época da ditadura militar possa relatar algumas situações da época.

FECHAMENTO: diferenciação entre ditadura e democracia.

TEMA: Nelson Mandela: Liderança e Perseverança

OBJETIVO: discussão sobre modelos de liderança que incluem

respeito e perseverança como princípios para uma gestão de equipe democrática.

CONTEÚDO: relato da história de vida de Nelson Mandela, explicando o que ocorria na África do Sul nos anos 1980 e apontando a resistência pacífica de Nelson Mandela contra o *Apartheid*. Destaque para a postura obstinada e perseverante de Mandela, visando despertar esses sentimentos em todos os cooperados.

VIVÊNCIA: cada cooperado deve pensar e lembrar em que momento de sua vida ele teve uma atitude perseverante.

FECHAMENTO: discussão sobre o que é ser um bom líder.

TEMA: O que é Democracia?

OBJETIVO: compreensão do que significa Democracia, ampliando os conhecimentos sobre como os grupos sociais se organizam.

CONTEÚDO: apresentação da etimologia da palavra Democracia e da história do surgimento dessa forma de governo, iniciando-se nos gregos, passando pela Revolução Francesa e chegando até os dias atuais.

VIVÊNCIA: construção de um quadro no qual todos os cooperados possam listar atitudes e ações democráticas e não democráticas que ocorrem na cooperativa, em todos os âmbitos.

FECHAMENTO: ênfase na importância do exercício da democracia através do voto e do direito à livre expressão de opinião; ênfase no caráter coletivo do processo democrático, buscando a plena compreensão do grupo sobre a importância da participação de cada um.

TEMA: As Leis na Democracia

OBJETIVO: apresentação do processo de formulação de leis em uma democracia e, conseqüentemente, de formulação de regras em um grupo cooperativo.

CONTEÚDO: retomada dos últimos encontros do curso que falam sobre democracia e formas de organização das pessoas em sociedade. Proposta de que os cooperados pensem em como se definem regras nas relações em grupo, explicando-se o processo de votação de uma lei em uma sociedade democrática. Com isso, inclui-se a questão de convívio e respeito às regras e leis de um grupo. Salientou-se que para uma regra ser mudada deve haver um consenso.

VIVÊNCIA: divididos em grupos, os cooperados elaboram regras de convívio e de trabalho pensando no cotidiano da cooperativa. Podem mudar regras preestabelecidas ou criar novas regras. Após apresentação e discussão coletiva, podem avaliar se algumas dessas regras devem compor o Regimento Interno.

FECHAMENTO: jogo infantojuvenil chamado Pressão Total, no qual os jogadores devem escolher se continuam ou não no jogo, dependendo das cartas que são reveladas rodada a rodada. Com isso, pode-se refletir sobre como cada um lida com uma regra definida coletivamente.

TEMA: Superando Desafios: Transformando Suor em Valor-Hora

OBJETIVO: resgate da força de vontade e da motivação dos cooperados para passarem ao reconhecimento dos problemas presentes e à criação de recursos para superá-los.

CONTEÚDO: este curso utiliza como fonte e inspiração o livro *Transformando suor em ouro*, do técnico da Seleção Brasileira de Vôlei Bernardinho. Nele o autor define o que é necessário para a busca constante de excelência, apontando entre os principais fatores a perseverança, a obstinação e a superação. A palavra superação é definida como “ter a humildade de aprender com o passado, não se conformar com o presente e desafiar o futuro”. Para a melhor compreensão do tema é exibido um trecho do filme

Desafiando gigantes, que discute a possibilidade de ir além dos limites que colocamos para nós mesmos.

VIVÊNCIA: reflexão sobre a seguinte pergunta: “Quem está dando o melhor de si na cooperativa?”. Para motivar os participantes, colocou-se a palavra “coragem” como a ferramenta indispensável para superar a si mesmo, já que coragem vem do latim e significa “ato que provém do coração”.

FECHAMENTO: exibição do vídeo com a música “Por quem os sinos dobram”, de Raul Seixas, que fala sobre coragem e sobre acreditar em si mesmo.

TEMA: Fechamento do Curso de Formação de Equipe

OBJETIVO: resgate do caminho percorrido pelo curso, propondo-se uma reflexão sobre as conquistas e desafios do processo.

CONTEÚDO: apresentação dos temas de cada encontro do curso de formação, de forma a estimular cada participante a expor o que ficou na sua memória. Retomada da dinâmica das cartas desenvolvida no início do curso, nas quais os cooperados escrevem uma carta para si mesmos, dizendo o que esperam para o ano. Essas cartas são guardadas pelos facilitadores para serem lidas e devolvidas no último encontro. Antes disso é exibido o vídeo *Mary & Max – Relação de amizade*, sobre a importância das cartas como forma de comunicação à distância. Assim os facilitadores criam mais uma oportunidade de ressaltar a importância do diálogo.

VIVÊNCIA: devolução e leitura individual das cartas. Convite àqueles que quiserem compartilhar um trecho com o restante do grupo. Os facilitadores também participam da escrita da carta, podendo compartilhar a experiência com a cooperativa.

FECHAMENTO: projeção de um vídeo da poesia de Carlos Drummond de Andrade, “Torcida por você”.



O APRENDIZADO É EM GRUPO, NORMALMENTE COM UM PALESTRANTE.



SÃO FUNDAMENTADOS EM QUATRO MÓDULOS:



Preparando para a autonomia

JULIO RUFFIN PINHEL

Autonomia e autogestão

Uma organização com bases democráticas desenvolve a gestão do negócio e gera qualidade de vida ao catador.

Segundo o *Dicionário Aurélio*, “autonomia” significa independência administrativa, liberdade moral ou intelectual. Já “autogestão” é a gerência de uma empresa pelos próprios trabalhadores, que se fazem representar por uma direção e um conselho de gestão. Este conceito em si aponta para a autonomia construída pela subordinação a regras definidas coletivamente por todos os sócios trabalhadores, e não impostas por terceiros.

Considera-se empreendimento de autogestão todas as organizações menos complexas, muitas vezes não formalizadas ou com predomínio de práticas informais. Independente do seu formato jurídico, tem a democracia na base de seu funcionamento e uma preocupação que não se restringe ao negócio em si, mas que leva em conta aspectos relacionados à sustentabilidade do projeto autogestionário.

A autogestão é uma das principais características da Economia Solidária. Embora esta se organize das mais diferentes formas (cooperativas, associações, empreendimentos informais, entre outras formas de sociedade), todo empreendimento, se faz

parte da Economia Solidária, deve ter como um dos seus princípios a autogestão.

A ideia da organização interna com bases democráticas visa garantir um salto qualitativo na gestão do negócio e na qualidade de vida dos trabalhadores, uma vez que supera a relação dicotômica entre ação e planejamento dos modos convencionais de organização empresarial, promovendo relações mais orgânicas e não alienadas.

Assim, um trabalho de formação e capacitação num empreendimento voltado para essa realidade deve ser fundamentado em processos participativos e realizado de forma a qualificar e fortalecer os trabalhadores. Tudo deve contribuir para que eles possam desenvolver o planejamento, as ações e práticas cotidianas, e também desenvolver o relacionamento com um contexto mais amplo para uma atuação estratégica.

Falar em autogestão é falar em cooperativas. Embora nem todos os empreendimentos de autogestão tenham essa forma jurídica, as cooperativas apresentam o melhor modelo de organização do trabalho coletivo autogestionário.

Em um primeiro momento, é importante deixar claro que não se deve ver a organização cooperativa como algo para os mais pobres, como alternativa para o desemprego ou uma fuga das consolidações da leis do trabalho. Embora possa e deva ser uma boa alternativa para a superação da crise do mundo do trabalho e das desigualdades sociais, é importante destacar que se trata de uma forma de gestão extremamente dinâmica e racional, fundamentada no trabalho como produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano, e não do capital.

Essa alternativa tem se mostrado bastante eficaz na resposta aos desafios do mundo atual, marcado pela velocidade das informações e do extremo dinamismo do capital, que gera crescente concentração de poder, tanto econômico quanto político. Assim,

A cooperativa não deve ser apresentada simplesmente como alternativa para o desemprego, pois se trata de uma forma de gestão extremamente dinâmica e racional, fundamentada no trabalho como produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano, e não do capital.

o cooperativismo e o trabalho coletivo possibilitam a união de recursos, habilidades e saberes dos trabalhadores.

Alguns pontos caracterizam a cooperativa e sua organização. Eles a diferenciam do modo de produção convencional – e constituem as bases para que se possa desenvolver uma boa gestão coletiva:

- Associação livre e voluntária. O ingresso na sociedade não pode ser por imposição, nem por outro interesse que não seja associar-se para exercer uma profissão e conseguir renda de forma autônoma e coletiva.
- Ser uma sociedade que não visa ao lucro. Quando há excedente, este volta para o cooperado. O objetivo é o bem-estar de todos os cooperados, o que implica a ideia de igualdade: “cada cooperado(a), um voto”.
- Ser uma sociedade de pessoas e não de capital, constituída para prestar serviço ao cooperado. Pela cooperativa o trabalhador pode exercer sua profissão, comercializar seu produto ou serviço, gerar renda para si e conseguir uma série de benefícios. A sociedade cooperativa subordina-se ao sócio (por meio das assembleias nas quais ocorrem as tomadas de decisões), e não o contrário.
- A limitação de ingresso à sociedade cooperativa se dá apenas pela capacidade técnica da cooperativa, ou seja, pelas condições que esta tenha de prestar serviços para seus associados. Não adianta abrir a cooperativa para todos se sua estrutura comportar apenas um número “x” de trabalhadores qualificados.
- Não discriminação de gênero, raça, religião e política. É a lógica inclusiva da cooperativa que implica a gestão da diversidade, a aprendizagem da convivência e a lida com diferenças e divergências, além da liberdade de expressão, contanto que não fira os interesses coletivos.

A autogestão tem o ser humano como centro e a justiça social como objetivo, e até por isso os empreendimentos devem ser economicamente viáveis. Para isso, deve-se buscar a excelência na produção e atendimento ao cliente, buscando as melhores técnicas de gestão do negócio. A produção que satisfaz as necessidades do cliente, além de proporcionar retorno financeiro, produz o retorno do bom resultado do trabalho coletivo e a satisfação em ser reconhecido pelo produto do próprio trabalho.

Todos possuem direitos iguais como sócios, mas diferentes funções na cooperativa. É fundamental que os papéis e funções estejam bastante claros, bem como as suas diferenças. De maneira geral, a convivência entre diferentes saberes é fundamental para a realização dos objetivos da cooperativa. A compreensão sobre o grau de complexidade, conhecimento, experiência ou qualificação exigidos para cada função é importante, pois influi diretamente na estrutura de trabalho e de remuneração.

A autogestão é uma prática diária que se reflete nas ações dos trabalhadores. É necessário investir na construção de uma prática em que todos possam exercer os direitos de dar opinião, criticar, argumentar, decidir. É condição dessa prática a existência da transparência, da solidariedade e do interesse social combinado com os interesses econômicos.

Por fim, vale citar a definição de autogestão dada pelos próprios catadores, através do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis: autogestão é a prática econômica em que os trabalhadores são os donos das ferramentas e equipamentos de produção. É o modo de organizar o trabalho sem patrões, tendo a decisão, o planejamento e a execução sob controle dos próprios trabalhadores. Frequentemente os catadores têm lutado pela autogestão de suas organizações que são administradas por prefeituras, universidades, ONGs e até empresas. A luta pela autogestão é

Segundo definição dos catadores no âmbito do MNCR, “autogestão é a prática econômica em que os trabalhadores são os donos das ferramentas e equipamentos de produção. É o modo de organizar o trabalho sem patrões, tendo a decisão, o planejamento e a execução sob controle dos próprios trabalhadores.”

a luta por garantir que as organizações sejam administradas pelos próprios catadores, nas quais pode ocorrer a cooperação com outras entidades, mas garantindo a total autonomia nas decisões da base de catadores.

Quando é hora de os facilitadores irem embora

O trabalho dos facilitadores em uma cooperativa deve ter início, meio e fim, respeitando-se fatores como tempo de maturação do grupo, grau de escolaridade dos cooperados e a estrutura física de que dispõem, entre outros.

Para se iniciar esta discussão, é importante que dois pontos fiquem claros:

1. Uma cooperativa de catadores precisa ou irá precisar de capacitação e assessoria.
2. Os facilitadores responsáveis por essa capacitação e assessoria devem ir embora.

Uma cooperativa de catadores, assim como qualquer outro empreendimento ou mesmo empresa, irá sempre precisar de algum tipo de capacitação, assessoria ou consultoria. E é bom que se esclareça que isso não fere os princípios de autogestão e autonomia. Pelo contrário: perceber e entender que tipo de assessoria precisam em determinado momento, e conseguir contratar ou buscar algum parceiro para que o faça, na visão do IPESA, é um dos indicadores desses princípios.

A presença de prefeituras, universidades, ONGs e instituições religiosas, dentre outras entidades, nas cooperativas, tem sido bastante observada pela demanda real de profissionalização

Para o IPESA está claro que um trabalho em uma cooperativa deve ter começo, meio e fim.

É tão importante que uma instituição desenvolva uma capacitação ou assessoria para determinada cooperativa quanto sua saída, para que os cooperados possam gerir seu próprio negócio.

desses empreendimentos. No entanto, também tem sido observada a presença de entidades eternas dentro desses grupos. São geralmente instituições assistencialistas, com facilitadores que praticamente se confundem com os cooperados, gerando uma relação de interdependência.

Para o IPESA está claro que um trabalho em uma cooperativa deve ter começo, meio e fim. É tão importante que uma instituição desenvolva uma capacitação ou assessoria para determinada cooperativa quanto sua saída, para que os cooperados possam gerir seu próprio negócio. A cooperativa pode precisar ainda de mais assessorias, que podem ser feitas por outras instituições mais especializadas na necessidade apresentada, ampliando assim a relação de parceiros.

Sendo assim, quando é hora de ir embora? Infelizmente não existe uma resposta exata. No trabalho de capacitação de uma cooperativa, existem muitas variáveis que podem fazer com que esse tempo seja maior ou menor: o tempo de existência e maturação do grupo (cada cooperativa tem seu tempo e isso deve ser sempre respeitado), o tamanho da cooperativa (em número de cooperados, espaço físico de trabalho, quantidade de material reciclável coletado, triado e vendido), o grau de escolaridade dos cooperados e a estrutura física adequada à atividade.

O que se pode afirmar é que um trabalho de capacitação completo como o apresentado neste livro não é algo a ser desenvolvido em curto prazo, nem deve ser eterno, como mencionado anteriormente. O IPESA tem desenvolvido capacitações que levam em média dois a quatro anos, período em que se verificou que a gestão do empreendimento pelos próprios cooperados é necessária desde o início das atividades, mas a autogestão com qualidade em todos os processos depende da realidade da cadeia produtiva de cada região e das variáveis anteriormente apresentadas.

Ao longo desses anos de trabalho, a equipe do IPESA levantou as seguintes questões que indicam que a cooperativa alcançou fortes indícios de autonomia e, portanto, é hora de ir embora:

- Quando os cooperados já se apropriaram de:
 - » como planejar as metas;
 - » dividir responsabilidades;
 - » gerir administrativamente a cooperativa;
 - » realizar assembleias;
 - » fazer cumprir o Regimento Interno;
 - » desenvolver sozinhos as atividades de Educação Ambiental;
 - » identificar e sanar as necessidades da produção;
 - » realizar eleições periódicas, de acordo com o estabelecido no estatuto.

Apropriar, nesses casos, significa já possuir todas as ferramentas para que isso se realize, ou seja, saber o que é preciso e saber o que fazer. Alguns indicadores desse estágio se verificam quando:

- a cooperativa tem como rotina a realização de avaliação interna para identificar as demandas necessárias, e posteriormente consegue encontrar (contratar ou conseguir um parceiro) quem possa assessorá-la em determinada demanda, avaliando, ainda, a prestação de serviço;
- a cooperativa se relaciona com a Prefeitura Municipal e outros parceiros institucionais;
- a cooperativa capacita e inclui catadores autônomos;
- a cooperativa participa da construção de políticas públicas de gestão de resíduos;
- a cooperativa participa do MNCR e articula redes de discussão e comercialização em suas regiões;
- o papel do educador de ensino das ferramentas básicas de gestão já não é mais requisitado;

- os cooperados não estão mais cumprindo datas e horários pré-combinados de atividades, ou por priorizarem outras demandas mais urgentes, ou por não acharem mais importante a realização da atividade;
- os cooperados não participam ou mesmo não comparecem nas atividades de capacitação.

Não é preciso que todos os itens listados acima estejam contemplados para que os facilitadores saiam da cooperativa – aliás, muito dificilmente isso acontecerá. Conforme dito anteriormente, não há receita de bolo para o tempo exato do desenvolvimento de uma capacitação em uma cooperativa. Mas é fundamental que os facilitadores sintam que o momento de sair está próximo ou simplesmente chegou, e isso acontece naturalmente.

Os principais desafios

Legislação, carga tributária, processos de gestão inadequados e conflitos internos são algumas das dificuldades que as cooperativas, formalizadas ou não, podem enfrentar.

Parte dos empreendimentos de catadores de materiais recicláveis no Brasil não está formalizada. Entre os motivos que levavam esses grupos a não se formalizarem, encontrava-se a legislação, que impunha um número mínimo de vinte associados para a formalização da cooperativa (a partir de 2012, com a aprovação da nova lei das cooperativas de trabalho, esse número caiu para sete associados). Além disso, a carga tributária também é apontada como limite, sobretudo pela fragilidade desses pequenos empreendimentos em início de operação. Justamente os que mais precisam de investimentos perdem oportunidades por falta de documentação.

Mesmo cooperativas formalizadas, por inexperiência ou outros motivos, adotam procedimentos informais, desde o registro inadequado de suas operações até o cálculo equivocado ou o não pagamento de tributos. Nesses casos é evidente que há demandas de assessoria, e esta deve ser aliada a uma revisão dos processos de gestão.

Para que o funcionamento de uma cooperativa seja eficiente e eficaz, ela deve contar com a participação qualificada de seus membros. Ou seja, a distribuição de funções e tarefas tem que potencializar o trabalho coletivo, caso contrário as atuações poderão ser marcadas por ações individualistas e fortes conflitos de interesses.

É comum os trabalhadores da área de produção, por exemplo, delegarem a responsabilidade pela gestão apenas à diretoria, cujos membros geralmente não têm muita experiência (principalmente em gestão coletiva) e são pouco qualificados. Com isso, a administração adota práticas defensivas e pouco transparentes, investindo pouco ou nada em capacitação, mantendo uma comunicação falha com os demais cooperados e tomando decisões isoladamente, instaurando-se assim a antiga relação hierárquica entre patrão e empregado (agora entre diretoria e conjunto de trabalhadores). Nesses casos a participação, base da autogestão, não se realiza.

O que motiva as pessoas a ingressarem num grupo e trabalharem juntas é o fato de terem um objetivo em comum. Quanto mais claro esse objetivo estiver para as pessoas e maior significado elas atribuírem a ele, maior a coesão do grupo e o comprometimento com o trabalho. O grau de envolvimento pessoal com os objetivos do grupo determina o quanto as pessoas serão capazes de abrir mão de seus interesses individuais em prol dos interesses coletivos, cooperando assim com os demais. Quando o significado desse objetivo se afrouxa, os interesses individuais afloram, gerando conflitos e desigualdades.

Quando se mira a realidade das cooperativas de catadores de materiais recicláveis no Brasil hoje, tem-se uma distorção, uma vez que, muito frequentemente, essas cooperativas não são criadas por opção (adesão livre e voluntária) dos cooperados. Surgem pela ação de prefeituras, universidades, ONGs, instituições religiosas ou outras entidades, e não pela ação direta dos próprios catadores.

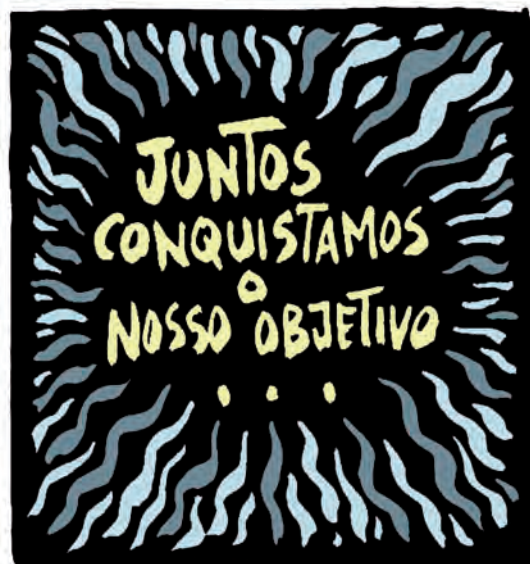
Mais ainda, esses trabalhadores se veem numa situação econômica difícil e ingressam na sociedade cooperativa para escapar do desemprego ou da precariedade de sua situação, e não para que esta seja o seu projeto de vida e de sociedade. Buscam, na maioria das vezes, um emprego, e ingressam na cooperativa sem compreender o que ela realmente é: um trabalho, uma forma de organização que visa a relações econômicas mais justas e igualitárias, e não meramente ao pagamento de salários.

Podem-se destacar mais alguns desafios na busca da autonomia e da autogestão, observados nas experiências práticas cotidianas de cooperativas de catadores: alta rotatividade de cooperados; dificuldade para o preenchimento de todos os cargos da Diretoria, Conselho Fiscal e eventuais coordenadores de trabalho; acúmulo de tarefas administrativas nas mãos de poucos cooperados; desinteresse de grande parte dos cooperados em desenvolver tarefas administrativas; concentração de poder nas mãos de alguns poucos diretores, ou mesmo na mão de apenas um (líder ou presidente); falta de aplicação efetiva das regras do Regimento Interno; falta de entendimento da legislação fiscal e tributária de cooperativas; disputas destrutivas por liderança; falta de entendimento de que todas as funções têm a mesma importância, desde os cooperados responsáveis pela limpeza até o presidente; cultura de que só o trabalho na produção gera resultado.

Por fim, as organizações parceiras têm como principal desafio auxiliar a cooperativa no enfrentamento desses desafios sem

Na maioria das vezes, os trabalhadores ingressam na cooperativa em busca de um emprego, sem entender que esta é uma forma de organização que visa a relações econômicas mais justas e igualitárias, e não meramente ao pagamento de salários.

ferir os princípios da autogestão. Como muitas dessas organizações possuem parceiros que financiam seu trabalho na cooperativa e a eles devem apresentar metas e resultados, muitas comprometem-se a efetivar processos que dependem do grupo; quando não há uma resposta da cooperativa no tempo definido com o financiador, assumem a realização de algo que deveria ser feito pela cooperativa. O IPESA encara esse desafio estabelecendo um plano de metas voltado à capacitação do grupo, nunca ao resultado do trabalho. Nunca se promete ao financiador, por exemplo, metas de aumento de renda ou de quantidade de materiais recicláveis, e sim metas de capacitação do grupo para que a cooperativa tenha instrumentos para o alcance desses resultados.





A relação das prefeituras com as cooperativas

LUCIANA LOPES

A catação de materiais recicláveis nas ruas e nos lixões é a base da cadeia produtiva da reciclagem do país até hoje e o principal responsável por colocar o Brasil como o maior reciclador de alumínio do mundo, por exemplo. Para o poder público, no entanto, muitas vezes esse sistema paralelo é também um inimigo da limpeza urbana.

No primeiro elo da cadeia da reciclagem, são os catadores que recolhem os materiais nas portas das residências e comércios, abrindo os sacos de lixo e retirando somente os materiais de maior valor de venda, deixando o restante espalhado, o que gera um serviço maior de varrição e limpeza.

Esse catador separa os materiais para agregar mais valor, em sua casa ou em terrenos baldios, e os vende diretamente a pequenos depósitos que muitas vezes operam em condições sanitárias e ambientais irregulares. A partir desse ponto, o material reciclável ainda passará por intermediários até a chegada à indústria da reciclagem.

Ao ignorar a existência desse sistema, a prefeitura colabora para que ele continue existindo, e de forma crescente. Em lugares onde há catadores percorrendo as ruas, a coleta com caminhões é ineficiente justamente porque os catadores passam antes do caminhão, recolhendo os materiais de maior valor. Dessa forma, a

A catação é a base da cadeia produtiva da reciclagem do país até hoje, mas também um inimigo da limpeza urbana. Ao ignorá-la, o poder público colabora para que ela continue existindo, e de forma crescente.

coleta contribui para aumentar o preconceito contra os catadores de rua, que são criticados pela população, e tudo isso acaba por reforçar a ação dos sucateiros.

Reconhecer, incluir e ordenar a atuação desses catadores é papel do poder público municipal, que o exerce ao organizar seus sistemas de gestão urbana. Envolver esses catadores em um sistema de coleta seletiva de lixo pode proporcionar a regulamentação desse sistema paralelo de reciclagem, bem como a melhoria das condições sanitárias como um todo, diminuindo consideravelmente a disposição irregular dos resíduos nos municípios.

Embora seja de grande importância possibilitar aos catadores informais o acesso a programas sociais, o que pode acontecer quando eles se organizam em cooperativas, essas organizações não podem se caracterizar como um projeto social, visto que a prefeitura apoiará esta cooperativa, uma organização autônoma, com direitos e deveres e com quem desenvolverá uma relação de parceria, na qual é fundamental que existam regras bem definidas e profissionalismo no relacionamento.

As prefeituras podem solicitar o apoio de outras organizações de catadores, do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e de organizações da sociedade civil, por exemplo, fundamental nesse processo de inclusão. A expectativa é que esta publicação possa trazer alguns subsídios para isso, com base em experiências e métodos já aplicados.

Marcos legais

A aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos em 2010 representa a consolidação da inclusão dos catadores nos sistemas de coleta seletiva. Antes, a gestão de resíduos era regulada por normas

esporádicas e não responsabilizava os geradores.

A responsabilidade pelo gerenciamento dos resíduos sólidos domiciliares urbanos e públicos, como também pelo estabelecimento de normas para a gestão dos demais resíduos, observando as legislações estaduais e federais, sempre foi das prefeituras municipais brasileiras. Afinal, é na cidade que se acumula o resultado da produção e do consumo da nossa sociedade.

Até 2010 a gestão dos resíduos no Brasil era regulada por decretos e normas esporádicas, e pouca responsabilidade legal era atribuída aos segmentos geradores de resíduos. Nesse contexto, o reaproveitamento de resíduos domiciliares por meio da coleta seletiva foi realizado por algumas prefeituras pioneiras e, principalmente, pelo sistema informal de coleta organizado pelos milhares de catadores de materiais recicláveis do país.

A partir da aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em agosto de 2010, o marco legal é padronizado, assim como são indicados os instrumentos de gestão do sistema, com subsídios técnicos a prefeituras e linhas mais concretas de investimento. A política também consolida o papel dos catadores organizados, garantindo a sua participação na cadeia da reciclagem.

Em 2012, com a organização do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, foram estabelecidos critérios e metas que norteiam a construção dos planos municipais e estaduais de gestão integrada, direcionando a estratégia e a sequência cronológica para as atividades e estabelecendo um sistema nacional de informações.

Dentre as metas do Plano Nacional referentes aos resíduos sólidos urbanos, grande parte tem interface com o estabelecimento de estratégias de inclusão dos catadores:

Até 2010 a gestão dos resíduos no Brasil era regulada por decretos e normas esporádicas, com pouca responsabilidade legal atribuída aos segmentos geradores de resíduos. Com a aprovação da PNRS, o marco legal é padronizado e o papel dos catadores é consolidado.

Metas do Plano Nacional de Resíduos Sólidos*		
Ano	Meta	Estratégias de inclusão dos catadores
2014	Eliminação total dos lixões	Cadastramento, inclusão em programas sociais e apoio na organização em cooperativas
2015	Redução em 70% dos resíduos recicláveis secos nos aterros	Promoção da coleta seletiva e estabelecimento de convênio com as cooperativas e associações
2023	Inclusão e fortalecimento de 600.000 catadores	Cadastramento e programas de inclusão dos catadores que trabalham nas ruas no sistema de coleta seletiva
2027	Lixões recuperados	

*Considerando o plano de metas favorável/legal

Fonte: Plano Nacional de Resíduos Sólidos/2011 – Versão Preliminar

Sendo assim, a participação do Governo Federal, com recursos para o gerenciamento dos resíduos nas cidades, deverá contemplar projetos que contenham essas estratégias em seus planos municipais.

Neste momento vale a pena destacar a aprovação da Lei n. 12.690, de 19 de julho de 2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho e institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP. A Presidenta Dilma sancionou esta lei exatamente em 2013, Ano Internacional das Cooperativas, com vários aspectos significativos para as cooperativas de catadores e grandes mudanças na Lei de Cooperativas de 1971.

Estratégias e instrumentos na relação com as cooperativas

As prefeituras devem incluir todos os elos da cadeia produtiva em seus programas de inclusão, já que o catador se relaciona com todos eles.

No contexto do cenário nacional, a participação dos municípios e cooperativas na cadeia produtiva da reciclagem (conforme apresentada nas pp. 23-25) caminha para a seguinte configuração de papéis:

<p>ELO 1 — SEGREGAÇÃO NA FONTE (GERADOR)</p> <p>Prefeitura: programas de educação ambiental para redução, reúso e reciclagem, aliados a campanhas informativas sobre o sistema de coleta seletiva.</p> <p>Cooperativa: apoio às atividades de educação ambiental para a coleta seletiva, com a divulgação de suas atividades.</p>
<p>ELO 2 – LOGÍSTICA DE COLETA SELETIVA</p> <p>Prefeitura: definição do sistema de coleta (porta a porta, ponto de entrega voluntária – PEV –, coleta com catadores), programas de inclusão dos catadores informais que trabalham nas ruas.</p>
<p>ELO 3 – CENTRAIS DE TRIAGEM</p> <p>Prefeitura: construção de centrais de triagem, aquisição de equipamentos, apoio à regularização de cooperativas existentes, bem como os marcos legais e apoio financeiro de gestão do sistema.</p>
<p>ELO 4 – BENEFICIAMENTO DOS MATERIAIS</p> <p>Prefeitura: organização de planos regionais consorciados.</p> <p>Cooperativas: organização em redes de cooperativas.</p>
<p>ELO 5 – RECICLAGEM</p> <p>Prefeituras: programa de incentivos às indústrias recicladoras.</p> <p>Cooperativas: redes de cooperativas mais organizadas, parcerias entre as indústrias e as cooperativas ou redes.</p>

Como o catador é a base da cadeia produtiva da reciclagem, suas organizações se relacionam com todos os elos da cadeia, proporcionando uma oferta de matéria-prima limpa e de fonte livre do trabalho exploratório (e muitas vezes infantil).

A regulamentação da PNRS atinge toda a cadeia. No caso das empresas, estas deverão investir recursos e tecnologia em sistemas que privilegiem a matéria-prima vinda dessas organizações, tanto

na corresponsabilidade no ciclo de vida dos seus produtos quanto na logística reversa.

Assim, ao elaborar projetos e programas de inclusão dos catadores, as prefeituras podem e devem incluir a participação de toda a cadeia produtiva da reciclagem nesse processo de organização, visto que haverá interações com todos os elos. Analisando-se os três primeiros elos, que têm uma relação de parceria direta entre as prefeituras e cooperativas, podem-se listar algumas estratégias e instrumentos necessários para sua efetivação:

ELO 1 – SEGREGAÇÃO NA FONTE	
Estratégia	Instrumento
Elaboração conjunta de um plano de educação ambiental e informação ao municípe, com a definição de um calendário de ações.	Formação de uma comissão da coleta seletiva: representantes do poder público, da cooperativa, de possíveis parceiros e financiadores, de possíveis entidades e instituições facilitadoras.
ELO 2 – LOGÍSTICA DE COLETA SELETIVA	
Estratégias	Instrumentos
Programa de inclusão dos catadores informais e formação em cooperativismo.	Contrato de parceria, plano de captação de parceiros (pelas duas instituições) em todos os elos da cadeia.
Administração conjunta do sistema de coleta com definição dos custos assumidos pela prefeitura e remuneração dos serviços prestados pela cooperativa.	Contrato de parceria.
Administração do sistema pela cooperativa, com controle e monitoramento pela prefeitura.	Contrato de prestação de serviços (a cooperativa é dispensada de licitação segundo o Art. 57 da Lei Federal n. 11.445/2007).
ELO 3 – CENTRAIS DE TRIAGEM	
Estratégia	Instrumento
Operação das centrais de triagem pela cooperativa com monitoramento do poder público, estabelecendo a responsabilidade das partes em relação à manutenção do espaço, equipamentos, custos fixos e variáveis, bem como normas de segurança, controle e monitoramento.	Contrato de parceria.

Pagamento por serviços ambientais urbanos

Instrumento que visa recompensar os catadores pelos benefícios da reciclagem, o PSAU deve ser cada vez mais debatido.

O Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos (PSAU) é um instrumento que consiste em pagamentos mensais, semestrais ou anuais às cooperativas de catadores de materiais recicláveis por tonelagem de resíduo coletado (independente do tipo de material), baseados no serviço ambiental gerado pela catação e triagem desses resíduos sólidos urbanos recicláveis.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), como forma de operacionalizar o PSAU, os recursos para tais pagamentos podem ser oriundos de novos impostos ou taxas. Alternativamente, colaborações da indústria para suprir gastos com aterros sanitários podem ser convertidas para este fim, na medida em que o PSAU reduz os gastos com aterro. Outra possível forma de financiamento pode ser o uso direto de recursos do Governo Federal, uma vez que são obtidos a partir de contribuições de toda a sociedade.

Entende-se, entretanto, que a decisão sobre a forma de financiamento do sistema somente deve ser tomada após longo debate com as partes interessadas e com a sociedade como um todo, processo ainda em fase embrionária.



EM 2010, O BRASIL APROVOU A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PNRS). ESTA POLÍTICA PROCURA UM MELHOR TRATAMENTO DE NOSSO RESÍDUO, INCENTIVANDO A RECICLAGEM E DIMINUINDO A AGRESSÃO AO MEIO AMBIENTE.

ESTA POLÍTICA TEM COMO BASE TRÊS PONTOS...

O FECHAMENTO DOS LIXÕES ATÉ O ANO DE 2014.



SÓ OS REJEITOS SERÃO ENCAMINHADOS AOS ATERROS SANITÁRIOS.

ELABORAÇÃO DE PLANOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS NOS MUNICÍPIOS PELAS PREFEITURAS.



SERÃO FEITOS PARA AJUDAR PREFEITOS E CIDADÃOS A DESCARTAR CORRETAMENTE OS RESÍDUOS ...



Avaliação: indicadores de sustentabilidade

GINA RIZPAH BESEN

No Brasil, a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e sua regulamentação (Lei Federal n. 12.305, de agosto de 2010, e Decreto n. 7.404, de dezembro de 2010) fortalecem a coleta seletiva com inclusão social de catadores, ao mesmo tempo que apresentam novos desafios em sua realização.

Segundo a lei, a partir de agosto de 2014 apenas poderão ser dispostos em aterros sanitários os resíduos sólidos resistentes a todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis. Isto significa que a coleta seletiva deverá ser muito mais eficiente do que é no momento, chegando a desviar grandes quantidades – cerca de 70% da parcela de resíduos recicláveis – dos aterros sanitários para a reciclagem.

Um dos grandes desafios da coleta seletiva formal praticada pelos municípios com inclusão de organizações de catadores é a utilização de indicadores de sustentabilidade que permitam planejar, avaliar e monitorar a prestação de serviço.

Para as organizações de catadores, também é estratégica a utilização de indicadores de sustentabilidade que possam avaliar a gestão em seu caráter sustentável e que possibilitem planejar e monitorar a qualidade da prestação do serviço para as prefeituras.

A partir de agosto de 2014 apenas poderão ser dispostos em aterros sanitários os resíduos sólidos resistentes a todas as possibilidades de tratamento e recuperação por tecnologia disponível e economicamente viável. Isso obrigará a coleta seletiva a ser 70% mais eficiente do que é hoje.

O que são os indicadores de sustentabilidade

Importantes instrumentos de gestão, os indicadores auxiliam tanto na avaliação da situação atual da cooperativa como no estabelecimento de metas para o futuro.

Os indicadores são importantes ferramentas que servem para medir uma realidade, uma situação ou um fato. Essa medida vai ajudar a avaliar como está a situação no momento em que é feita, se está adequada ou não, e a comparar o seu desenvolvimento ao longo do tempo. Permite também tomar decisões e promover medidas para melhorar a situação que foi encontrada. Enquanto instrumentos efetivos de gestão ou de monitoramento, são úteis para estabelecer metas e promover avanços, tendo em vista objetivos definidos.

Por exemplo, no caso de um indicador de renda por cooperado: se a cooperativa informa que a renda por cooperado é R\$ 500, isto não é considerado um indicador. Para se avaliar essa renda e compará-la à de outros cooperados da própria cooperativa, ou de outras organizações, é preciso saber se a renda é por mês, por dia ou por ano. Se a renda é R\$ 500 por mês, esse dado passa a ser um indicador, uma medida passível de ser comparada mês a mês, que possibilita verificar se a renda aumenta ou diminui, e se ela é maior, igual ou menor às de outras organizações.

No entanto, esse ainda não é um indicador de sustentabilidade, pois para isso será preciso avançar um pouco mais nas perguntas a serem respondidas. Para um cooperado, ganhar um salário mínimo por mês é bom? Dá para ter uma renda que lhe permita morar, se alimentar e sustentar uma família e ainda recolher seu INSS? Se for insuficiente, qual a renda necessária? Suponhamos que, para alcançar esses objetivos, ele precise ganhar

dois salários mínimos ou mais por mês. Então podemos dizer que com a renda de um salário mínimo, ou abaixo disso, a tendência à sustentabilidade da renda estará baixa; se estiver entre um e dois salários, estará média; acima de dois salários mínimos, estará alta.

Assim funcionam os indicadores de sustentabilidade que serão apresentados.

Como foram elaborados e validados

Uma consulta participativa a diversos especialistas da área de coleta seletiva no Brasil embasou a validação dos 21 indicadores de sustentabilidade de cooperativas de catadores.

Para a validação dos indicadores, é importante definir o problema e os próprios indicadores a serem considerados em conjunto com as partes interessadas, que neste caso são os catadores, os técnicos e os apoiadores de vários setores, como os setores acadêmico, não governamental e privado.

No ano de 2004 foi realizada uma pesquisa na região metropolitana de São Paulo, a Coselix¹, que propôs definições do que é sustentabilidade, tanto para a coleta seletiva quanto para as organizações de catadores, e construiu seis indicadores de sustentabilidade para a coleta seletiva e doze para organizações de catadores, suas tendências e índices de sustentabilidade.

Em tese de doutorado defendida na Faculdade de Saúde Pública da USP tomando como ponto de partida os indicadores da

Em sua tese de doutorado, Gina Rizpah Besen consultou especialistas em coleta seletiva no país. O resultado foi a validação de 14 indicadores para a coleta seletiva com inclusão de catadores e 21 indicadores para organizações de catadores.

1 A pesquisa foi coordenada pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), desenvolvida em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental/USP e a Faculdade SENAC, e contou com financiamento da FUNASA.

pesquisa Coselix, Gina Rizpah Besen consultou, de forma participativa, um grande número de especialistas que trabalham com a coleta seletiva no país: técnicos de prefeituras e dos governos federal e estadual, acadêmicos, representantes de organizações de catadores, técnicos de organizações não governamentais que assessoram organizações de catadores, consultores e técnicos de instituições públicas, privadas e organizações não governamentais. O resultado desse processo de consulta foi a validação de 14 indicadores de sustentabilidade para a coleta seletiva com inclusão de catadores² e 21 indicadores de sustentabilidade para organizações de catadores. A seguir, serão apresentados os 21 indicadores de organizações de catadores validados na pesquisa.

Premissas e definição de sustentabilidade

O conceito de sustentabilidade de organizações de catadores se apoia em premissas específicas, como autogestão, regularidade institucional e geração de trabalho e renda.

A construção dos indicadores partiu dos seguintes princípios:

A instituição formal da organização e sua inserção na política pública municipal de resíduos sólidos, formalizada por meio de instrumento legal e contratação do serviço.

A existência de infraestrutura, equipamentos e capacitação para o desempenho das atividades de coleta, segregação e comercialização.

Garantia de renda e benefícios para os membros.

2 Para conhecer os indicadores de sustentabilidade de coleta seletiva da tese *Coleta seletiva com inclusão de catadores: construção participativa de indicadores e índices de sustentabilidade*, acesse: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-28032011-135250/pt-br.php>.

Condições adequadas de higiene, segurança e saúde do trabalhador nos aspectos de infraestrutura, equipamentos e conforto ambiental.

A existência de rede de apoio representada pelas parcerias necessárias à realização das diversas atividades da organização.

Fonte: RIBEIRO et al., 2009.

A consulta da pesquisa concluiu que “sustentabilidade de organizações de catadores de materiais recicláveis” é a capacidade de desenvolver suas atividades com a garantia de regularidade institucional, autogestão (administrativa, financeira e organizacional) e geração de trabalho e renda, em condições adequadas de saúde pública e segurança do trabalho aos membros, para atingir resultados sociais, econômicos e ambientais crescentes.

O que os indicadores de sustentabilidade medem

Cada um dos 21 indicadores têm suas especificidades, mas todos versam sobre a tendência à sustentabilidade da organização.

Cada um dos 21 indicadores de sustentabilidade para organizações de catadores apresentados na tabela:

- está medindo um fator importante para a sustentabilidade da gestão da organização;
- tem uma fórmula de cálculo;
- aponta uma tendência à sustentabilidade: alta, média ou baixa;
- tem um peso que resulta de uma avaliação da importância que foi dada a ele, entre todos os 21 indicadores. Esse peso será importante no cálculo do índice de sustentabilidade.

Tabela 1 – Indicadores de sustentabilidade de organizações de catadores

Indicadores	Forma de cálculo	Tendência à sustentabilidade			Peso	Valor final
		Alta	Média	Baixa		
Renda média mensal por membro	Renda média mensal por membro (últimos 6 meses, em relação ao valor do salário mínimo)	≥ 2 salários mínimos	De 1 a 2 salários mínimos	≤ 1 salário mínimo	0,95	
Adesão da população *	N. de residências que aderem à coleta seletiva x 100 N. total de residências atendidas pela seletiva	≥ 80%	40,1% – 79,9%	≤ 40%	0,91	
Segurança e saúde do trabalho	N. de requisitos atendidos x 100 N. de requisitos desejáveis **	≥ 80%	50,1% – 79,9%	≤ 50%	0,89	
Taxa de recuperação de recicláveis – TRMR*	Q. da coleta seletiva – Q. de rejeitos x 100 Q. coletada seletiva + Q. coleta regular	≥ 20%	10,1% – 19,9%	≤ 10%	0,89	
Saúde do trabalhador	N. de requisitos atendidos x 100 N. de requisitos desejáveis ***	≥ 80%	50,1% – 79,9%	≤ 50%	0,87	
Uso de Equipamentos de Proteção – EPIS	N. membros que usam EPIS x 100 N. total de membros	≥ 80%	50,1% – 79,9%	≤ 50%	0,87	
Participação em reuniões	N. membros que participaram das reuniões x 100 N. total de membros x N. de reuniões	≥ 80%	50,1% – 79,9%	≤ 50%	0,87	
Taxa de rejeito *	Q. da coleta seletiva – Q. comercializada x 100 Q. da coleta seletiva	≤ 10%	10,1% – 29,9%	≥ 30%	0,87	
Capacitação	N. atual de membros capacitados x 100 N. total atual de membros	≥ 80%	50,1% – 79,9%	≤ 50%	0,84	
Produtividade por catador	Quantidade mensal de toneladas triadas N. de catadores (média últimos 6 meses)	≥ 2 t/mês	1,1 – 1,9 t/ mês	≤ 1 t/ mês	0,84	
Regularização	N. de requisitos obrigatórios atendidos x 100 N. total de requisitos obrigatórios ****	100%	50,1 – 99,9%	≤ 50%	0,84	
Instrumentos legais na relação com a prefeitura	Atendimento aos requisitos legais de contratação*****	≥ 80%	50,1% – 79,9%	≤ 50%	0,84	

* Os indicadores Taxa de recuperação de materiais recicláveis, Taxa de rejeito (TRR) e Adesão da população são calculados levando-se em conta a área atendida pela coleta seletiva das organizações.

** Rotina de limpeza, controle de vetores de doenças (ratos, moscas e baratas), cobertura adequada, ventilação adequada, ausência de odores incômodos, sistema de prevenção de acidentes e incêndios.

*** Vacinação regular, prevenção de lesão por esforços repetitivos, descanso pelo peso das atividades, limpeza e higiene no local de trabalho, exames médicos periódicos, comunicação visual nos ambientes, recolhimento de INSS pelos cooperados, prevenção, registro e atendimento aos acidentes de trabalho.

**** Cooperativa – Estatuto Social, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, Registro na OCE, Atas de assembleias gerais, diretoria funcionando, recolhimento de impostos, recolhimento de fundos obrigatórios (FAT – 5%, e Fundo de Reserva – 10%), livros em dia, emissão de notas fiscais, balanço anual, Associação – Estatuto Social, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, Certidão Negativa do INSS, Certidão Negativa do IPTU, Certidão Negativa da Receita Federal, Livro de Matrícula dos Associados atualizado, últimas 3 (três) atas da Associação e balancetes, ata de aprovação de contas do último exercício social.

***** Regularização, certidões negativas do INSS, FERTS, Receita Federal e alvará municipal de funcionamento.

Tabela 1 — Indicadores de sustentabilidade de organizações de catadores (continuação)

Indicadores	Forma de cálculo	Tendência à sustentabilidade			Peso	Valor final
		Alta	Média	Baixa		
Atendimento aos requisitos de autogestão	N. de requisitos atendidos x 100 N. de requisitos desejáveis*	≥ 80%	50,1% – 79,9%	≤ 50%	0,82	
Rotatividade dos membros	Admissão ÷ Desligamento x 100 2	≥ 25%	24,9% – 49,9%	≤ 50%	0,80	
Benefícios aos membros	Efetivo médio = $\frac{\text{efetivos no início} + \text{no final}}{2}$ (últimos 6 meses) N. de benefícios efetivados x 100 N. de benefícios desejáveis**	≥ 80%	50,1% – 79,9%	≤ 50%	0,79	
Horas trabalhadas	N. de horas trabalhadas pelos membros x 100 N. de horas de trabalho da organização x n. membros (referência CLT e média dos últimos 6 meses)	80% – 100%	50,1% – 79,9%	≤ 50% e ≥ 100	0,77	
Relação de ganhos entre gêneros	Ganho do gênero feminino por hora (R\$) x 100 Ganho do gênero masculino por hora (R\$)	100%	70,1% – 99,9%	≤ 70%	0,74	
Equipamentos e veículos próprios/ceididos	N. de veículos e equipamentos próprios x 100 N. total de veículos e equipamentos	≥ 80%	50,1% – 79,9%	≤ 50%	0,74	
Diversificação das atividades e serviços	N. de atividades e serviços x 100 N. total de atividades desejáveis***	≥ 80%	50,1% – 79,9%	≤ 50%	0,74	
Qualidade das parcerias	N. parcerias efetivadas x 100 N. parcerias desejáveis****	≥ 80%	50,1% – 79,9%	≤ 50%	0,71	
Diversificação das parcerias	N. parcerias efetivadas x 100 N. parcerias desejáveis*****	≥ 80%	50,1% – 79,9%	≤ 50%	0,66	

* Reuniões de decisão autogestionária, regimento interno, instrumentos de transparência e raterio: informações sobre despesas, descontos, vendas e raterio, livros disponíveis, murais de comunicação e informação.

** Férias remuneradas, afastamento maternidade, prêmios, convênio, curso de alfabetização, transporte, creche, licença remunerada, conta bancária.

*** Educação ambiental, coleta, triagem, beneficiamento, reaproveitamento de materiais recicláveis, reciclagem, prestação de serviços a terceiros.

**** Capacitação, alfabetização, cessão de equipamentos, cessão de espaço, material de educação e comunicação, cessão de materiais recicláveis, ações de educação e comunicação, apoio técnico, construção de galpão de triagem.

***** Outras organizações de catadores (redes), setor público estadual ou federal, setor privado, organizações não governamentais, organizações comunitárias, entidades representativas dos catadores.

O Indicador 10 teve como referência de produtividade estudo do Movimento Nacional dos Catadores (2006).

Como calcular

Após o cálculo do valor de cada indicador, é calculado e definido o índice de sustentabilidade da organização, cujo resultado deve ser verificado no Radar da Sustentabilidade.

O cálculo da nota final do indicador é feito assim:

Passo 1 – Calcular a nota da tendência à sustentabilidade:

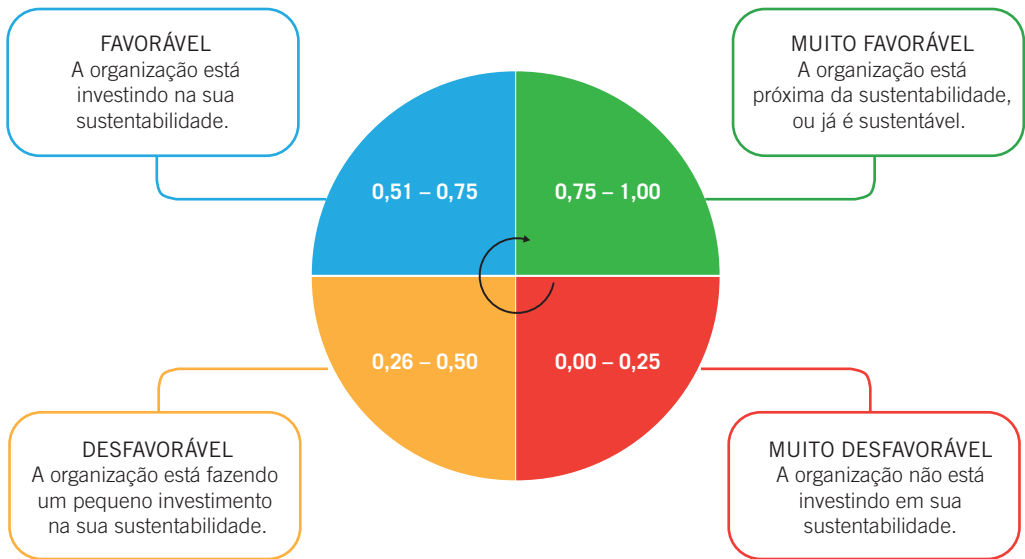
- Se o indicador teve alta tendência à sustentabilidade a nota dele é 1.
- Se o indicador teve média tendência à sustentabilidade a nota dele é 0,5.
- Se o indicador teve baixa tendência à sustentabilidade a nota dele é 0.

Passo 2 – Calcular o valor final de cada indicador. Para cada indicador, multiplicar a nota da tendência pelo valor do peso.


Passo 3 – Calcular o índice de sustentabilidade. O índice é uma forma de juntar todos os indicadores em um único cálculo que permite ter uma avaliação global e tomar decisões a partir dela. O índice é igual à soma dos valores finais dos indicadores dividido pela soma dos pesos.

Passo 4 – Verificar o resultado no Radar da Sustentabilidade. O Radar é um instrumento de fácil entendimento que visa facilitar a compreensão dos usuários, interessados, contratantes, municípios, instituições, empresas, órgãos públicos e tomadores de decisão quanto ao desempenho da organização em relação à sustentabilidade e suas possibilidades de melhoria.

RADAR DA SUSTENTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DE CATADORES




Agora é possível avaliar e monitorar como está a organização em termos de gestão no que se refere à sustentabilidade. Também se pode olhar para a tabela de indicadores e verificar quais estão bem e aqueles que precisam ser melhorados e, a partir daí, planejar como fazer essas melhorias.



COM A PNRS, A
COLETA SELETIVA
DEVERÁ SER MUITO
MAIS EFICIENTE
DO QUE É NO
MOMENTO.

MAIS DA METADE DOS RESÍDUOS
GERADOS HOJE SERÃO RECICLADOS
NUM FUTURO PRÓXIMO.

POR ISSO, NÓS, CATADORES
COOPERADOS, TEMOS UM
GRANDE DESAFIO EM
NOSSA PARCERIA COM
O MUNICÍPIO.



PLANEJAR, AVALIAR E MONITORAR
NOSSA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PARA AS PREFEITURAS É DE
FUNDAMENTAL IMPORTÂNCIA
PARA O SUCESSO E AUTONOMIA
DAS COOPERATIVAS.



E UMA DAS FORMAS É
A UTILIZAÇÃO DE INDICADORES
DE SUSTENTABILIDADE.

SÃO 21
OS
INDICADORES.



ELES NOS PERMITEM
MEDIR E AVALIAR A NOSSA
REALIDADE ATUALMENTE, BEM COMO ADOPTAR
MEDIDAS PARA O NOSSO DESENVOLVIMENTO.

Exemplos de boas práticas

BEATRIZ CASTRO MARONI, JULIO RUFFIN PINHEL,
AUGUSTO JACKIE DO NASCIMENTO LOPES VIEIRA E LISA YÁZIGI DE BARROS SANTOS

Neste capítulo serão apresentadas duas experiências práticas da capacitação do IPESA. Primeiro será apresentada a experiência de trabalho com a Cooperativa de Recicladores de Itapecerica da Serra (CRIS), desenvolvida de maio de 2008 a agosto de 2012. Na sequência será apresentada a experiência com a Cooperativa de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis da Vila Esperança – Santana de Parnaíba/SP (AVEMARE), desenvolvida de maio de 2006 a dezembro de 2011.

As duas experiências foram escolhidas por se tratarem de exemplos de boas práticas, com ótimos resultados obtidos ao longo dos referidos anos de trabalho e, principalmente, por serem duas situações em que o método de trabalho apresentado neste livro pôde ser desenvolvido na íntegra. O IPESA acredita que não é só ele que ensina algo aos cooperados, mas a recíproca também é verdadeira. O aprendizado é mútuo e essas duas cooperativas foram parceiras e grandes “professoras”, pois trouxeram aprimoramento e amadurecimento para a equipe do IPESA e para o método.

O capítulo será permeado por depoimentos de cooperados das duas cooperativas, trazendo a visão de seus membros sobre o trabalho desenvolvido. São depoimentos sobre a relação com o IPESA, apontando não somente os aspectos positivos, mas também os negativos, além de sugestões de melhorias. Mais do que trazer transparência e validade para o processo, é uma contribuição para

O IPESA acredita que não é só ele que ensina algo aos cooperados, mas a recíproca também é verdadeira, como no trabalho com as cooperativas AVEMARE e CRIS, parceiras e grandes “professoras”, trazendo aprimoramento e amadurecimento para o método.

futuras capacitações em outras cooperativas. Os depoimentos podem ser assistidos na íntegra no *hotsite* do livro, disponível em <www.dolixoacidania.org.br>.

Além dos depoimentos, um pouco da história de cada cooperativa é relatada: como iniciou o trabalho com o IPESA, quais os principais avanços conquistados durante a parceria e como a cooperativa se encontra no momento atual. Em seguida, é apresentada uma análise evolutiva semestral de cada uma (maio de 2008 a abril de 2012, para a CRIS; e maio de 2006 a abril de 2012, para a AVEMARE), com a apresentação de alguns dos principais dados das cooperativas e os respectivos índices de sustentabilidade.

Poucos são os instrumentos, as ferramentas ou outros tipos de referências para se entender e comparar a situação das cooperativas de catadores no país. Por isso, o IPESA assumiu o desafio de aplicar indicadores de sustentabilidade, a fim de criar parâmetros para a reflexão, visando à melhoria contínua das cooperativas. Conforme citado no capítulo “Avaliação: indicadores de sustentabilidade”, a partir do índice de sustentabilidade é possível avaliar e monitorar como está a organização, e em especial a sua gestão, no que se refere à questão. Também se pode analisar quais são os indicadores que estão bem e quais precisam ser melhorados, planejando as melhorias a partir dessa avaliação.

CRIS

O fechamento do aterro municipal de Itapecerica da Serra (SP), em 2006, impulsionou a criação da cooperativa.

HISTÓRIA

A Cooperativa de Recicladores de Itapecerica da Serra (CRIS)

foi formada a partir da organização dos catadores do Aterro Municipal, localizado no bairro do Potuverá, com o auxílio da Divisão do Verde da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente daquele município paulistano. O sistema municipal de coleta seletiva surgiu a partir de dois estímulos: a mobilização das escolas na construção da Agenda 21 Local, que demandava o atendimento aos seus projetos internos de coleta seletiva, e o interesse do poder público em resolver a situação dos catadores de materiais recicláveis que trabalhavam no aterro.

No ano de 2006, com o fechamento do Aterro Municipal, a Prefeitura iniciou o contato com os catadores do local, cadastrando-os e oferecendo apoio técnico e condições estruturais para a organização de uma cooperativa. Com o apoio do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) foi construída a central de triagem, localizada no bairro do Potuverá, e adquiridos equipamentos básicos para operação da central (prensa, esteira de separação, balança de pesagem), além de dois caminhões para a realização da coleta seletiva.

No começo a cooperativa passou por várias dificuldades, da gente não ter todos os aparelhos, tipo esteira. A gente triava o material assim despejado no chão, agachados.

MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – TRIAGEM

A gente não tinha escritório, a gente não tinha assim um almoço bom igual a gente tem...

GISLAINE DUTRA MENDES – DIRETORA TESOUREIRA

Em 2007 esses catadores formaram a CRIS, que, por meio de um convênio com a Prefeitura, garantiu a operação autônoma e comodato da central de triagem, dos equipamentos e dos veículos, além da cogestão do sistema de coleta seletiva do município.

Esse convênio foi renovado em 2009 e tem vigência até 2019, com possibilidade automática de renovação. Ainda no ano de 2007, o Programa Municipal de Coleta Seletiva foi oficialmente criado por meio da Lei Municipal n. 1.836, de 19 de outubro de 2007.

A coleta dos materiais recicláveis começou no mesmo ano, com a organização de Pontos de Entrega Voluntária (PEV) nas escolas participantes da Agenda 21 Local, e logo foi expandida para as demais escolas do município. Com o tempo, espaços públicos como a sede da Prefeitura, comércios e empresas foram inseridos nos roteiros de coleta, e um sistema de coleta porta a porta em residências começou a ser implantado em alguns bairros. No primeiro ano, a quantidade média de materiais recicláveis coletados foi vinte toneladas mensais.

O IPESA E A CRIS: CRESCENDO JUNTOS

Em 2008, a Natura Cosméticos, por ter uma instalação no mesmo bairro onde está localizada a cooperativa e por já ser parceira na construção e implantação da Agenda 21 Local, decidiu apoiar o sistema de coleta seletiva por meio do seu programa de apoio às comunidades do entorno. A empresa procurou uma organização apta a capacitar os cooperados da CRIS em temas como administração, produção, educação ambiental, elaboração de projetos, cooperativismo e outros assuntos afins.

Nessa época, a Natura patrocinou o curso de Gestão para Organizações da Sociedade Civil (GESC), organizado pela Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (FIA/USP), no qual a Cooperativa dos Profissionais Prestadores de Serviços de Reciclagem de Lixo de Barueri/SP (COOPERYARA) foi uma das participantes.

O IPESA havia desenvolvido uma boa experiência de trabalho e de relacionamento com essa cooperativa e, por essa razão,

a COOPERYARA o indicou, sabendo do interesse da Natura em contratar uma organização para trabalhar com a cooperativa de Itapecerica. Assim, três organizações foram selecionadas pela Natura e apresentaram suas propostas de trabalho aos cooperados. A CRIS escolheu o IPESA.

Quando foi em 2008 o IPESA começou a trabalhar com a gente, e a gente tinha renda muito baixa, a gente ganhava duzentos, duzentos e poucos reais... era muito pouco. Junto com a Natura, arrumaram o pessoal do IPESA pra poder capacitar a gente e aí a cooperativa começou a melhorar. No começo, quando entrei aqui, eu não sabia fazer quase nada do trabalho, não conversava bastante igual hoje, eu tinha bastante dificuldade. Hoje eu já aprendi bastante, mexer em computador que eu não sabia, a gente fazia as planilhas na mão porque eu não sabia, a gente não tinha esse aprendizado. Hoje eu já sei fazer no computador, sei fazer bastante coisa.

GISLAINE DUTRA MENDES – DIRETORA TESOUREIRA

O apoio técnico do IPESA na capacitação dos cooperados nas áreas descritas neste livro (Administração, Produção, Educação Ambiental, Elaboração de Projetos e Captação de Recursos, Qualidade de Vida e Cursos de Formação) foi realizado durante os anos de 2008 a 2011. Em 2012 o trabalho de acompanhamento foi encerrado com apoios técnicos mais pontuais, incluindo aqueles referentes à prestação de contas a parceiros e à expansão do sistema de coleta seletiva no município, junto com técnicos da prefeitura.

Nesse período podem-se citar algumas conquistas relevantes:

- contratação de um escritório de contabilidade para o acompanhamento fiscal e tributário mensal;
- realização de duas eleições para os cargos de Diretoria e Conselho Fiscal;

- viabilização de conta no banco e pagamento de INSS por todos os cooperados;
- participação em diversos eventos externos, desde encontros do Movimento Nacional de Catadores até a divulgação dos seus trabalhos e da coleta seletiva em empresas;
- aprovação de projeto no Edital FUNASA 2010 como instituição proponente, sendo contemplados com um caminhão, uma esteira e uma empilhadeira;
- ampliação da central de triagem e aquisição de novos equipamentos (balança e prensa);
- aumento da frota de caminhões, em parceria com a Prefeitura Municipal;
- aumento significativo da receita líquida da cooperativa, da renda média dos cooperados e do número de postos de trabalho.

Mais positivo assim foi a maneira de lidar com o outro. Ponto ruim a gente não vê. A gente vê que o IPESA cada dia só trouxe um grande aprimoramento para nós.

MARIA DO SOCORRO DE SOUZA – TRIAGEM

Acreditando no trabalho com cooperativismo, acreditando no grupo, todo mundo participando, a gente acabou melhorando o trabalho interno, na produção, no trabalho de como administrar realmente a cooperativa.

O IPESA foi trabalhando, indicando, mostrando algumas realidades, como conhecer outras cooperativas. Eles foram uma ferramenta que a gente precisava realmente porque a gente estava muito isolado, muito dentro da cooperativa. Com o IPESA a gente acabou trabalhando corretamente tanto dentro, com estatuto, ata, regimento interno, com o trabalho de cooperativismo, com o trabalho de união em grupo... como fora, junto com o movimento, participando do movimento nacional.

LUCIANO RODRIGO BELCHIOR DA SILVA – DIRETOR PRESIDENTE

CENÁRIO ATUAL (DADOS DE JUNHO DE 2012)

A cooperativa conta hoje com vinte cooperados e tem gestão autônoma de suas atividades, com diretoria completa e atuante, bem como assembleias gerais mensais e transparência em sua administração. O gerenciamento do sistema de coleta seletiva é feito em cogestão com a Prefeitura Municipal. Na coleta seletiva propriamente dita, os motoristas, o combustível e a manutenção dos caminhões são de responsabilidade da prefeitura, enquanto os coletores dos caminhões são cooperados.

O sistema municipal de coleta seletiva em Itapecerica da Serra conta com 30 pontos de entrega voluntária, cerca de 600 pontos residenciais de coleta porta a porta, parceria com 63 escolas (municipais, estaduais e particulares), 39 empresas e pontos comerciais, 30 órgãos públicos, 9 igrejas e 6 condomínios, utilizando 5 veículos para recolher cerca de 70 toneladas de materiais recicláveis mensalmente. A receita bruta mensal da CRIS é de aproximadamente R\$ 20 mil e a renda média dos cooperados gira em torno de R\$ 900.

Esforços estão sendo feitos para ampliar gradualmente o sistema de coleta seletiva para todo o município. A Prefeitura e a CRIS pretendem expandir a coleta de materiais recicláveis para 100% de seu território com um modelo que atenda a geração de resíduos domiciliares nas diferentes realidades urbanas e rurais e proporcione a inclusão dos catadores autônomos que atuam nos bairros.

O IPESA podia às vezes ouvir um pouco mais. O papel deles é ouvir a gente mesmo, mas às vezes ouvir mais mesmo o nosso trabalho, o trabalho da realidade do catador. Faltou um pouco mais isso. Uma realidade é você botar no papel e fazer bonitinho, outra realidade é você ser catador e tentar lutar pra tentar fazer no papel.

LUCIANO RODRIGO BELCHIOR DA SILVA – DIRETOR PRESIDENTE

O sistema de coleta seletiva em Itapecerica da Serra conta com 30 pontos de entrega voluntária, cerca de 600 pontos residenciais de coleta porta a porta, parceria com 63 escolas, 39 empresas, 30 órgãos públicos, nove igrejas e seis condomínios. Recolhe cerca de 70 toneladas de recicláveis por mês e gera para a CRIS uma receita bruta em torno de R\$ 20 mil e uma renda média em torno de R\$ 900 para cada cooperado.

Eu acho que o que pode melhorar é a parte de comunicação. Eu acho que precisa mais. As pessoas precisam se comunicar mais dentro de uma cooperativa.

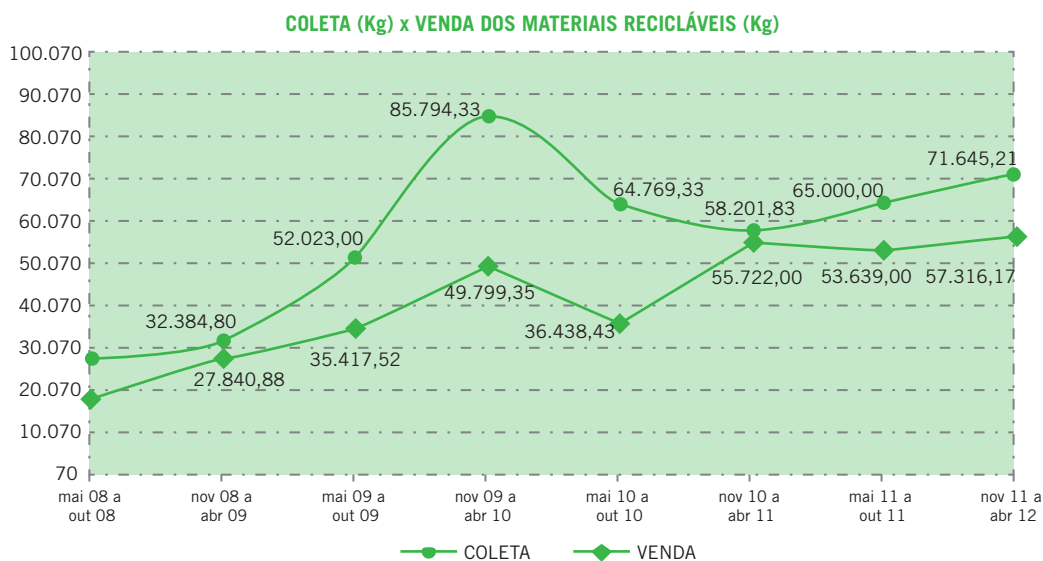
GISLAINE DUTRA MENDES – DIRETORA TESOUREIRA

EVOLUÇÃO E APRESENTAÇÃO DE INDICADORES

Durante esses anos a cooperativa obteve grande evolução e aprimoramento do seu trabalho, tanto em questões de organização interna quanto na relação com a população. Essa evolução tem sido monitorada considerando-se diversas metas estabelecidas pela cooperativa e indicadores mensais de dados resultantes da gestão desse trabalho. A avaliação desses dados é utilizada pela cooperativa para planejamentos e estabelecimento de novas metas.

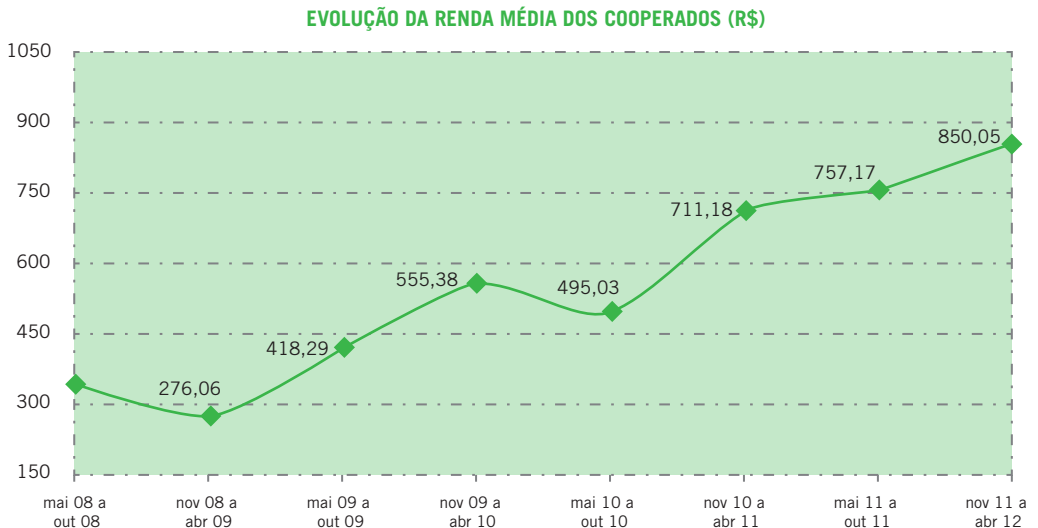
Dos dados monitorados, destacamos alguns resultados dos últimos quatro anos.

Total de materiais recicláveis coletado (kg) x Total comercializado (kg)



Nesse período, a coleta realizada pela CRIS mais do que dobrou, índice semelhante ao da venda de materiais coletados, refletindo o crescimento da cooperativa no trabalho de expansão da coleta em parceria com a prefeitura, como também sua evolução administrativa no que se refere à capacidade de triagem e à comercialização dos materiais. Entre o final de 2009 e o final de 2010, era grande a diferença entre quantidade coletada e vendida, observando-se grande quantidade de rejeito, principalmente devido ainda à falta de informação da população.

Renda média dos cooperados (R\$)



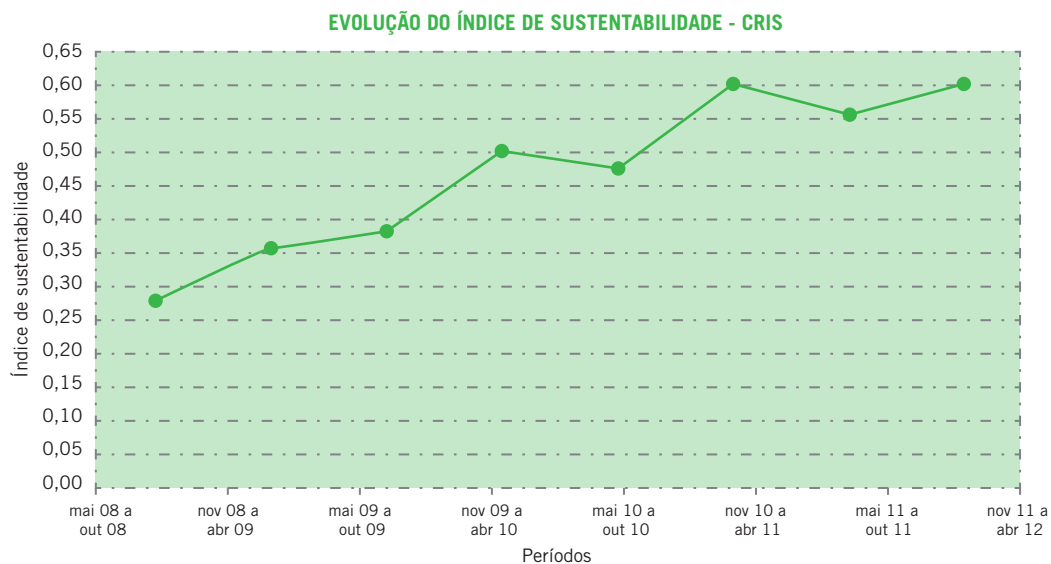
A renda média dos cooperados no período de quatro anos apresentou crescimento quase constante, semestre a semestre. A única redução foi em 2010, reflexo da crise financeira global que no Brasil teve expressão mais significativa na produção industrial, com queda no valor de comercialização dos materiais triados e redução da receita da cooperativa no período. Excluindo-se esse

período, a renda apresenta crescimentos constantes, o que acompanha o aumento da quantidade de materiais recicláveis coletados. Na análise geral sobre a renda do período (oito semestres), a renda média é de R\$ 580. De maio de 2006 a abril de 2012, o aumento da renda mais do que triplicou.

Nas crises o IPESA ajudou o que fazer, não a chorar, sair chorando ou ligar para a Prefeitura... não... A gente tentar, o IPESA conseguiu fazer a gente sair com as nossas próprias pernas, a gente começar a trabalhar sozinho mesmo, acreditando no grupo e tentando expandir a coleta seletiva, e também expandir aqui dentro mesmo todo o trabalho. Então foi uma ferramenta muito bacana o IPESA junto.

LUCIANO RODRIGO BELCHIOR DA SILVA – DIRETOR PRESIDENTE

Índice de sustentabilidade



Para o cálculo do índice de sustentabilidade da cooperativa, o IPESA desdobrou os 21 indicadores (apresentados no capítulo

“Avaliação: indicadores de sustentabilidade”) em quarenta itens (variáveis), que devem ser coletados para se chegar no valor de cada indicador e, a partir daí, calcular o índice. Mais ainda, o IPESA fez uma aplicação retroativa desses indicadores por médias semestrais, de maio de 2008 a abril de 2012 (oito semestres). Todos esses itens e cálculos podem ser acessados no hot site do livro, disponível em <www.dolixoacidania.org.br>.

Ao longo desse período, o índice (que pode variar entre zero e um, conforme o radar da sustentabilidade apresentado no capítulo anterior) oscilou bastante, mas evoluiu de maneira significativa, saindo de 0,28 em maio de 2006 – o que representava um cenário desfavorável, no qual a cooperativa estava fazendo investimentos pequenos em sua sustentabilidade – para atingir 0,60 em abril de 2012 – o que representa um cenário favorável de investimento na sua sustentabilidade, além de conseguir evoluir do segundo para o terceiro quadrante do radar da sustentabilidade, conforme esquema mostrado no capítulo “Avaliação: indicadores de sustentabilidade”.

Recursos naturais poupados

Para avaliação sobre o impacto da coleta seletiva relacionado ao meio ambiente, os dados monitorados sobre tipos de resíduos da cooperativa encaminhados para a reciclagem são traduzidos na quantidade de recursos naturais economizados em decorrência da reciclagem.

Para esse cálculo foram utilizadas as seguintes proporções:

1 tonelada de papel reciclado	aproximadamente 20 árvores poupadas
100 toneladas de plástico reciclado	aproximadamente 5 barris de petróleo poupados
1 tonelada de alumínio reciclado	aproximadamente 5 toneladas de minérios poupados
1 tonelada de vidro reciclado	aproximadamente 1,3 tonelada de areia poupadas

Fonte: <www.natureba.com.br/coleta-seletiva.htm>.

Os dados da tabela abaixo referem-se ao total de recursos naturais poupados do 1º semestre de 2008 ao 1º semestre de 2012.

Número de árvores	Barris de petróleo	Minérios (ton)	Areia (ton)
42.893	26	53,6	157,64

AVEMARE

A associação nasceu no lixão de Santana de Parnaíba (SP) e, após seis anos de atividades, mudou-se para um galpão, após ação do Ministério Público determinando a saída dos catadores do local original.

HISTÓRIA

O município de Santana de Parnaíba/SP, seguindo o padrão de destinação inadequada de resíduos observado em grande parte dos municípios brasileiros, descartava seus resíduos num lixão situado próximo ao centro da cidade. Nesse local, muitos catadores se instalavam para tirar o seu sustento e acabaram constituindo uma favela nas proximidades do lixão, que recebeu o nome emblemático de Vila Esperança.

Depois de muitos anos de existência desse lixão e da presença e atividade de catadores, a Secretaria de Assistência Social do município foi acionada, na época principalmente em decorrência dos altos índices de acidentes com crianças no local. Assim, a Secretaria iniciou a construção de um Centro de Convivência para abrigar os menores em período extraescolar.

Nós éramos um grupo que trabalhava no aterro, crianças, adolescentes, idosos, mais de cem pessoas trabalhando a céu aberto, aquela situação complicada, no lixo molhado.

CLAUDIENE PEREIRA NUNES “CAL” – DIRETORA PRESIDENTE

Quando a gente trabalhava no lixão a gente não tinha hora de café, hora de almoço, trabalhava no sol, na chuva. E a gente pensava que era bom, e de fato não era ruim: para quem estava desempregado, todo serviço era serviço.

IRACY FERREIRA ALVES “DONA ZÔ” – CORTE E COSTURA

Ao longo do processo de implantação do Centro de Convivência Vila Esperança, um grupo de catadores, com o apoio da mesma secretaria, começou a se reunir periodicamente até fundar, em 20 de setembro de 2000, a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis da Vila Esperança – AVEWARE.

Foi difícil formar o grupo para trabalhar em associação; depois de formar a associação, tinha que trabalhar todo mundo junto para dividir o dinheiro. Foi mais difícil, mas graças a Deus que deu certo.

IRACY FERREIRA ALVES “DONA ZÔ” – CORTE E COSTURA

De 2000 a 2005 a Associação permaneceu desenvolvendo o trabalho de catação no lixão. Nessa época, por conta da solicitação de um condomínio residencial da região, iniciou-se o trabalho da coleta seletiva, o que acabou gerando o interesse dos demais condomínios do município. Concomitantemente, no primeiro semestre de 2005 o Ministério Público do Estado de São Paulo interveio, por meio de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), junto à Prefeitura de Santana de Parnaíba, determinando a retirada dos catadores do lixão.

Da intervenção surgiu uma parceria entre a AVEWARE, a Prefeitura Municipal e a Fundação Alphaville, pela qual a prefeitura cedeu o galpão e comprou os equipamentos básicos (prensa, esteira, balança e carrinhos) para o desenvolvimento do processo de triagem de produtos recicláveis. Já a Fundação Alphaville

promoveu a capacitação dos associados da AVEMARE para o trabalho coletivo, forneceu apoio à prefeitura na estruturação do galpão de triagem e promoveu a conscientização dos moradores dos condomínios residenciais, visando ao aumento na quantidade de materiais recicláveis coletados, bem como a implantação da coleta seletiva em outros pontos da cidade.

Em suma, o TAC promoveu a mudança do processo do trabalho ilegal realizado no lixão para o trabalho regular realizado em um galpão de triagem. Para isso, foi estruturada uma equipe técnica contratada e coordenada pela Fundação Alphaville para capacitar e facilitar a organização dos catadores, de forma a propiciar sua autogestão por meio da melhoria das condições de trabalho.

Dessa forma, a partir de novembro de 2005 o IPESA iniciou um trabalho de formação e capacitação, ainda no lixão, do Grupo de Educação Ambiental da AVEMARE, responsável pela divulgação e implantação do programa de coleta seletiva. Finalmente, em abril de 2006 os membros da associação passaram a trabalhar num galpão de 5 mil m², alugado e cedido pela prefeitura. Nesse momento teve início a capacitação nas áreas de administração, produção e qualidade de vida.

Em setembro desse mesmo ano foi lançada a campanha Lixo da Gente – Reciclando Cidadania, elaborada pelo Instituto Tamboré com a coordenação da Fundação Alphaville em conjunto com os associados.

O Grupo de Educação Ambiental, com o suporte do IPESA, iniciou a construção do planejamento estratégico do Programa Lixo da Gente, visando divulgar o trabalho realizado e promover a sensibilização e conscientização da população sobre a importância da coleta seletiva. Isso foi feito com reuniões, palestras, aulas



e dinâmicas, com abordagem de três focos: 1) Bairros e condomínios residenciais; 2) Indústrias e empresas; 3) Escolas.

Em 14 de dezembro de 2007 foi aprovada a Lei n. 2.855, que institucionalizou a coleta seletiva no município, e no dia 29 de janeiro de 2008 foi assinado o Termo de Compromisso para a realização e a viabilização da coleta seletiva entre a Prefeitura Municipal e a AVEMARE, renovado nos anos de 2009, 2011 e 2012.

Em 4 de junho de 2007 foi fundada a Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis da Vila Esperança, o que ampliou as perspectivas de celebração de parceria e captação de recursos com as diferentes categorias de Pessoa Jurídica da AVEMARE – Associação e Cooperativa.

Com a retenção dos Fundos Reserva e Fates (Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social), preceitos da legislação cooperativista, a AVEMARE conseguiu, em fevereiro de 2008, comprar o primeiro caminhão próprio, seguido pela estruturação de uma cozinha para servir refeições aos cooperados, além de uma máquina trituradora de papel.

Uma das condições do Termo de Ajuste de Conduta do Ministério Público era que a Prefeitura construísse um galpão de triagem para a AVEMARE. No entanto, a cooperativa apontou o interesse de permanecer no galpão alugado por questões de localização, logística e a falta de disponibilidade de terrenos próximos ao bairro de moradia, a Vila Esperança. Como o galpão pertencia à massa falida de uma fábrica de papelão, devedora de impostos municipais, iniciou-se um processo de desapropriação.

Em 2008 foram elaborados e enviados projetos para editais públicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Petrobrás – Desenvolvimento & Cidadania, e ambos foram aprovados. Entre as atividades previstas constava a reforma do galpão de triagem, o que exigiu um termo de cessão

de uso, finalmente assinado em 23 de janeiro de 2012, regularizando a burocracia necessária para as atividades de reforma.

O IPESA E A ADEMARE: CRESCENDO JUNTOS

O trabalho de capacitação da ADEMARE foi um dos primeiros realizados pelo IPESA, portanto o processo de organização e crescimento de ambas as instituições aconteceu de forma paralela. A organização de uma entidade sem fins lucrativos é parecida com uma Associação ou Cooperativa em vários aspectos, pois ambas possuem mandatos de gestão com Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e a necessidade de Regimento Interno para adequar os procedimentos internos.

Bom pra gente foi a capacitação, a gente cresceu muito e continuou crescendo, eles tinham estudo e a gente a prática, então foi muito bom, mas ao mesmo tempo eu aprendi que nem tudo que te ensinam é o que você deve fazer, então foi uma troca muito boa de experiência.

CLAUDIENE PEREIRA NUNES “CAL” – DIRETORA PRESIDENTE

O apoio técnico do IPESA obteve um crescimento de responsabilidades gradual. Inicialmente o IPESA foi contratado pela Fundação Alphaville para a formação do Grupo de Educação Ambiental de 2005 a 2007. A partir daí o trabalho de capacitação aumentou, abrangendo também as áreas de administração, produção e qualidade de vida.

O pessoal acha que é só pegar a turma que trabalha no lixão e colocar dentro de um galpão. Não é nada disso, tem que haver capacitações, e capacitação contínua, por um bom tempo (...). Eu era uma pessoa que não sabia nem ligar um computador, e hoje praticamente eu gerencio uma cooperativa com noventa famílias (...). Nós aqui da ADEMARE tivemos a

sorte de ter pessoas de um grupo como o IPESA, que puderam fazer a capacitação, que estiveram aqui desde o início e que não quiseram fazer pela gente, e sim ensinar a gente a fazer.

CLAUDIENE PEREIRA NUNES “CAL” – DIRETORA PRESIDENTE

O IPESA foi quem nos ensinou a dar o primeiro passo sobre cooperativismo e associação, nos ensinando a como conversar com a população, contato com prefeito... e o IPESA foi um passo que a gente deu e que a gente nunca esperou.”

IRACY FERREIRA ALVES, “DONA ZÔ” – CORTE E COSTURA, APROVEITAMENTO DE RETALHOS

Nesse período, podem-se citar algumas conquistas relevantes:

- contratação de um escritório de contabilidade para o acompanhamento fiscal e tributário mensal;
- implantação da coleta seletiva em 50% do território municipal;
- conquista de novos e importantes parceiros;
- realização de três eleições legítimas para os cargos de Diretoria e Conselho Fiscal;
- viabilização de conta no banco e recolhimento do INSS por todos os cooperados;
- participação em diversos eventos externos, desde encontros do Movimento Nacional de Catadores até a divulgação dos seus trabalhos e da coleta seletiva em empresas;
- seleção de projetos em editais: Desenvolvimento & Cidadania, da Petrobras, e em edital do BNDES (ambos em 2008), e do Fundo Nacional de Saúde (FUNASA), em 2010, como instituição proponente;
- recebimento de prêmios: Prêmio ECO PET 2009 e 2011, Prêmio Prefeitura e Rede Cidades Justas e Sustentáveis;

O Programa Lixo da Gente – Reciclando Cidadania atinge 50% do município pela coleta porta a porta, além de 55 empresas, 35 escolas, 45 condomínios residenciais e 3 pontos de entrega voluntária, recolhendo cerca de 430 toneladas mensalmente. A receita bruta da ADEMARE é de aproximadamente R\$ 100 mil, e a renda média dos cooperados gira em torno de R\$ 1 mil.

- reforma de parte da central de triagem e aquisição de novos equipamentos;
- aumento da frota de caminhões, em parceria com a Prefeitura Municipal;
- retenção dos Fundos Reserva e Fates, que viabilizaram a aquisição de veículos, equipamentos e estruturação de cozinha para produção das refeições para os cooperados;
- aumento significativo da receita líquida da cooperativa, da renda média dos cooperados e do número de postos de trabalho;
- aluguel de um espaço no centro da cidade para venda de produtos reaproveitáveis provenientes da coleta seletiva (bazar ambiental);
- implantação de bazar eletrônico, disponível em <<http://bazarambiental.blogspot.com.br/>>;
- implementação de atividades paralelas além dos projetos do bazar: Projeto Cozinha, Projeto Corte e Costura, realização de bingo beneficente e desfile de moda com roupas feitas de material reciclável;
- implantação de regime misto de remuneração: por hora trabalhada e por produção.

A gente teve capacitação, cursos de administração para aprender a gestão da cooperativa, como trabalhar sozinho. O IPESA teve bastante importância nesse sentido, para ajudar a gente a fazer a gestão da cooperativa.

ISABEL CRISTINA DA FONSECA “BEL” – DIRETORA

CENÁRIO ATUAL (DADOS DE JUNHO DE 2012)

A cooperativa conta hoje com 86 cooperados, tem gestão autônoma de suas atividades, com diretoria completa e atuante, bem como assembleias gerais mensais e transparência em sua

administração. O gerenciamento do sistema de coleta seletiva é feito em cogestão com a Prefeitura Municipal. Na coleta seletiva propriamente dita, cinco caminhões pertencem à Prefeitura, que se responsabiliza pelos motoristas, combustível e manutenção. Os coletores dos caminhões são cooperados. A cooperativa ainda conta com dois caminhões e duas kombis próprias, adquiridas com recurso dos fundos.

O Programa Lixo da Gente – Reciclando Cidadania atinge 50% do município com a coleta porta a porta, além de 55 empresas, 35 escolas (entre particulares e públicas), 45 condomínios residenciais e 3 pontos de entrega voluntária, contando com 7 caminhões e 2 kombis que recolhem cerca de 430 toneladas de materiais recicláveis mensalmente. A receita bruta mensal da AVEMARE é de aproximadamente R\$ 100 mil e a renda média dos cooperados gira em torno de R\$ 1 mil.

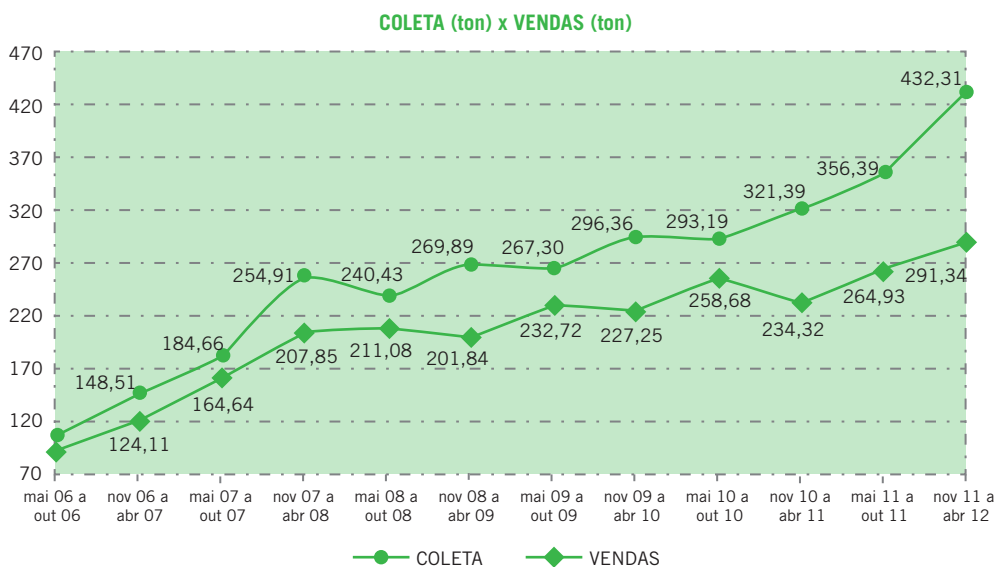
Além do galpão de cinco mil metros quadrados, dos dois caminhões e das duas kombis, a AVEMARE conta com uma empilhadeira, uma minicarregadeira, quatro prensas, duas esteiras e uma fragmentadora industrial de papel. Todos esses equipamentos estão avaliados em mais de R\$ 1 milhão.

EVOLUÇÃO E APRESENTAÇÃO DE INDICADORES

Durante esses anos, a cooperativa evoluiu e aprimorou o seu trabalho, tanto em questões de organização interna quanto na gestão dos resíduos do município junto à população e ao poder público. Essa evolução tem sido monitorada, considerando diversas metas estabelecidas pela cooperativa e indicadores mensais de dados resultantes da gestão desse trabalho. A avaliação desses dados é utilizada pela cooperativa para planejamentos e balanços anuais, para estabelecer novas metas e também como forma de apresentação e prestação de contas aos seus parceiros sobre o trabalho desenvolvido.

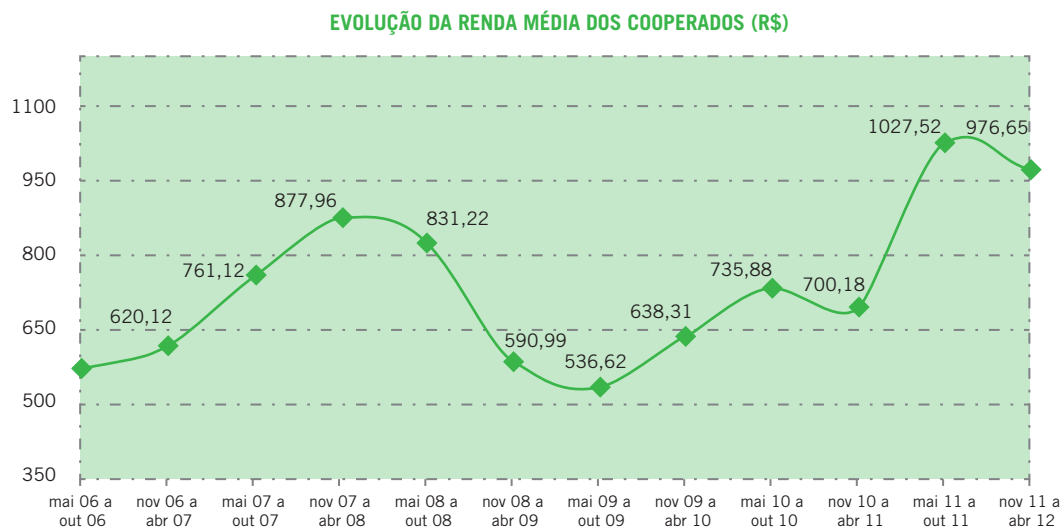
Dos dados monitorados, destacamos alguns resultados dos últimos seis anos:

Total de materiais recicláveis coletado (toneladas) x Total comercializado (toneladas)



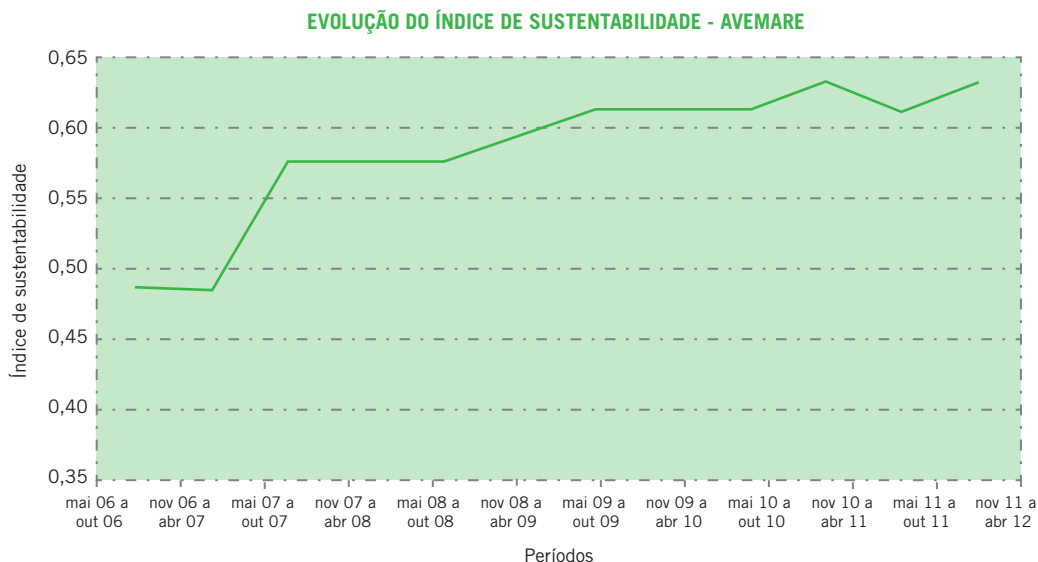
Nesse período, a coleta realizada pela AVEMARE teve um aumento de quase 300%, índice semelhante ao da venda dos materiais coletados. Esses números demonstram o crescimento da cooperativa paralelamente à expansão da coleta em parceria com a prefeitura, como também a evolução administrativa da sua capacidade de triagem e comercialização de materiais. No ano de 2012 a AVEMARE atinge a média recorde de aproximadamente 430 toneladas de resíduos recicláveis coletados mensalmente.

Renda média dos cooperados (R\$)



A renda média dos cooperados no período de seis anos apresenta relativa oscilação no seu valor, sobretudo com baixa registrada durante o ano de 2009, período de grande crise financeira global, que no Brasil teve reflexos significativos na produção industrial. A consequência disso foi a queda do valor de comercialização dos materiais triados pela cooperativa, reduzindo a receita. Excluindo-se esse período, a renda apresenta crescimento constante, o que acompanha o aumento da quantidade de materiais recicláveis coletados. Na análise geral sobre a renda do período (12 semestres), a renda média é de R\$ 754. De maio de 2006 a abril de 2012, o aumento da renda é de aproximadamente 60%.

Índice de sustentabilidade



Para o cálculo do índice de sustentabilidade da cooperativa, o IPESA desdobrou os 21 indicadores (apresentados no capítulo “Avaliação: indicadores de sustentabilidade”) em quarenta itens que devem ser coletados para se chegar no valor de cada indicador, e, a partir daí, calcular o índice. O IPESA também realizou uma aplicação retroativa desses indicadores por médias semestrais, durante o período de maio de 2006 a abril de 2012 (doze semestres) para a AVMEMARE. Todos esses itens e cálculos podem ser acessados no hot site do livro, disponível em <www.dolixoacidadania.org.br>.

Ao longo desse período o índice apresentou uma evolução quase constante, saindo de 0,49 em maio de 2006 – o que representava um cenário desfavorável, no qual a cooperativa estava fazendo investimentos pequenos em sua sustentabilidade – para atingir 0,63 em abril de 2012 – o que representa um cenário favorável de investimentos da cooperativa, além da evolução do

segundo para o terceiro quadrante do radar da sustentabilidade, conforme esquema mostrado no capítulo “Avaliação: indicadores de sustentabilidade”.

RECURSOS NATURAIS POUPADOS

Para avaliação do impacto da coleta seletiva relacionado ao meio ambiente, os dados monitorados sobre tipos de resíduos da cooperativa encaminhados para a reciclagem são traduzidos na quantidade de recursos naturais economizados em decorrência da reciclagem. Para esse cálculo foram utilizadas as seguintes proporções:

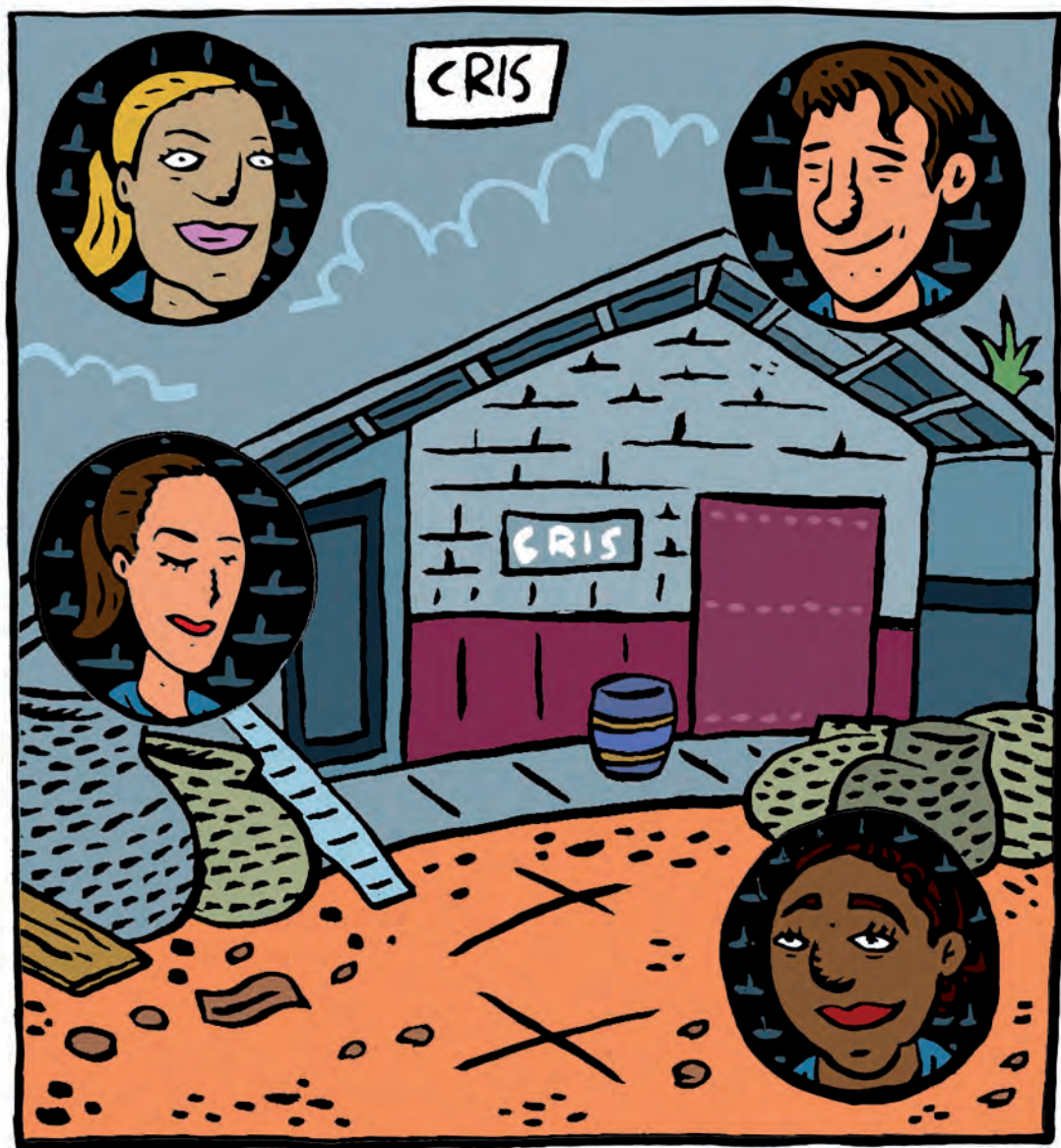
1 tonelada de papel reciclado	aproximadamente 20 árvores poupadas
100 toneladas de plástico reciclado	aproximadamente 5 barris de petróleo poupados
1 tonelada de alumínio reciclado	aproximadamente 5 toneladas de minérios poupados
1 tonelada de vidro reciclado	aproximadamente 1,3 tonelada de areia poupadas

Fonte: <www.natureba.com.br/coleta-seletiva.htm>.

Os dados da tabela abaixo referem-se ao total de recursos naturais poupados do 1º semestre de 2006 ao 1º semestre de 2011.

Número de árvores	Barris de petróleo	Minérios (ton)	Areia (ton)
156.726	147	406	2.176





COLE
AQUI SUA
FOTO.

COLE AQUI
A FOTO DE SUA
COOPERATIVA.



- ABIVIDRO** – Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro – <www.abividro.org.br>: disponibiliza a relação de associados e informações sobre o mercado e a reciclagem do vidro.
- AMBIENTE BRASIL** – Portal ambiental – <www.ambientebrasil.com.br>: portal de notícias sobre meio ambiente em geral.
- AVEMARE** – Cooperativa de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis da Vila Esperança – <www.avemare.org.br>: citada nas experiências deste livro.
- AVINA** – <www.avina.net/por>: organização internacional com a missão de contribuir para o desenvolvimento sustentável da América Latina, incentivando a construção de vínculos de confiança e parcerias produtivas entre líderes sociais e empresariais, articulando agendas de ação compartilhadas.
- CATA AÇÃO** – <www.cataacao.org.br>: programa de apoio a cooperativas de catadores que oferece informações, pesquisas, notícias e documentos sobre diversas organizações de catadores no país.
- CEMPRE** – Compromisso Empresarial para Reciclagem – <www.cempre.org.br>: organização sem fins lucrativos dedicada a promover a reciclagem, apresentando indicadores, pesquisas, lista de cooperativas, indústrias, fornecedores e livros sobre o tema.
- COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA** – <www.coletasolidaria.gov.br>: portal do Governo Federal que oferece informações e materiais para o desenvolvimento da coleta seletiva com a inclusão de catadores.
- CRIS** – Cooperativa de Recicladores de Itapeverica da Serra – <www.itapeverica.sp.gov.br/coleta/>: cooperativa citada nas experiências deste livro.
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – <www.ibge.gov.br>: fornece pesquisas sobre os municípios e informações sobre resíduos sólidos no país. O IBGE publica e disponibiliza a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), que contém as informações oficiais sobre a gestão dos resíduos sólidos no Brasil.
- INCOOP/UFSCAR** – Incubadora Regional de Cooperativas Populares/Universidade Federal de São Carlos. **NUMI-ECO SOL** – Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária – <www.incoop.ufscar.br/pasta/>: dispõe de vídeos e textos para formação de cooperativas.
- INEA** – Instituto Estadual do Ambiente/RJ – Coleta Seletiva Solidária – <www.coletaseletivasolidaria.com.br>: o site disponibiliza vídeos, manuais e demais informações sobre a coleta seletiva e a inclusão de catadores.

- INSTITUTO AKATU PELO CONSUMO CONSCIENTE – <www.akatu.org.br>: organização que promove o consumo consciente, oferece vídeos, pesquisas e demais materiais sobre o tema.
- INSTITUTO GEA – <www.institutogea.org.br>: organização com a finalidade principal de desenvolver a cidadania e a educação ambiental, assim como assessorar a população a implantar programas de coleta seletiva de lixo e reciclagem. Oferece materiais e suporte sobre a coleta seletiva e educação ambiental.
- INSTITUTO PÓLIS – <www.polis.org.br>: entidade especializada na formação e assessoria em políticas sociais, oferece estudos e materiais de apoio, inclusive sobre resíduos sólidos.
- INSTITUTO RECYCLE – <www.recyclevidas.org.br>: ONG que promove e coordena ações que visam ao desenvolvimento sustentável por meio da Educação Ambiental (aplicação dos “3Rs”: Reduzir, Reutilizar e Reciclar) e da conscientização da responsabilidade social.
- ITCP/UNICAMP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/Universidade Estadual de Campinas – <www.itcp.unicamp.br/empirica>: material que sistematiza a experiência da incubadora em empreendimentos de geração de renda e economia solidária. Possui dinâmicas e atividades para a incubação de empreendimentos solidários.
- MC – Ministério das Cidades – <www.cidades.gov.br>: portal no qual é possível acompanhar as políticas públicas e editais.
- MDS – Ministério do Desenvolvimento Social – <www.mds.gov.br>: portal no qual é possível acompanhar as políticas públicas e editais.
- MEC – Ministério da Educação – <www.mec.gov.br>: portal no qual é possível acompanhar as políticas públicas e editais.
- MMA – Ministério do Meio Ambiente – <www.mma.gov.br>: portal no qual é possível acompanhar as políticas públicas e editais. A Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente Urbano é a responsável pela gestão dos resíduos sólidos.
- MNCR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis: <www.mnccr.org.br>: site no qual é possível acompanhar as principais atividades e agendas do MNCR, fazer download de materiais interessantes e leis de apoio.
- MTE – Ministério do Trabalho e Emprego – <www.mte.gov.br>: portal no qual é possível acompanhar as políticas públicas e editais. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) é a responsável pelo apoio às cooperativas e associações.

- PANGEA – Centro de Estudos Socioambientais – <www.pangea.org.br>: Organização da Sociedade Civil para o Interesse Público, que desenvolve ações culturais, sociais, econômicas e ambientais.
- PLASTIVIDA – Instituto Socioambiental dos Plásticos – <www.plastivida.org.br>: entidade que representa a cadeia do plástico no Brasil e oferece informações sobre a reciclagem do mesmo.
- RECICLOTECA – <www.recicloteca.org.br>: centro de informações sobre reciclagem e meio ambiente que tem o objetivo de difundir informações sobre questões ambientais com ênfase na redução, reaproveitamento e reciclagem de resíduos. Acervo composto por diversos tipos de materiais, incluindo livros, vídeos, revistas, periódicos técnico-científicos, cartilhas, teses, produtos reciclados e outros materiais.
- REDE CATASAMPA – <www.catasampa.org>: rede de cooperativas paulistas que busca ampliar e organizar práticas de economia solidária nessas organizações, fortalecendo assim a vida dos catadores e suas famílias.
- REDE CATAUNIDOS – Cooperativa de Reciclagem dos Catadores da Rede Economia Solidária – <cataunidos.bhsistemas.com/>: empreendimento social formado por quinhentos catadores de materiais recicláveis de nove associações e cooperativas da região metropolitana de Belo Horizonte.
- ROTA DA RECICLAGEM – <www.rotadareciclagem.com.br>: site de projeto da TetraPak no qual é possível consultar e cadastrar cooperativas e pontos de coleta seletiva.
- SNIS – Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento – <www.snis.gov.br>: portal vinculado ao Ministério das Cidades que contém informações sobre resíduos sólidos e outros aspectos de saneamento no país.
- UNISOL – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – <www.unisolbrasil.org.br>: associação sem fins lucrativos que apoia o desenvolvimento de cooperativas e associações de catadores.
- UNITRABALHO – Rede Nacional de Universidades – <www.unitrabalho.org.br>: rede que apoia os trabalhadores na luta por melhores condições de vida e trabalho, realizando projetos de ensino, pesquisa e extensão que integram o conhecimento acadêmico ao saber elaborado na prática social. É a responsável pela implantação do Projeto Cataforte de apoio às cooperativas de reciclagem.
- WWF Brasil – <www.wwf.org.br>: ONG brasileira participante de uma rede internacional e comprometida com a conservação da natureza dentro do contexto

social e econômico brasileiro. Desenvolveu o projeto Água Brasil, de apoio à coleta seletiva.

<www.lixo.com.br>: portal para a troca de informações sobre práticas sustentáveis na área de resíduos sólidos no Brasil.

<www.setorreciclagem.com>: portal de informações sobre a reciclagem de diversos tipos de materiais.

Livros e Publicações

Cadernos de reciclagem: o papel da prefeitura. CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem/IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1997.

Caminhar é resistir... (formação nível I). Cartilha Nacional de Formação das Bases do MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. São Paulo/SP, 2009.

Catadores na cena urbana – construção de políticas socioambientais. Valéria Heloísa Kemp e Helena Maria Tarchi Crivellari (Orgs.). Autêntica.

Coleta seletiva: reciclando materiais, reciclando valores. Elisabeth Grimberg e Patricia Blauth. Pólis – Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, 1998.

Coleta seletiva de lixo: experiências brasileiras. Emílio Maciel Eigenheer. CIRS – Centro de Informação sobre Resíduos Sólidos/UFF – Universidade Federal Fluminense, 1998.

Coleta seletiva com inclusão de catadores. Fórum lixo e cidadania da cidade de São Paulo: experiências e desafios. Elisabeth Grimberg. Pólis – Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, 2007.

Coleta seletiva com inclusão social: cooperativismo e sustentabilidade. Helena Ribeiro, Pedro Roberto Jacobi, Gina Rizpah Besen, Wanda Maria Risso Günther, Jacques Demajorovic e Mariana Viveiros. Editora Annablume, 2009.

Coleta seletiva para prefeituras. Governo do Estado de São Paulo – Secretaria do Meio Ambiente, 2010.

Cooperar reciclando, reciclar cooperando: curso de capacitação para trabalhadores catadores de materiais recicláveis. CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem/SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/OAF – Organização de Auxílio Fraternal/COOPAMARE – Cooperativa de Catadores

- Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis. São Paulo/SP, 2001.
- Cooperativa de catadores de materiais recicláveis: guia para implantação.* Roberto Domenico Lajolo. IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas/SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2003.
- Cooperativas de catadores: reflexões sobre práticas.* Maria Zanin e Rafaela Francisconi Gutierrez (orgs.). Claraluz, 2011.
- Cooperativismo: primeiros passos.* SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. São Paulo.
- Cooperativismo: uma alternativa correta, econômica e social, para enfrentarmos a crise global.* Arnaldo Jardim. Brasília, 2009.
- Elementos para a organização da coleta seletiva e projeto dos galpões de triagem.* MC – Ministério das Cidades/MMA – Ministério do Meio Ambiente, 2008.
- Experiências de coleta seletiva.* Coleção Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos. Arquidiocese de Belo Horizonte. Peirópolis, 2002.
- Guia da cooperativa de catadores.* CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem/SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Rio de Janeiro, 2002.
- Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado.* CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem/IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 2000.
- Lixo, reciclagem e sua história: guia para as prefeituras brasileiras.* Sidney Grippi. Interciência, 2001.
- Manual amigo do catador (formação nível 2).* Cartilha Nacional de Formação das Bases do MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. São Paulo/SP, 2010.
- Manual gerenciamento integrado de resíduos sólidos.* IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal/SEDU – Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, 2001.
- Metodologia para a organização social dos catadores.* Coleção Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos. Arquidiocese de Belo Horizonte. Peirópolis. Belo Horizonte/MG, 2002.
- Os bilhões perdidos no lixo.* Sabetai Calderoni. Humanitas – FFLCH/USP, 2003.
- Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade.* Márcio Magera. Átomo, 2005.
- Organizar, reciclar e transformar: um exemplo para todos os trabalhadores.* INSEA – Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável/ASMARE – Associação

dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável/Arquidiocese de Belo Horizonte/Fundação Banco do Brasil. Belo Horizonte/MG.

Panorama dos resíduos sólidos no Brasil. ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. São Paulo, 2010.

Programa bioconsciência: guia da coleta seletiva de lixo. CEMPRES – Compromisso Empresarial para Reciclagem/Fundação Banco do Brasil, 2002.

Resíduos sólidos. Cadernos de Educação Ambiental. Governo do Estado de São Paulo/Secretaria do Meio Ambiente/Coordenadoria de Planejamento Ambiental. São Paulo/SP, 2010.

Marcos Legais

Política Nacional do Saneamento Básico. Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010.

Decreto Federal 7.404 de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências.

Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Versão preliminar para consulta pública. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2011.

Política Nacional de Cooperativismo. Lei n. 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei n. 12.690 de 19 de julho de 2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das cooperativas de trabalho e institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP.

Decreto Federal 5.940 de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.

Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

Materiais utilizados no Curso de Formação de Equipe

Filme *A fuga das galinhas*. DreamWorks. 2000.

Jogo *Pressão total*.

Livro *Transformando suor em ouro* – Bernardinho. Editora Sextante/Gmt.

Vídeo *Torcida por você*. <www.youtube.com/watch?v=2lgQ7rqbQac&feature=fvst

Vídeo *Mary & Max – Relação de amizade*. <www.youtube.com/watch?v=2F0cuoxg6mE

Vídeo *Por quem os sinos doam*. <www.youtube.com/watch?v=RED3hpQq7Nk

Vídeo *Desafiando gigantes*. <www.youtube.com/watch?v=qteZ_5J0jZo

Vídeo *Ponto*. <www.youtube.com/watch?v=6LJBbDCd8IU

Poesia “Quem morre”, de Pablo Neruda. alegriaspoesias.blogspot.com.br/2008/01/pablo-neruda-quem-morre.html

Texto *O comércio das madeiras tropicais*.

Texto *Exploração de madeira deve ser revista: pesquisadores pedem respeito a período de maturação de árvores*, de Herton Escobar (*O Estado de S. Paulo*, 30/10/2007).

Bibliografia

- ABREU, M. F. *Do lixo à cidadania, estratégias para a ação*. Brasília: Edição UNICEF do Brasil, 2001.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA (ANTEAG). *Autogestão e economia solidária: uma nova metodologia*. 3. v. São Paulo, 2007.
- ARMANI, D. *Como elaborar projetos? Guia prático para a elaboração e gestão de projetos sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.
- BAKUNIN, M. *A instrução integral*. São Paulo: Imaginário, 2003.
- BALLESTER, V. A. C.; DIAZ, R. M.; SIURANA, M. C. S. Indicators validation for the improvement of environmental and social impact quantitative assessment. *Environmental Impact Assessment Review*, Amsterdam, n. 26, p. 79-105, jan. 2006.
- BELLEN, H. M. V. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- BESEN, G. R. *Coleta seletiva com inclusão de catadores: construção participativa de indicadores e índices de sustentabilidade*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BESEN, G. R. et al. *Trilhando os caminhos da Agenda 21 escolar: Itapeverica da Serra, Embu Guaçu, Juquitiba, São Lourenço da Serra*. Cajamar: Natura, 2008.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Plano Nacional de Resíduos Sólidos – Versão Preliminar para consulta pública*. Brasília, 2011. Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/253/_publicacao/253_publicacao02022012041757.pdf>. Acesso em: 21 maio 2013.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria Executiva. Fundo Nacional do Meio Ambiente. *Fomento a projetos de ordenamento da coleta e disposição final adequada de resíduos sólidos: manual para apresentação de propostas*. Brasília, 2000. Disponível em: <www.mp.go.gov.br/porta/web/hp/9/docs/rsudoutrina_17.pdf>. Acesso em: 21 maio 2013.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)*. Disponível em: <www.mteco.gov.br>. Acesso em: 3 jun. 2011.
- BRASIL. *Política Nacional de Educação Ambiental*. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Disponível em: <www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/pronea_3.pdf>. Acesso em: 21 maio 2013.
- BRASIL. *Política Nacional de Resíduos Sólidos*. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. Disponível em: <www.saude.rs.gov.br/upload/1346166430_Lei%2012.305_02082010_politica_residuos_solidos.pdf>. Acesso em: 21 maio 2013.

- BRASIL. *Política Nacional de Saneamento Básico*. Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em: 21 maio 2013.
- COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A RECICLAGEM (CEMPRE). *Guia da Cooperativa de Catadores*. São Paulo, 2002.
- CORVALAN, C.; BRIGGS, D.; ZIELHUIS, G. *Decision-making in environmental health: from evidence to action*. London/New York: WHO, 2000.
- D'ALMEIDA, M. L. O.; VILHENA, A. *Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado*. 2. ed. São Paulo: Cempre/Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 2000.
- ENCICLOPÉDIA WIKIPÉDIA. A Enciclopédia Livre. Disponível em: <www.pt.wikipedia.org>. Acesso em 15 abr. 2012.
- FERREIRA, A. B. H. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Cidade: Positivo, 2010.
- FICAS. Programa FICAS de Formação em Gestão – 10ª edição. São Paulo, 2012.
- GOMES, C. et al. *Geração de trabalho, renda e o desafio ambiental na gestão dos resíduos sólidos no município de São Paulo*. 2004. Disponível em: <www.unitrabalho.org.br/imagens/centro/artigos/artigo01.doc>. Acesso em: 25 fev. 2007.
- GONÇALVES, M. A. *O trabalho no lixo*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.
- GONÇALVES, P. *A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos*. Rio de Janeiro: DP&A/FASE, 2003.
- GRIPPI, S. *Lixo, reciclagem e sua história: guia para as prefeituras brasileiras*. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.
- GUIMARÃES P. R.; FEICHAS S. A.; BEZERRA J. C. Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 12, n. 2, jul.-dez. 2009, p. 307-323.
- IASI, M. L. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- IBGE. *Pesquisa nacional de saneamento básico*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/PNSB_2008.pdf>. Acesso em: 21 maio 2013.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos*. Brasília, 2010.
- INSTITUTO ECOAR PARA A CIDADANIA. *Agenda 21 do pedaço*. São Paulo, 2011.
- JANNUZZI, P. M. *indicadores sociais no brasil*. Campinas: Alínea, 2006.
- LAJOLO, R. D. *Cooperativa de catadores de materiais recicláveis – guia para implantação*. São Paulo: CEMPRE/IPT/SEBRAE, 2003.

- LEGASPE, L. R. *Reciclagem: a fantasia do ecocapitalismo – um estudo sobre a reciclagem promovida no centro da cidade de São Paulo observando a economia informal e os catadores*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- MAGERA, M. *Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade*. 2. ed. Campinas: Átomo, 2005.
- MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). Disponível em: <www.mncr.org.br. Acesso em 15 set. 2011.
- _____. *Mística e militância*. Porto Alegre: MNCR, 2005.
- _____. *Análise do custo de geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento dos catadores de materiais recicláveis – Relatório Técnico Final*. São Paulo, 2006.
- _____. *Caminhar é resistir... – Formação nível 1*. 1. ed. São Paulo, 2009.
- _____. *Cartilha de Formação*. São Paulo, 2005
- _____. *Catador fala para catador*. São Paulo: WWF/FBB, 2012.
- _____. *Programa de formação do Movimento Nacional dos Catadores – Módulos I e II, equipe pedagógica e formação*. São Paulo, 2005.
- ONU – GRUPO DE CAC. SEGUIMIENTO Y EVALUACIÓN. *Pautas básicas para el desarrollo rural*. Roma, 1984.
- PINHEL, J. R.; ZANIN, M.; DEL MÔNACO, G. Catador de resíduos recicláveis: um perfil profissional em construção. In: ZANIN, M.; GUTIERREZ, R. F (Org.). *Cooperativas de catadores: reflexões sobre práticas*. São Carlos: Claraluz, 2011. p. 53-101.
- RIBEIRO, H.; JACOBI, P. R.; BESEN, G. R.; GÜNTHER, W. M. R; DEMAJOROVIC, J.; VIVEIROS M. *Coleta seletiva com inclusão social: cooperativismo e sustentabilidade*. São Paulo: Annablume, 2009.
- RIBEIRO, H. et al. *Programas municipais de coleta seletiva de lixo como fator de sustentabilidade dos sistemas públicos de saneamento ambiental na região metropolitana de São Paulo – Coselix*. In: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA); MINISTÉRIO DA SAÚDE (Org.). *4º Caderno de Pesquisa em Engenharia de Saúde Pública*. 1. ed. Brasília: FUNASA, 2010. v. 1. p. 7-34.
- SANTOS, S. B. et al. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SAXENA, S.; ORLEY, J. *Quality of life assessment: The world health organization perspective*. Paris: European Psychiatry, 1997, vol. 12, suplemento 3, pp. 263s-266s.

- SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. *Administração da produção*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- VIANA, D. *Mobilização social a partir da comunicação artística*. Belo Horizonte: MNCR, 2005.

Copyright © 2013 IPESA

Editora
Renata Farhat Borges

Editora convidada
Luciana Tonelli

Editora assistente
Lilian Scutti

Produção gráfica
Alexandra Abdala

Projeto gráfico e capa
Tereza Kikuchi

Revisão
Laura Moreira
Ana Luiza Couto

HQs
Luciano Irrthum

Impressão e acabamento
Yangraf

Presidente: Paola Rodrigues Samora

Vice presidente: Luciana Lopes

Diretores Financeiros: Alexandre Rodrigues Dias e Beatriz Castro Maroni

Diretora de Comunicação: Camila Duarte de Azevedo

Diretora Secretária: Selene Maricia Pinto Capito

Organizador do livro
Julio Ruffin Pinhel

Autores do textos
Augusto Jackie do Nascimento Lopes Vieira
Beatriz Castro Maroni
Fernando Pessoa de Albuquerque
Julio Ruffin Pinhel
Lisa Yázigi de Barros Santos
Luciana Lopes
Marcela Bacchin Cardo
Gina Rizpah Besen

Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Do lixo à cidadania: guia para a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis / organizado por Julio Ruffin Pinhel; ilustrado por Luciano Irrthum. – São Paulo: Peirópolis, 2013.
II.; color.

Diversos autores
Bibliografia
ISBN 978-85-7596-318-0

1. Cooperativas de reciclagem – Brasil 2. Catadores de lixo – Brasil – Condições sociais I. Pinhel, Julio Ruffin II. Irrthum, Luciano III. Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)

13-0445

CDD 305.560981

Índice para catálogo sistemático:
1. Cooperativas de reciclagem - Brasil

Editado conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.
1ª edição, 2013

Editora Peirópolis Ltda.
Rua Girassol, 128 – Vila Madalena
05433-000 – São Paulo – SP
tel.: (11) 3816-0699 | fax: (11) 3816-6718
vendas@editorapeiropolis.com.br
www.editorapeiropolis.com.br

Instituto de Projetos e Pesquisas Socioambientais (IPESA)
Avenida Trona Constanzo, 220, sobreloja – Caxingui
05516-020 – São Paulo – SP
tel.: (11) 2985-2385
contato@ipesa.org.br
www.ipesa.org.br

IMAGINEM O MUNDO SEM A PRESENÇA DO CATADOR...



O QUE ACONTECERIA COM O MEIO AMBIENTE?

TODOS ESSES MATERIAIS ACUMULANDO, ACUMULANDO...

ESGOTANDO COM A MATÉRIA-PRIMA...



MERECEMOS O NOSSO RECONHECIMENTO!

SOMOS A BASE DA RECUPERAÇÃO DESSES MATERIAIS.

9 788575 963180
ISBN: 978-8575963180

Patrocínio:

